

HISTÓRIA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

ESTADO, PODER E DITADURAS

Aristeu Lopes
Euler Fabres Zanetti
Denise Vieira da Silva
ORGANIZADORES



casaletras

volume

4

HISTÓRIA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES

ESTADO, PODER E DITADURAS

Aristeu Lopes
Euler Fabres Zanetti
Denise Vieira da Silva
ORGANIZADORES

volume

4

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPel com recursos PROAP/CAPES



Porto Alegre
2021

Copyright ©2021 dos organizadores.

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à EDITORA CASALETRAS.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPEL com recursos PROAP/CAPES

EXPEDIENTE:

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Casalettras

Capa:

Adaptação do logotipo do V Encontro Internacional Identidades e Fronteiras (2021) / PPGH/UFPEL, criado por Marcelo França de Oliveira.

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira - UFSC

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes - UFPEL

Prof. Dr. Elio Flores - UFPB

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer - UEPG

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves - FURG

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - UFPEL

Profª Drª Maria Eunice Moreira - PUCRS

Prof. Dr. Moacyr Flores - IHGRGS

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres - FURG

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H62999 História, Fronteiras e Identidades: Estado, Poder e Ditadura / Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti, Denise Vieira da Silva (orgs.) [edição eletrônica]. Coletânea História, Fronteiras e Identidades, vol. 4 - Coord.: Aristeu Lopes. Porto Alegre: Casalettras, 2021.

203 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-86625-43-1

1. História - 2. Fronteiras - 3. Identidades - 4. Estado - 5. Poder - 6. Ditaduras - I. Lopes, Aristeu - II. Zanetti, Euler Fabres - III. Da Silva, Denise Vieira - IV. Título.

CDU:900

CDD: 981.06


casaletras

EDITORA CASALETRAS

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com

www.casaletras.com

Sumário

Apresentação.....	6
O antifascismo no Brasil na década de 1930: Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora.....	8
Giovani Bertolazi Brazil	
Representação política e educacional das associações docentes pelotenses no governo de Getúlio Vargas (1930-1945)	21
Tamires Ferreira Soares	
Julio Meinvielle: o anticomunismo católico e o governo Arturo Frondizi.....	32
Leonardo da Rocha Botega	
Os perigosos políticos de Pelotas: estudo sobre os políticos atuantes em Pelotas que foram fichados nos arquivos do SNI	46
Daniel de Souza Lemos	
Questão Agrária e política de modernização da agricultura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).....	62
Lais Schillim da Silva	
Arroz com ditadura: os ruralistas camaquenses e a ditadura civil-militar(1964-1985)	73
Pedro Marco Ribeiro Pires	
“Sem arma, mas com intenção”: a atuação do movimento estudantil em Pelotas contra o golpe civil-militar até o AI-5 (1961-1968).....	89
Allan Gomes Silva Pereira	

A “Revolução Democrática de 1964” faz aniversário: comemorações do golpe civil-militar e os discursos de “salvaguarda” da democracia (1970-1971)	103
Ana Carolina Zimmermann	
A presença de mulheres no movimento pela anistia de 1975 a 1979	116
Samara Regina da Conceição Santos	
Memória, Verdade e Reparação: Movimentos sociais e a defesa dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1970-2000)	129
Sulena Cerbaro	
“Memórias na praia”, <i>marineros legalistas de Chile</i> : mobilização, repressão e tortura no golpe de Estado de 1973	145
Robert Wagner Porto da Silva Castro	
Os processos da Justiça do Trabalho: uma fonte para o estudo da sonegação dos direitos sociais no Brasil	164
Alisson Droppa	
Necessidade de segurança: a normalização da emergência	179
Fabrício de Oliveira Farias	
Conceituando a propriedade privada sob o olhar de John Locke, Adam Smith e Karl Marx	188
Bruna dos Santos	

Apresentação

A coletânea *História, Fronteiras e Identidades* reúne os textos resultantes dos trabalhos apresentados durante o V Encontro Internacional Fronteiras e Identidades – V EIFI – realizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, entre os dias 14 e 17 de setembro de 2021. Devido ao contexto atual, da pandemia mundial de COVID-19, o encontro foi realizado na modalidade online reunindo, nos doze simpósios temáticos, 200 trabalhos inscritos por 210 comunicadoras e comunicadores de várias instituições nacionais e internacionais em vários níveis de formação.

A presente coletânea está dividida em cinco volumes: Volume 1: *Enfermidades, Epidemias e Pandemias*, organizado por Lorena Almeida Gill, Beatriz Teixeira Weber e Tânia Salgado Pimenta; Volume 2: *Imagens, Mídias e Culturas*, organizado por Daniele Gallindo Gonçalves, Aristeu Lopes e Vinícius Dreger de Araújo; Volume 3: *Trajatórias, Memórias e Cultura Histórica*, organizado por Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti e Bárbara Denise Xavier da Costa; Volume 4: *Estado, Poder e Ditaduras*, organizado por Aristeu Lopes, Euler Fabres Zanetti e Denise Vieira da Silva e Volume 5: *Trabalho, Memória e Política*, organizado por Darlise Gonçalves de Gonçalves, Taiane Mendes Taborda, Pedro Marco Ribeiro Pires e Jordan Brasil dos Santos.

Os capítulos apresentados ao longo dos cinco volumes abordam estudos desenvolvidos por pesquisadoras e pesquisadores doutoras e doutores, mestras e mestres, discentes de programas de pós-graduação e de cursos de graduação. Os trabalhos identificam o quanto as fronteiras e as identidades possuem vertentes diversas de pesquisas, abordagens interdisciplinares e multiplicidade temática. Os capítulos,

igualmente, demonstram as trocas acadêmicas ocorridas nos três dias do evento, ainda que através de interações virtuais entre as participantes e os participantes dos simpósios temáticos. Esperamos que a próxima edição também permita as trocas de ideias, mas em um contexto diferente, com um encontro presencial, com interação entre as pessoas sem necessidade dos computadores e dos celulares como intermediadores.

Desejamos uma excelente leitura dos capítulos.

Pelotas, dezembro de 2021.

As organizadoras e Os organizadores

O antifascismo no Brasil na década de 1930: Frente Única Antifascista e Aliança Nacional Libertadora

Giovani Bertolazi Brazil¹

Este presente trabalho visa investigar os significados de antifascismo que foram produzidos por duas organizações políticas entre 1933 e 1935 no Brasil: a Frente Única Antifascista (FUA) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Além de terem sido as maiores frentes de suas épocas, ambas expressaram, à sua maneira, uma preocupação com o avanço do fascismo a nível global, com sua expressão nacional, o integralismo e com os rumos do governo de Getúlio Vargas no pós-1930.

Tratar dessa temática significa analisar as disputas em torno da memória do movimento operário, assim como em relação ao pioneirismo na luta antifascista. Segundo Ricardo Figueiredo de Castro, a fundação da ANL e o seu levante “são como que faróis [...] [que] tendem a ofuscar todo o processo que lhes dá sentido e ao qual eles se remetem” (CASTRO, 1999, p. 23). Assim, pouca atenção foi dada à FUA e ao papel que a organização teve no antifascismo dos anos 1930.

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mestrando, bolsista da CAPES. giovaniibrazil@gmail.com.

No tempo presente, em que grupos fascistas e neo-nazistas ocupam os espaços públicos com intensidade cada vez maior e movimentos que se reivindicam antifascistas também aparecem mundo afora, fica evidente que a temática do antifascismo encontra novos (ou renovados) significados na conjuntura política. Ao mesmo tempo, os apelos e tentativas de construção de unidade entre as organizações de esquerda também nos remetem à necessidade de estudar formas pioneiras de construção de luta unitária e antifascista.

Sendo assim, serão tecidas algumas investigações a respeito das seguintes questões: a “crise da modernidade” e seus efeitos no marxismo e na História do Trabalho e significados de fascismo e antifascismo entre FUA e ANL².

História do trabalho, memória e marxismo

Nas próximas páginas, será abordada a questão da “crise da modernidade” e como ela afetou a historiografia do trabalho, mais especificamente, a de recorte marxista.

Desde meados dos anos 1960, uma série de transformações têm ocorrido no campo da História, configurando o que seria uma grande crise paradigmática. Segundo Silvia Petersen e Bárbara Lovato (2013), as discussões acadêmicas desde então seguiram um movimento que buscou questionar (ou mesmo rejeitar) a razão iluminista e as explicações científicas dos fenômenos. O paradigma moderno passava de portador da esperança utópica de uma sociedade livre e baseada na racionalidade para um símbolo de tirania, autoritarismo, opressão e instrumentalização de poder.

O debate sobre a “crise da modernidade” é extremamente complexo e se encontra ainda em aberto. Se por um lado a própria noção de crise pode ser questionada, por outro, entre os que rejeitam a modernidade, o panorama de formas de pensamento é diverso. De qualquer maneira, é inquestionável o fato de que essas movimentações acabaram por abalar o edifício iluminista construído desde o século

² É fundamental ressaltar que as reflexões que serão desenvolvidas a seguir são parte de uma pesquisa que se encontra em andamento, sendo os resultados apresentados elaborações preliminares e abertas a um maior aprofundamento.

XVIII até a primeira metade do XX. Das suas rachaduras teria surgido a “pós-modernidade”, ou uma “condição pós-moderna”, trazendo o significado de uma superação da modernidade.

No campo da História, as tendências das últimas décadas do século XX englobam correntes tão distintas entre si quanto a Micro-História, a História Cultural e a terceira geração dos *Annales*. É interessante, entretanto, compreender como esse processo de crise e debates pôde trazer novas possibilidades de pesquisa e novos olhares que influenciaram a historiografia e, mais precisamente, a História do Trabalho.

Segundo Emília Viotti da Costa (1994), essas novas tendências permitiram aos/às historiadores/as não só uma ampliação dos objetos de estudo, mas dos próprios olhares sobre as fontes. Teria ocorrido um movimento da base para a superestrutura, do econômico e do social para o político, o cultural e o ideológico. Para Costa (1994), o grande mérito desse movimento - o de contestar o determinismo estrutural e buscar ampliar os horizontes possíveis da pesquisa história - é também a razão de sua principal fraqueza.

Assim, ao “inverter simplesmente os postulados da historiografia dos anos 60” (COSTA, 1994, p. 10), teria ocorrido a troca de um determinismo por outro: do estrutural pelo superestrutural. Seria, portanto, uma “dialética invertida”, em que o aspecto político e emancipador do trabalho historiográfico também se encontrava ameaçado. Nesse processo, a história do trabalho teria sido uma das principais arenas da disputa travada entre os/as historiadores/as ainda muito ligados às concepções tradicionais e estrutural-marxistas e os novos/as historiadores/as, deslumbrados/as com as possibilidades do novo, mas sem encarar com criticidade suficiente a própria novidade.

Para a referida autora, ambos os lados estão equivocados, restando ao marxismo aprender com as importantes problematizações levantadas durante a crise da modernidade, sob pena de não superar os seus antigos pressupostos estruturalistas e de seguir deixando de cativar novas gerações de historiadores/as. Assim, seria fundamental um retorno à dialética e a busca por “uma nova síntese mais fecunda” (COSTA, 1994, p. 10)

O historiador Carlos Zacarias de Sena Júnior realiza um diálogo direto com o trabalho de Costa (1994), no que concerne às críticas recebidas pelo marxismo nas últimas décadas, quando este passou a ser “a principal herança a ser abandonada, quando não o principal inimigo a ser abatido” (SENA JÚNIOR, 2004, p. 43). Antes desse abandono, seria necessário identificar que tradição marxista é essa, dita economicista, mecanicista e teleológica. Assim, propõe um retorno a autores da tradição crítica do marxismo, onde não se encontraria esse pensamento escolástico e dogmático, como, por exemplo, em Trotsky e Gramsci.

Similarmente, Eric Hobsbawm (1998) levanta a questão da diferença entre o pensamento de Marx e suas contribuições para a historiografia e o que ele chama de “marxismo vulgar”. Os representantes do último teriam sido os verdadeiros responsáveis pelas simplificações e determinismos que passaram a ser associados ao marxismo.

Assim, concorda-se com Sena Júnior (2004) e Hobsbawm (1998) quando estes propõem a rejeição do “marxismo vulgar”, assim como um retorno a Trotsky, Gramsci (no caso de Sena Júnior) e ao próprio Marx (no caso de Hobsbawm), e também um apoio na História Social inglesa e sua crítica de dentro do próprio marxismo, sem abandonar a perspectiva utópica e de transformação da realidade.

Ao pensar-se mais especificamente na história das organizações de esquerda, novos problemas aparecem, como a questão da consciência de classe. Na história do trabalho, essa concepção acabou sendo pautada, majoritariamente, pela vulgarização de Marx e Lenin promovida pelo estalinismo (MATTOS, 2007), e que foi, em grande parte, disseminado a partir dos Partidos Comunistas e seus esforços em construir uma “história oficial” da classe operária que desse legitimidade às suas concepções e trajetórias (HAUPT, 1985). As antigas seções nacionais da extinta Internacional Comunista se postulavam como as únicas depositárias da memória e história do movimento operário, numa narrativa que mitificou o operariado e suas experiências de classe. Essa concepção acerca da questão da consciência de classe teve um impacto profundo na historiografia do

Trabalho, influenciando historiadores/as marxistas mais ou menos ligados/as aos partidos comunistas mundo afora.

No Brasil, o cenário carregou semelhanças ao europeu³, ainda que numa escala comparativamente muito menor. De qualquer forma, é importante ressaltar que as armadilhas da “história oficial” e das disputas pela “verdadeira” história do operariado ainda são atuais e permanecem como uma preocupação necessária ao/à historiador/a que lida com essa temática, como alerta Bianchi (2012).

A partir dos anos 1980 no Brasil, a chamada Nova História do Trabalho, ao problematizar a historiografia militante de cunho hagiográfico que lhe antecedeu e ampliar o escopo das pesquisas para além das organizações operárias, rompeu com a noção até então predominante no movimento operário sobre a consciência de classe. Nesse sentido, a história social inglesa foi a principal influência, principalmente na figura de E. P. Thompson, que defendia uma concepção de consciência de classe como algo construído culturalmente, influenciada e condicionada - mas não determinada - pela experiência de classe, esta sim fruto de determinações externas. Assim, fugia-se do esquematismo e ampliava-se as fontes de pesquisa e os espaços onde atuavam os/as trabalhadores/as não-organizados/as, para além da disputa estritamente política das organizações, instituições e Estado, com a emergência de temáticas ligadas à cultura e cotidiano.

A crítica ao monopólio dos partidos comunistas sobre a história do Trabalho levou à rejeição das organizações políticas do operariado como objeto de estudo justamente por não as enxergar mais como possíveis formas mais bem-acabadas do operariado como classe. A própria questão da validade do conceito de “classe” passou a ser contestada.

Ao rejeitar-se tanto o conceito mecanicista de classe, quanto a sua completa negação, é possível adotar a perspectiva construída por E. P. Thompson, na qual a classe aparece como algo que “acontece” e não como um pressuposto (THOMPSON, 2004, p. 10). Assim,

3 Segundo Batalha (1998, p. 147), não são muitos os exemplos brasileiros desta historiografia “hagiográfica” (biografias dos santos cristãos).

resgatada do “campo ‘essencialista’ da estrutura” e inserida “no campo das identidades e relações constituídas historicamente” (SENA JÚNIOR, 2004, p. 58), a classe deixa de estar engessada e ganha um aspecto dinâmico.

Uma última consideração pode ser feita sobre a história social do trabalho de influência inglesa, principalmente se tratando da historiografia brasileira. Segundo Demier (2012), essa perspectiva acaba por subestimar o poder do aparato de Estado no seu esforço de cooptar o operariado, o que leva à limitação da noção de consciência de classe aos estreitos parâmetros da política em um Estado burguês e em uma sociedade de classes. Assim, é necessário deixar de lado o mecanicismo economicista, mas também questionar os limites “das lutas travadas pelos trabalhadores por dentro da ordem social capitalista” (DEMIER, 2012, p. 349).

FUA, ANL e os significados do antifascismo

O objetivo principal das páginas seguintes é compreender de que forma a Frente Única Antifascista (FUA) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), atuando em conjunturas diferentes, produziram os seus significados de fascismo e antifascismo. É forçoso lembrar que as discussões aqui apresentadas merecem um desenvolvimento maior do que o espaço deste artigo permite. Assim, essas questões estão dispostas de maneira introdutória, para serem aprofundadas futuramente. De qualquer forma, ao final desta seção, serão tecidas algumas conclusões sobre as diferenças de significado que o antifascismo possuía para cada uma dessas organizações.

A Frente Única Antifascista

O contexto de fundação da Frente Única Antifascista, ocorrida no dia 25 de junho de 1933 na cidade de São Paulo, está amplamente conectado à questão do fascismo na esfera internacional (onde a ascensão fascista na Itália e nazista na Alemanha eram as maiores expressões) e à existência de uma organização de cunho fascista no Brasil, a Ação Integralista Brasileira. A iniciativa para a formação

da FUA foi dos militantes da Liga Comunista (LC) (CASTRO, 1999; ABRAMO, 2014), advinda de preocupações com o avanço do fascismo na década de 1930 e com a postura ambígua e pouco decidida da Internacional Comunista (IC) e suas seções nacionais. Neste momento, a IC defendia a formação de frentes únicas “pela base”, para combater a iminência de uma nova guerra. Assim, o perigo do fascismo em si não aparecia como prioridade, mas sim como uma consequência de lutar contra a guerra.

Essa postura pouco clara da IC, principalmente quando da ascensão de Hitler como chanceler na Alemanha, levou ao rompimento definitivo de Leon Trotsky e da Oposição Internacional de Esquerda com a IC e à criação de uma organização comunista internacional alternativa. É através desse panorama que é possível compreender os debates que ocupavam os comunistas mundo afora e no Brasil e chegar à ideia da formação da FUA.

A política de frente única operária, defendida por Leon Trotsky já em outros momentos (TROTSKY, 1922, 2011), seria a principal maneira de combater o fascismo na visão dos “trotskistas”⁴. Em oposição à tese do “social-fascismo”, que balizava a política do “terceiro período” da IC e propunha a oposição entre comunistas e social-democratas e a construção de frentes apenas “pela base”, a frente única dizia que os comunistas deviam se aliar com todos os setores do movimento operário nos pontos defensivos em que havia concordância, sem abrir mão da sua independência programática, como sugere a célebre frase “marchar separados, golpear juntos” (PARVUS, 1905, p. 4). Segundo Abramo (2014), a publicação do livro *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* pela Editora Unitas, em 1933, uma compilação de diversos textos de Leon Trotsky sobre a ascensão do nazismo na Alemanha e o papel da IC, foi o que

4 O termo “trotskistas” encontra-se aqui entre aspas pois, na cronologia em que se pretende estudar, era um epíteto de cunho derogatório utilizado pelos comunistas ligados à linha majoritária da Internacional Comunista para referir-se aos opositoristas de esquerda. Com o tempo, a alcunha foi resignificada e apropriada pelos próprios militantes que se identificavam com as posições do revolucionário Leon Trotsky.

fundamentou a proposta de frente única que a LC construiu e que viria a se concretizar na FUA.

No caso brasileiro, isso levou à iniciativa de fundar uma frente, nos moldes propostos por Trotsky, em São Paulo, onde o integralismo ocupava com maior peso e frequência o espaço público. Os membros da Liga Comunista estenderam então um convite para construção desse organismo a todos os partidos e sindicatos potencialmente interessados na luta antifascista, como o PCB, socialistas, anarquistas, antifascistas italianos e tenentistas (CASTRO, 1999; ABRAMO, 2014).

Antes mesmo da fundação da FUA, em 25 de maio de 1933, foi criado o jornal *O Homem Livre*, com o propósito de aglutinar forças no combate ao fascismo e na fundação de uma frente única, que veio a se concretizar cerca de um mês depois da primeira edição do periódico. Com a fundação da FUA, o jornal passou a ser o seu porta-voz.

A FUA sofreu, do início ao fim de sua curta existência, com uma debilidade organizativa. Isso se dá, segundo Castro (1999), devido à ausência ou pouca adesão por parte de anarquistas, comunistas e socialistas. Ficando a cargo, quase exclusivamente, do número reduzido de militantes trotskistas, a FUA teve dificuldades em manter uma regularidade nas suas atividades. Durante o seu período de existência, foram realizados comícios e uma grande contramanifestação direcionada aos integralistas no dia 7 de outubro de 1934, na Praça da Sé, em São Paulo.

Nenhum episódio em específico marcou o fim da Frente Única Antifascista, mas sim ocorreu um desaparecimento paulatino, até deixar de existir. Contribuíram para esse processo (e para afundar qualquer possibilidade de retorno) a instituição da Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI) e, posteriormente, a fundação da Aliança Nacional Libertadora. Movimentos de caráter muito mais amplos, estes teriam sido, segundo Castro (1999), os herdeiros políticos da FUA⁵.

5 É interessante recuperar (e indicar um caminho para futuras reflexões sobre) a reação de Abramo (2014), militante trotskista e secretário da FUA, a essa argumentação: “A FUA, criada em 1933 e que varreu os integralistas da rua em outubro de 1934, não foi, pois como

A Aliança Nacional Libertadora

Segundo Vianna (1992) e Pinheiro (1991), a ANL pode ser vista como uma continuidade (e a conclusão) do movimento tenentista que teria iniciado na década de 1920, principalmente da sua ala mais à esquerda, que teria se sentido “traída” com os rumos que a “revolução”⁶ de 1930 tomaram. Para uma ala situada à esquerda dentro do tenentismo, os ideais do movimento de 1930 haviam sido subvertidos em favor da manutenção dos poderes oligárquicos (um dos aspectos disso seria a manutenção e expansão da política de proteção ao café), bem como estaria o país envolto num sentimento de desunião nacional, fomentada pelos debates na Constituinte e pela Carta de 1934 (o que causava insatisfação também em Vargas).

De tal forma, assiste-se a um casamento harmônico entre a tradição golpista e de influência na classe média dos tenentes, com a perspectiva revolucionária de tomada do poder que os pecebistas nutriam. Assim, é preciso compreender tanto o movimento tenentista e seu desdobramento à esquerda no pós-30 (centrado, principalmente, na figura de Luiz Carlos Prestes⁷), quanto a complexa trama do Movimento Comunista Internacional, que envolve a estratégia do PCB e as diretrizes da IC.

Para Marly Vianna (1992), a ANL foi um desdobramento da CJPI e das lutas antifascistas e outros movimentos populares que se desenrolaram no ano de 1934. Curiosamente, o episódio da Batalha da Sé é mencionado, mas a partir (e somente) do relato de Eduardo Maffei (1984), então militante do PCB. Nenhuma menção à FUA

querem interpretá-la analistas de várias extrações, uma precursora da ALN [sic]; esta foi a sua antítese e a sua, e também própria, malfadada coveira” (ABRAMO, 2014, p. 18). O fato do texto original (que data de 1984) ser anterior ao de Castro (1999) sugere que a tese da continuidade entre FUA e ANL já existia.

6 O termo encontra-se entre aspas por referir-se a como o movimento golpista da Aliança Liberal de outubro de 1930 se autointitulava, incluindo os tenentes que, futuramente, vieram a renegar os seus rumos nos anos seguintes.

7 Luiz Carlos Prestes foi uma das principais lideranças do movimento tenentista em 1924, liderando a coluna que levou seu nome. Após seu exílio em 1927, se aproximou paulatinamente do comunismo e do PCB, ingressando neste em 1934 (ABRAMO e KAREPOVS, 2014).

figura no livro, mas a autora ressalta a participação espontânea de militantes do PCB em organizações e mobilizações antifascistas em geral, no período. Apesar do papel importante do PCB, Vianna destaca a ANL como uma iniciativa, em essência, tenentista; já para o “tenente” Roberto Sisson, ela simbolizava a aliança entre pequena burguesia, burguesia nacional (representada pela ala esquerda do tenentismo) e proletariado (representado pelo PCB) (SISSON, 1936 *apud* VIANNA, 1992).

A questão do antifascismo na ANL aparece na medida em que este está combinado dialeticamente com o anti-imperialismo, a luta contra o latifúndio e pela democracia. Assim, combater o imperialismo, visto como principal responsável pela condição de país agroexportador, necessariamente significava combater as oligarquias agrárias que se beneficiavam economicamente e que ainda sustentavam o arranjo político do pós-30. Ao mesmo tempo, o combate ao latifúndio e às oligarquias significava a luta pelo desenvolvimento de uma democracia burguesa no Brasil, que estava também ameaçada pela alternativa representada pelo integralismo e pelo fascismo. Essa noção baseava-se numa leitura de que Vargas estaria considerando a possibilidade de valer-se dos integralistas para fazer o “trabalho sujo” de conter as insatisfações populares que marcaram os anos pós-30 (PINHEIRO, 1991).

Apesar do caráter preliminar das elaborações deste artigo, já se pode arriscar algumas caracterizações que apontem as diferenças entre os antifascismos da Frente Única Antifascista e da Aliança Nacional Libertadora. A primeira foi uma organização de caráter defensivo, que não buscava uma homogeneidade entre seus componentes, mas sim uma unidade na ação contra o que se enxergava como uma grande ameaça a sua própria existência - o fascismo. Assim, defender instituições democráticas contra o fascismo e medidas de cunho “fascista” do governo Vargas não significava nada além de garantir a manutenção da independência política do operariado como classe e a existência de suas organizações, como expresso no editorial de fundação do jornal O Homem Livre, ao caracterizar o *modus operandi* do fascismo:

[...] investe contra as classes trabalhadoras, primeiro fazendo uso dos processos demagógicos, para depois, alcançado o poder, destruir violentamente as organizações sindicais, as agremiações populares, os clubes que refletem a moderna atividade humana nas artes e nas ciências, as associações de defesa econômica, sejam elas socialistas, comunistas, republicanas ou democratas, ou mesmo sem nenhuma cor política, bastando a qualquer, para incorrer na excomunhão da seita sedenta de sangue o fato de não partilhar de suas crenças medievais, de não suportar a sua intolerância inquisitorial nem o obscurantismo que lhe é condição de vida.

É contra o fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes, que é preciso lutar (Contra o fascismo. In: *O Homem Livre*, n. 01, 27 mai 1933, p. 1).

Já a ANL tem um caráter propositivo e “ofensivo”, encabeçando aspirações revolucionárias que colocavam em comunhão tenentes “de esquerda” e comunistas pecebistas, pois se postulava como anti-imperialista, antilatifundiária e, por consequência, antifascista. A revolução nacional-burguesa estava no horizonte e aspiração tanto de PCB (com base tanto nas diretivas da IC, quanto na sua leitura própria acerca da realidade brasileira), quanto dessa fração dos tenentes, que pretendiam revolucionar as bases oligárquicas e “semifeudais” do país, substituindo-as por um Estado democrático-burguês ou em uma “democracia tutelada”, como aponta Vianna (1992, p. 28). Portanto, percebe-se que a ANL carrega consigo um programa muito mais extenso e amplo do que os pontos básicos de unidade que fundamentavam a ação da FUA.

Considerações finais

Em diversos momentos deste texto, foi ressaltado o seu caráter de fruto de uma pesquisa inconclusa, que carece de uma série de aprofundamentos e está suscetível a ligeiras alterações no seu curso, como é natural de qualquer processo de pesquisa científica. Portanto, foram apresentados alguns eixos de problematizações que se pretende responder futuramente, ao final de uma trilha que está em seus primeiros passos.

Ao realizar-se uma discussão teórica que problematizou a questão da “crise da modernidade” e seu impacto no campo da História, foi proposta uma historiografia baseada tanto nos preceitos do marxismo crítico fundamentado na dialética, quanto aberta às contribuições diversas, que pensem a História do Trabalho a partir de princípios que a confirmam dinamicidade e que rejeitem qualquer pré-determinação. Nesse sentido, espera-se ter contribuído ligeiramente com a discussão teórica nesse campo, embora sem pretensões de esgotar debates ou apresentar soluções definitivas.

Por último, buscou-se um avanço modesto na compreensão dos significados do fascismo e do antifascismo construídos pela Frente Única Antifascista e pela Aliança Nacional Libertadora. Apesar de ainda preliminarmente, foi possível tecer algumas conclusões a respeito das diferenças entre uma organização e outra, no que pese terem tido semelhanças.

Referências

ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. **Na Contracorrente da História: Documentos do trotskismo brasileiro 1930-1940**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2014.

ABRAMO, Fúlvio. **A revoada dos galinhas verdes**. São Paulo: Veneta, 2014.

BATALHA, Claudio. Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.

BIANCHI, Alvaro. É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros? **Perseu**: Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. [s. l], n. 8, p. 361-380, 2012.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935**. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, UFE, Niterói, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 14, n. 27, 9-26, 1994.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):** autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. 2012. 506 p. Tese (Doutorado) - Curso de História, UFF, Niterói, 2012.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 5, n. 10, mar./ago. p. 208-31, 1985.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MAFFEI, Eduardo. **A Batalha da Praça da Sé**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classe: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: n. 20, p. 33-55, 2007.

PARVUS, Alexandre. Prefacio a Antes del 9 de enero de L. Trotsky. 1905. Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/parvus/1905/enero/prefacio-antes-9-enero.pdf>> Acesso em 14 jul 2021.

PETERSEN, Sílvia e LOVATO, Bárbara. **Introdução ao Estudo da História**. Temas e Textos. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 24, n. 48, 39-72, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TROTSKY, Leon. **Sobre a Frente Única**. Tradução de Fernando Pardal. 1922. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1922/02/frente.htm>>. Acesso em 14 jul 2021.

TROTSKY, Leon. **Revolução e Contrarrevolução na Alemanha**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

VIANNA, Marly de Almeida G. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Representação política e educacional das associações docentes pelotenses no governo de Getúlio Vargas (1930-1945)

Tamires Ferreira Soares¹

Introdução

O governo de Getúlio Vargas se destacou pelas suas manifestações patrióticas que demonstravam benemerência e apreço pela Pátria Brasileira. No campo político, Vargas compreendia a Educação como componente necessário para o progresso e modernização da Nação (LEVINE, 1980). Assim sendo, Getúlio Vargas implementou em seus governos muitas leis de nacionalização tornando o cenário público alvo das propagandas dos ministérios e de muito investimento na política educacional. Mesmo antes de 1937, o Estado realizava excessivas averiguações e fiscalizações sobre a classe docente, algo que se acentuou durante o Estado Novo. Nesse contexto, até mesmo os planejamentos de aula eram apreendidos pelos Delegados Regionais de Ensino para análise. No que se refere a esse segundo momento, podemos citar o acontecido com a docente Tusnelda Júlia Koppelman

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História UFPel; Bolsista CAPES; E-mail: tamyres_soaresf@hotmail.com

na Semana da Pátria em 1943, que acabou sendo julgada por subverter as leis de nacionalização e por fim, acabou sendo presa.

Um simples fato bastaria para definir em toda a sua miserável e doentia insolência o caráter incuravelmente germânico da professora “brasileira” Tusnelda Julia Koppelman. O detestável germanismo desta impulsiva moça transparece em inqualificável e estúpida ofensa por ela praticada contra nosso pavilhão. Narremos o episódio, segundo as declarações da própria depoente. Tusnelda declarou o seguinte: Que no dia 7 de setembro do ano passado, numa festa cívica, à qual compareceram os seus alunos, numa grande sala de aula enfeitada com bandeirinhas brasileiras, estando, também, presentes os pais dos alunos e outras pessoas residentes no distrito, a depoente amarrou, no pescoço de um cachorrinho seu, uma bandeira brasileira, proferindo, na ocasião, a seguinte frase: - VEM CÁ, CACHORRINHO, TU TAMBÉM ÉS BRASILEIRO E VIESTE À FESTA SEM A TUA BANDEIRINHA!²

Contudo, nos anos 1940, os professores já estavam organizados em associações para defender seus interesses salariais e espaços de trabalho. Alguns autores (GOMES, 1994), (ARRIADA, 2014), (TAMBARA; CARDOSO, 2010) e (PERES, CARDOSO, 2004) apontam que os professores e professoras eram ativos e se reuniam em círculos desde 1920 para debater acerca dos problemas governamentais e educacionais. Com a intenção de tornar mais amplo as discussões, implementou-se em 1925 no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE). Posteriormente, em 1926 o presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE) ergueu a Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE). É relevante salientar que a SPABE era bastante ativa no município de Pelotas e possuía como membros cidadãos de prestígio como: Jorge Salis Goulart, Joaquim Luís Osório, Manoel Luís Osório, Fernando Luís Osório dentre outros³.

2 Periódico Vida Policial, Porto Alegre, 1943, p.3. Citado por LEMOS (2012).

3 João Brum de Azeredo, Francisco Paula Alves da Fonseca, Maria da Glória Pancinha, Maurício Rodrigues, José Fernandes Duval Júnior, Luís Carlos Massot, Gregório Romeu Iruzum, Antero Moreira Leivas, Cássio Tamborindegny, Guilherme Echenique, Miguel de Souza Soares, Joaquim Alves da Fonseca, Pedro Luís da Rocha Osório (ARRIADA,2014).

Em uma das reuniões da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE) ergueu-se a ideia de construir uma associação que defendesse em seu estatuto a classe docente e contribuíssem nas discussões sobre as reformas educacionais e aprimoramento cultural dos professores mediante cursos de formação que contribuiriam na apropriação ao novo molde educacional do período. Desse modo, surgiu em 1928 a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP).

Mais tarde, o professorado católico inspirado na Associação Sul Rio-Grandense de Professores fundou a Associação Católica de Professores e Ação Social (ACPAS) que possuía como intuito, auxiliar nas demandas educacionais e defesa dos professores católicos. As associações (ASRP) e (ACPAS) influenciavam instituições de ensino de excelência no município de Pelotas como o Ginásio Gonzaga e o Ginásio Pelotense (AMARAL, 2007).

O objetivo deste texto é trazer alguns resultados iniciais de um projeto de dissertação de Mestrado que está sendo investigar as lideranças docentes que criaram a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP) e a Associação Católica de Professores e Ação Social (ACPAS) que se destacaram na época, buscando averiguar seus campos de desempenho, táticas de combate, resistência e atuação política.

Rastreado os professores: fontes iniciais

Com a intenção de pesquisar os líderes das associações docentes pelotenses a pesquisa está na fase da coleta de dados sobre a vida profissional, política e familiar desse grupo, bem como, a compreensão da conjuntura social, econômica e educacional da época. Dessa maneira, é necessário almejar um perfil coletivo dos professores da época com desígnio de interpretar como era o posicionamento dos líderes membros das associações na defesa aos professores perseguidos e presos. Para a construção deste estudo várias fontes documentais estão sendo investigadas, mas aqui trazemos como fonte de pesquisa os Almanacks Laemmert (disponível na hemeroteca digital), acervo escolar (Gymnasio Pelotense) e Revista Vida Policial.

Os Almanak Laemmert foram imprescindíveis no desenvolvimento deste trabalho pois tornou viável nomear docentes e colégios em funcionamento no período. Apoiado nisso, iniciou-se uma coleta de dados pelos nomes dos professores no qual, foi possível organizar até o momento os anos 1930-1931. No entanto, pretende-se aprofundar no futuro, os demais anos que contemplam a época de estudo (1930-1945). Evidencio a seguir, o resumo geral dos importantes dados coletados nos Almanak Laemmert que colaboraram na identificação de 203 professores pelotenses. Claro que a grande maioria não era formada por lideranças que se destacaram na Associação. No entanto, a elaboração de uma base de dados nos permitirá construir a trajetória de alguns docentes, cruzar informações sobre carreira, ano e espaços de atuação, assim como as redes de relações no interior da classe docente.

ANO	PROFESSORES ATIVOS	ESCOLAS
1930	73 mulheres 19 homens Total: 92	Gymnasio Pelotense, Gymnasio Gonzaga, Colégio Elementar Felix da Cunha, Colégio Elementar Cassiano do Nascimento, Escola Visconde da Graça, Escola Bruno Chaves, Escola Henrique Chaves, Escola Coronel Alberto Rosa, Escola Piratinino de Almeida, Escola Barão de Santa Tecla, Escola Carlos Laquintinie, Escola João Affonso, Grupo Escolar D. Maria Eufrásia, Grupo Escolar Joaquim Assumpção, Escola Mauá.
1931	86 mulheres 25 homens Total:111	Colégio Elementar Felix da Cunha, Colégio Elementar Cassiano do Nascimento, Grupo Escolar D. Antônia, Escola Carlos Laquintinie, Escola João Affonso, Grupo Escolar D. Maria Eufrásia, Grupo Escolar Joaquim Assumpção.

Com a finalidade de entender as lideranças docentes pelotenses no período de 1928 a 1945 iniciou-se um rastreamento a partir dos nomes dos 203 professores coletados do Almanak Laemmert e, por meio de buscas online, foram descobertas várias outras fontes

documentais importantes como: Revista de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul-Legislação Federal 1940, Documentos da Associação Brasileira de Educação (ABE) 1946, cursos de formação para professores em 1944 (certificados), Jornal Alvorada 1936 (pronunciamento de Getúlio Vargas aos professores), Departamento de Educação 1942 (Higiene Mental do escolar), Associação Brasileira de Educação: Educação Physica Elementar 1935, livros didáticos em linhagem nacionalista, documentos e fotografias Gymnasio Pelotense e Gymnasio Gonzaga dentre outras fontes riquíssimas que foram encontradas via acervos digitais⁴. Elas podem servir como fontes de informação a respeito da trajetória e atuação de alguns professores, nos auxiliando na contextualização de sua atuação docente.

Vale enfatizar, duas fontes documentais importantes que pertencem ao Gymnasio Pelotense, instituição apontada como padrão de ensino na época e renomada pelo seu corpo docente que era composto por uma elite intelectual pelotense. Por muito tempo, o Gymnasio Pelotense acabou sendo local das primeiras reuniões da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE) (CARDOSO, 2011). As fontes documentais do educandário que merecem realce são: Arquivo Colégio Pelotense 1945⁵, Jornal “O Estudante” edição especial 2002⁶.

O “Arquivo Colégio Pelotense 1945” abrange informações como: Listagem de professores (contendo nome, idade, matéria que lecionava, número de registro e salário), lista de funcionários, quadro de matrículas, registros que anunciam que o corpo docente do Gymnasio Pelotense era visto como um dos mais habilitados do Rio Grande do Sul, memorandos feitos pelos Inspetores Federais ao Ministério da Educação e Saúde contendo o custo das mensalidades

4 Acervos digitais que forneceram as fontes: Repositório Institucional da UFSC, Hemeroteca Digital Brasileira, Bibliotheca Pública Pelotense, acervo “O Globo”, acervo Fundação Getúlio Vargas-FGV, Laboratório de Ensino e Material Didático-LEMAD USP.

5 Acesso completo ao documento: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/199187/DA.RL.1944.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

6 Acesso completo ao documento: <https://www.doccity.com/pt/pelotas-memorias-edicao-comemorativa/4768681/>

dos alunos por ano letivo. Nesta fonte conseguimos identificar o total de 52 professores atuantes no Gymnasio Pelotense.

A outra fonte que merece visibilidade é o Jornal “O Estudante”, liderado por Ney Maciel e Amilcar Gigante e que era um dos primeiros impressos estudantis da década de 1942. Contudo, em virtude do regime autoritário forçado no país impediram a divulgação desses periódicos (AMARAL,2002). No ano de 2002, o Colégio Municipal Pelotense comemorava seus 100 anos de atividades e resolveram organizar uma edição especial do jornal “O Estudante” no qual, chamou muita atenção pois apresentava o nome de 100 professores que atuavam na instituição no decorrer dos 100 anos.

É crucial enfatizar que a pesquisa se encontra em fase inicial. Até o momento, contamos com uma listagem de identificação de 355 docentes da cidade de Pelotas que atuaram no período 1930-1945. Essa base de dados será ampliada no decorrer das práticas de pesquisa. No entanto, foi possível a realização de um estudo profundo no campo profissional desses professores buscando interpretar os vínculos de poder, perspectiva do grupo social, sua individualidade além disso, analisar os diversos cenários do sistema econômico, social, político e educacional da época.

A revista *Vida Policial* e os professores de origem alemã

Como já foi dito, durante o Estado Novo a classe docente foi bastante vigiada. Como Pelotas e região possuía uma significativa presença de professores descendentes de alemães, eles foram alvo da investigação das autoridades públicas, como foi o caso da Professora citada no início desse artigo. A revista *Vida Policial* é uma boa fonte para a análise dessa questão. Ela circulou entre anos de 1937 e 1946 na cidade de Porto Alegre e foi registrada no Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P) e dirigida pelo Dr. Plinio Milano, sendo editada pela Repartição Central da Polícia do Rio Grande do Sul e publicada mensalmente. A revista *Vida Policial* detinha como encargo propagandear o governo varguista e, no contexto anti-germanista que caracterizou o período, discorrer sobre antinazismo no Estado. Portanto, uma das finalidades era conter o avanço nazista

que ameaçava a Pátria Brasileira. De acordo com o apontamento da fonte (VIDA POLICIAL 08/1937, p.22) o movimento Nazista em Porto Alegre sucedia desde 1931 e em 1932 já se encontrava inteiramente organizado e chefiado por Gustavo H. Ehricht. À vista disso, proporcionando facilmente o ingresso de alemães no Brasil favorecendo uma expansão acelerada dos grupos nazistas por todo território Riograndense. O historiador Tiago Weizenmann em sua dissertação “Cortando as Asas do Nazismo: Representações e imaginário sobre nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)” (WEIZENMANN, 2008) ressaltou que no estado do Rio Grande do Sul situava-se a segunda maior comunidade alemã do Brasil e o quarto maior grupo Nazista denominado como Ortsgruppe localizado na cidade de Porto Alegre.

As edições dos anos (1942-1945) da revista *Vida Policial* passaram a produzir as matérias “Cortando as asas do Nazismo” e “Os Astros da Quinta Coluna: A Quinta Coluna trabalha contra o Brasil” que abordavam sobre os conflitos e as tentativas de combate aos nazistas e como decorriam as espionagens aos suspeitos de subverter o nacionalismo conhecidos como “quintacolunitas”. Mediante a análise parcial dessas fontes foi possível observar um grande número de indivíduos que acabaram sendo perseguidos na época no Rio Grande do Sul, esses cidadãos exerciam as mais variadas profissões como comerciante, operário, dentista, colono, engenheiro, viajante, agrônomo, agricultor, estofador, fundidor, mecânico, marmorista, desenhista, pastor e professor. Em vista disso, conseguimos perceber que os “quintacolunistas” estavam espalhados pelas diversas esferas da sociedade buscando dominar e disseminar a visão de mundo nazista no estado do Rio Grande do Sul. É relevante salientar que o maior número de presos neste período estava vinculado aos ofícios de professor, pastor, agricultor que eram profissões de destaque na época.

A revista *Vida Policial* contribuiu na identificação dos sujeitos acusados e presos propiciando um aprofundamento do estudo das trajetórias dos grupos perseguidos, em especial, os professores. Assim sendo, identificamos onze professores que estiveram por muito tempo

vigiados por inspetores e policiais até sua prisão, dessa maneira, se torna possível compreender como sucediam as linhas e estratégias de investigação e denúncia por parte do povo que atuava como “vigilante da pátria” além disso, analisando a postura e as vivências no meio social dos quintacolonistas. Os nomes e as histórias que já foram identificadas foram dos seguintes acusados: Hans Georg August Schreen, Luize Schreen, Aloys José Hannes, Engel Haralt, Gunther Neufeldt, Bernardo João Osterkamp, Leonanhard Stief, Germano Hahn, Gerhard Otto Kutschke, Martin Walter Boysen, Aurélio Amaral. Em outro momento, se planeja aprofundar uma análise sobre esses onze professores.

Durante a realização da pesquisa na revista *Vida Policial* nos deparamos com um boletim da Secretaria de Educação que apresentava um levantamento das associações existentes e ativas no estado do Rio Grande do Sul sendo elas: Científicas, Literárias, Artísticas, Educativas, Cívicas e Recreativas. Neste boletim foram registradas 646 associações exercendo suas atividades e o que nos chamou atenção, era que as Associações Educativas se encontravam entre as mais atuantes e com 9.103 sócios. A seguir, se apresenta a tabela com as associações mais participativas desde ano de 1937:

	Associações	Número	Sócios
1°	Recreativas	421	64.595
2°	Artísticas	92	10.662
3°	Educativas	73	9.103

Com base nesses dados, notamos que as associações educacionais eram extremamente funcionais e possuíam grande número de sócios sendo que, a maior parte eram professores. Tornando-se relevante um estudo mais aprofundado que identifique com clareza as atuações e os papéis desempenhados pelas associações educacionais na defesa de seus sócios que, por via, acabaram sendo

acusados e presos. Os próximos estudos terão como propósito maior entender a Associação Sul Rio-Grandense de Professores (ASRP) e a Associação Católica de Professores e Ação Social (ACPAS) na defesa de seus sócios que foram apreendidos conforme aponta a Revista Vida Policial.

Considerações Finais:

Até o presente momento foi possível coletar o nome de 355 professores em Pelotas entre os anos 1928 e 1945. Podemos destacar a grande presença de mulheres, de professores com sobrenomes de origem alemã e de membros de famílias importantes do município de Pelotas, o que evidencia uma certa diversificação do corpo docente local. Também acabou sendo viável a identificação dos acusados e presos por conspirar contra o nacionalismo dentre eles, onze professores. Essas histórias serão melhor investigadas, assim como a posição pública das Associações na defesa dos professores, tanto nos jornais da época quanto em outros documentos. O trabalho ainda se encontra em estágio inicial e objetiva pesquisar mais profundamente o papel das associações (ASRP) e (ACPAS) a partir de uma História Social da educação suas atuações políticas, educacionais estratégias de resistência em um período carregado de transformações e divergências políticas e econômicas.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Giana Lange do. O periódico católico pelotense “A Palavra”: aspectos sobre a Igreja Católica e a educação nas primeiras décadas do século XX. **Cadernos de Educação**. PPG-UFPEL, n. 29, jul.dez., 2007, p. 153- 171.

_____, Giana Lange do (org.). **Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história (1902-2002)**. Pelotas: Educat, 2002. 198p.

ARRIADA, Eduardo. O Ensino Secundário: Formação e Educação das Elites (1912-1970). In: RUBIRA, Luis (org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Pelotas: João Eduardo Keiber ME, 2014. v.3, p.471-492.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto / Edusp, 1998.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. **Associação Sul Rio-Grandense de professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em pelotas (1929-1979)** / Sergio Ricardo Pereira Cardoso; Orientador: Antonio Elomar C. Tambara. – Pelotas, 2011. 269f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Programa de Pós - graduação em educação. Universidade Federal de Pelotas.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LEMONS, Vanessa dos Santos **Propaganda e coerção na política educacional do Estado Novo (1937-1945), em Pelotas/RS**. / Vanessa dos Santos Lemos; Orientador: José Plínio Guimarães Fachel. – Pelotas, 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

LEVINE, Robert. **O Regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LUCA, Tania Regina de. FONTES IMPRESSAS: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BACELLAR, Carlos; GRESPLAN, Jorge; NAPOLITANO, Marcos; JANOTTI, Maria de Lourdes; LUCA, Tania Regina de; BORGES, Vavy Pacheco; ALBERTI, Verena. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora contexto, 2008. p. 111-153

PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. A Expressão da Modernidade Pedagógica em Pelotas: A criação do Grupo Escolar Joaquim Assumpção. In: **Caderno de História da Educação**. n. 03, Jan/Dez, 2004, p. 97-108

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira - a organização escolar**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998

STONE, Laurence. Prosopografia. Tradução de Gustavo Buscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto. **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, v.19, n.39, p.115-137, jun. 2011.

TAMBARA, E. A. C; CARDOSO, Sergio. O Nascimento e a afirmação da Associação Sul Rio grandense de professores perante a comunidade pelotense (1920-30). In: **Associação e sindicatos de trabalhadores em educação, 2010**, Rio de Janeiro.

Anais do seminário internacional da rede de pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.v.1

WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo**: representações e imaginário sobre o nazismo na revista *Vida Policial* (1942-1944). 2008, 298f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1853/cortando%20as%20asas.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso realizado 24 de Out. de 2021 às 18 horas.

Julio Meinvielle: o anticomunismo católico e o governo Arturo Frondizi

Leonardo da Rocha Botega¹

Instabilidade – Estabilidade. Se alguma dicotomia pode sintetizar a principal linha de condução do governo Arturo Frondizi (1958-1962), talvez seja essa. Um governo fundamentalmente marcado pelo conflito peronismo-antiperonismo. Um conflito que ganhou novas dimensões quando, em 16 de setembro de 1955, um Golpe liderado pelo general Lonardi interrompeu uma década de governo peronista. A autodenominada Revolução Libertadora inaugurou um tempo de intenso revanchismo por parte da oligarquia argentina, sobretudo, dos setores que foram retirados do poder com o Golpe de 1943 e que dominaram o processo político ao longo de toda a chamada “Década Infame”².

Após um breve governo encabeçado por Lonardi, um nacionalista católico que ao assumir o governo proclamou a fórmula

1 Professor do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: leorochabotega@politecnico.ufsm.br

2 A “Década Infame” corresponde ao período iniciado com o golpe conduzido pelo general José Félix Uriburu contra o governo radical de Yrigoyen, em 1930, e que terminou com o golpe militar encabeçado pelos generais Pedro Pablo Ramírez e Edelmiro J. Farrell em 1943. O período foi marcado pelo predomínio da oligárquica agroexportadora e pelas constantes fraudes eleitorais. (ROMERO, 2006, p.63-90).

“não há vencedores e nem vencidos na Revolução”, uma tentativa de inserção de “um peronismo sem Perón” no novo regime instaurado, assumiu o governo o general Pedro Eugenio Aramburu. Diferentemente de seu antecessor, o novo governo se pautava por uma linha de ação sem concessões e flexibilidades com o peronismo, inaugurando um processo de intensa repressão, marcado pelo fuzilamento de militares ligados a Perón, pela perseguição e intervenção nos sindicatos e pela proscrição de qualquer símbolo que lembrasse Perón, Evita e o peronismo (LUNA, 1974, p.95-104). Porém, mesmo sendo um governo intensamente repressor, a Revolução Libertadora foi marcada por fragilidades políticas evidentes. De um lado, o antiperonismo constituía-se como o único fator de unidade entre os contraditórios interesses de classe, frações e grupos que apoiaram a deposição do governo peronista. De outro lado, as medidas antiperonistas faziam com que a Revolução Libertadora fosse trilhada pela ilegitimidade de um sistema político onde a principal força não podia atuar livremente.

Estas fragilidades se evidenciaram nas contraposições que apareciam no interior das forças políticas que apoiaram o golpe de 1955. Em meio ao processo de articulação visando não somente as eleições constituintes, como também as eleições presidenciais prometidas para 1958, paulatinamente, essas foram se definindo entre liberais e desenvolvimentistas, antiperonistas e defensores da participação política de um peronismo sem Perón. Uma contraposição tão profunda que levou a divisão no interior da União Cívica Radical - UCR (segundo partido da preferência dos argentinos, depois do peronismo), nas eleições constituintes de 1957³. De um lado, liderada pelo desenvolvimentista Arturo Frondizi surgiu a União Cívica Radical Intransigente - UCRI; de outro lado, liderada pelo liberal Ricardo Balbin surgiu a União Cívica Radical do Povo - UCRP. (UZAL, 1989)

3 O peronismo utilizou as eleições constituintes de 1957 para demonstrar, ao mesmo tempo, sua força política e a ilegitimidade do processo. Após intensos debates, o Comando Sindical Peronista, com o aval de Perón, ordenou o voto em branco. O resultado do processo foi uma considerável vitória do peronismo com 2.115.000 votos em branco (24,31%), seguido da UCRP com 2.106.000 votos (24,20%) e da UCRI com 1.847.000 votos (21,23%) (KOENIG, 2013, p.147).

A divisão do radicalismo e a vitória da intransigência eleitoral peronista nas eleições constituintes de 1957, deixaram evidentes que qualquer possibilidade de vitória eleitoral passava pela busca do voto dos aliados de Perón. Foi com esse objetivo que o então candidato Arturo Frondizi procurou o ex-presidente deposto em 1955 e estabeleceu com ele o Pacto Perón-Frondizi, um documento assinado pelos dois líderes e por seus principais delegados, John William Cooke e Rogélio Frigerio. Em linhas gerais o documento garantia a transferência dos votos peronistas para o candidato da UCRI em troca da legalização e do fim das perseguições ao peronismo. Como resultado deste pacto, nas eleições de 23 de fevereiro de 1958, os peronistas garantiram ao candidato da UCRI cerca de 2 milhões de votos a mais do que a agremiação havia conseguido nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1957 e uma ampla vitória em relação ao candidato oficial.⁴

A engenharia política que garantiu a vitória eleitoral de Arturo Frondizi foi determinante para a constituição das determinantes que marcaram o seu governo e a sua tentativa de implantação do seu programa desenvolvimentista na Argentina. De um lado, assumiria a presidência com o compromisso de honrar os acordos feitos com o peronismo. De outro lado, teria que enfrentar as desconfianças dos militares antiperonistas incomodados com os métodos que levaram a sua vitória eleitoral, um incômodo agravado ainda mais devido ao apoio dado pelos comunistas. Devido a tal incômodo, sua posse somente foi garantida após a concessão de uma forte autonomia aos militares, o que acabou transformando seu governo em um governo tutelado.

Exprimido entre os militares antiperonistas e o próprio peronismo, o governo Arturo Frondizi foi marcado por uma restrita margem de manobra para suas ações. A maior parte de suas medidas, muitas vezes contraditórias com a própria trajetória do presidente,

4 As eleições presidenciais de 23 de fevereiro de 1958 garantiram 4 milhões de votos para Arturo Frondizi (45%) contra 2,5 milhões de votos (29%) para Balbin, o candidato da UCRP apoiado pelo governo Aramburu. Somam-se a esses, 800 mil votos em branco, provavelmente, de peronistas que não acataram a ordem de Perón (BOTEGA, 2010, p.173).

foram sendo tomadas ao calor dos movimentos de uma conjuntura onde a instabilidade era a regra. Ao longo de 3 anos e quase 11 meses, foram cerca de três dezenas de tentativas do golpe contra o governo.

A partir desta busca de equilíbrio na corda bamba do conflito peronismo-antiperonismo, é que Arturo Frondizi foi sendo caracterizado pelos seus adversários políticos. Pragmático, maquiavélico, persuasivo, oportunista, traidor, fraco, muitos eram os adjetivos utilizados pelos diferentes adversários para atacar o presidente, seu governo e seus principais assessores. Porém, um adjetivo em especial, chamava muita atenção: comunista.

No exercício das disputas no campo político-ideológico, o termo comunista serve para caracterizar tudo aquilo que é considerado oposto ao ideário definido por aqueles que se entendem como anticomunistas. Muito mais do que um projeto, o anticomunismo consiste em uma atitude de recusa militante ao projeto comunista ou aquilo que se identifica como tal. Dessa forma, o anticomunismo congrega diferentes e diversos grupos em um amplo leque que pode congrega fascistas, socialistas democráticos, liberais e grupos religiosos, entre esses grupos católicos (MOTTA, 2002).

No caso argentino, um dos principais grupos anticomunistas que atuou no país desde a década de 1930, e que teve forte atuação no contexto do governo Arturo Frondizi foi o nacionalismo anticomunista católico. Entre os seus intelectuais, um dos mais destacados foi o Padre Julio Meinville, um dos principais expoentes do pensamento conservador argentino entre as décadas de 1930 e 1970.

Julio Meinville: católico, nacionalista e anticomunista

Julio Meinville nasceu em Buenos Aires, em 31 de agosto de 1905. Estudou no Seminário de Villa Devoto, onde foi ordenado sacerdote e se doutorou em Teologia e Filosofia. Em março de 1933, é nomeado padre na Paroquia de Nossa Senhora da Saúde no bairro de Versailles, Buenos Aires. Criou grupos de trabalhos e diversas instituições paroquias, entre essas o Ateneo Popular e o Escotismo Católico, buscando o contato com os jovens do local. Ao mesmo tempo, manteve uma intensa atividade intelectual colaborando com

a revista católica *Critério* e, posteriormente, fundando a também revista católica *Crisol*, além de participar ativamente nos Cursos de Cultura Católica. Foi a partir desta atuação que se converteu em mentor de um grupo de nacionalistas católicos que contava com a participação de jovens intelectuais como Marcelo Sánchez Sorondo, Máximo Etchecopar, Ignacio Anzoategui, César Pico, Mario Amadeo. (SAÍTTA; ROMERO, 2006).

Ao longo da década de 1930, Meinvielle escreveu algumas de suas mais importantes obras: *Concepción católica de la política* (1932), *Concepción católica de la economía* (1936), *El judío* (1936) e *Los tres pueblos bíblicos en la lucha por la dominación del mundo* (1937). Manteve uma forte polêmica com o pensamento progressista de Jacques Maritain, um dos mais importantes filósofos católicos, sobretudo, em relação a Guerra Civil Espanhola e as críticas que este fazia ao franquismo. Segundo Meinville, na Espanha se travava uma Guerra Santa e o franquismo representava a defesa dos valores católicos e da Igreja. (SAÍTTA; ROMERO, 2006).

Em 1948, a partir de um dos grupos de cultura católica que participava, ajudou a fundar a Sociedade Tomista Argentina, que teve como seu primeiro presidente Tomás Casares e Meinvielle como secretário. A ideia era a partir dos estudos e da difusão de uma concepção “autenticamente tomista” alertar contra “*la corriente progressista, de aquellos que deprecian la filosofía y teología tomista*”. A necessidade de “una filosofía sana para una buena teología” era uma de suas principais preocupações. Essa era uma forma de proteger a cristandade de seus inimigos: a nova cristandade proposta por Maritain, o liberalismo anticlerical, o judaísmo e, sobretudo, o comunismo. (BENSON, 2014).

Em oposição aos inimigos da cristandade, uma das características fundantes do povo argentino, Meinvielle propunha uma concepção que mesclava o nacionalismo e o catolicismo conservador, com um forte antissemitismo: o nacionalismo católico. Foi a partir desse nacionalismo católico que se tornou um intelectual influente entre grupos protofascistas e neonazistas argentinos que atuaram nas

décadas de 1950 e 1960 como a Asociación Nacionalista Tacuara e a Guardia Restauradora Argentina.

Julio Meinvielle faleceu em um acidente de automóvel em 03 de agosto de 1973. Ao longo do governo Arturo Frondizi, proferiu inúmeras conferências e palestras denunciando que se estava pavimentando o caminho para a implantação do comunismo na Argentina. Sua tese, em um contexto fortemente marcado pela Guerra Fria, ganhou a adesão de inúmeros militares antiperonistas, sobretudo, entre aqueles que comandariam o golpe contra Frondizi dado em 29 de março de 1962.

O governo Frondizi como caminho para a implantação do comunismo na Argentina

Apesar de também ser católico e de proferir publicamente inúmeras críticas ao comunismo⁵, o presidente Arturo Frondizi e seus principais assessores eram vistos pelo Padre Julio Meinvielle como as pontas de lança do projeto de implantação do comunismo na Argentina. Tal ideia foi defendida publicamente por ele em Conferência pronunciada em 21 de novembro de 1960, no Instituto Bautista Bustos, na Província de Córdoba, intitulada “La dialectica de la accion o como se propaga el comunismo em nuestro país”.

Meinvielle começa a sua conferência chamando atenção para o fato de que estava claro *“para todo el que tiene sensibilidad social que el comunismo está avanzando rapidamente en el país”*. Um avanço que possuía causas remotas e causas próximas. Como causa remota mencionava o *“estado de desarme”* que se encontrava o povo argentino devido a *“prédica laicista”* que tomou conta da educação, da cultura e da vida nos últimos 80 anos. A laicização desarmou o povo argentino para o enfrentamento ao comunismo, sobretudo, por tê-lo deixado com falta de convicções religiosas firmes. Como causa próxima estava a própria propaganda comunista, bastante presente na vida pública da

5 Em minha tese de doutorado indiquei a luta contra comunismo como um dos principais elementos contidos nos discursos presidenciais de Arturo Frondizi no que tange a defesa da estabilidade política como condição para a implantação do desenvolvimentismo na Argentina. Ver: Botega (2019).

geração que estava entre os 35 e 55 anos e que havia sido doutrinada a partir dos princípios da reforma universitária nas universidades de Buenos Aires, La Plata, do Litoral e de Córdoba. Estas gerações “*imbuídas de mentalidad comunista*”, quando não formam células comunistas, estão atuando “en los ambientes en que les corresponde actuar” que haviam se ampliado consideravelmente nos últimos anos. (MEINVIELLE, 1960, p.1). Um dos principais expoentes desta geração era Rogelio Frigerio.

O economista Rogelio Julio Frigerio foi um dos principais responsáveis pela elaboração do projeto desenvolvimentista frondizista. Durante a campanha eleitoral foi figura fundamental na articulação do pacto com Perón que garantiu a vitória de Frondizi. No governo desempenhou inicialmente a função de Secretário de Assuntos Econômicos e Sociais, sendo obrigado a renunciar em fins de 1958 por pressão das forças armadas que o viam como o grande fiador do peronismo. Porém, mesmo sem cargo oficial, organizou uma espécie de gabinete extraoficial da presidência, montando uma equipe de intelectuais para elaborar e acompanhar as políticas do governo apelidada de USINA, por ser “*la fábrica, la fuente de toda la energia, de todas las ideas, de todas las estrategias del gobierno*” (GÓMEZ, 2004, p.82).

Segundo Meinvielle (1960, p.1), Frigerio havia formado, junto “*con Narciso Machinandiarena, E. Aragon y Carlos Hojvat, homeopata y socio de Grinhaus, el médico de Frondizi*”, uma célula comunista que estava operando ativamente “*en el primer plano del poder y de la política nacional*”. Em inúmeras de suas palestras e conferências, o padre anticomunista sempre identificou Frigerio, que nunca escondeu de ninguém seu hegelianismo e que em muitos de seus escritos teceu críticas ao marxismo (BOTEGA, 2012), como o grande mentor intelectual da dialética comunista que vinha sendo operada pelo governo Frondizi. Ele era o legítimo fruto das Universidades oficiais Argentinas.

Na sequência de sua fala, após identificar as causas remotas e próximas do avanço do comunismo, Meinvielle (1960, p.2) destacou que era importante assinalar que “*las Universidades oficiales Argentinas*

son el cerebro del comunismo en el país”. Porém, o comunismo não pode avançar em nenhum país apenas com o cérebro, ele precisa de um corpo. Este corpo *“solo se lo puede dar la masa asalariada”*. É justamente este corpo que está sendo criado a partir do trabalho que vem sendo realizado a passos rápidos pelo governo Frondizi. O comunismo, alertava, *“no se difunde por la enseñanza de su doctrina, de hombre a hombre”*, mas sim, *“haciendole practicar, poniéndolo en práctica”* e *“la practica del comunismo es la dialéctica, pero no la dialectica como artificio de razonamiento sino la dialectica de la acción”* (Idem, p.3).

A partir de sua dialética da ação, conforme Meinvielle, os comunistas buscavam atrair os não comunistas, apresentando disjuntivas que não eram precisamente comunismo-anticomunismo, afinal o comunismo sempre se apresenta por baixo de uma máscara. A principal disjuntiva que vinha sendo apresentada pelo comunismo frigerista-frondizista era *“imperialismo-antiimperialismo”* (Idem, p.3). Foi através desta mesma disjuntiva que o comunismo penetrou em larga escala na China, em Cuba e que penetra em todos os países coloniais ou semicoloniais. É o seu *“primer planteo económico-político para apoderarse del poder”*. Uma vez conquistado o poder, o comunismo passa a outros planos, se apoderando progressivamente *“de toda la vida nacional, ejército, cultura, economía, política, religión, que en parte al menos, habrán acompañado al comunismo sin saberlo en aquella primera etapa”*. (Idem, p.13).

A apresentação da disjuntiva imperialismo-antiimperialismo era uma forma eficaz de apurar e agudizar a oposição entre *“Capital internacional oligarquia criolla”* e *“Nación-pueblo”*. Para isso, a célula comunista que dominava o governo Frondizi tinha não apenas um forte aliado como também um agente de quem recebe ordens e é instrumentalizado: o comunismo que opera desse *“un centro mundial”*. Esse, por sua vez, *“se conecta con el super capitalismo financiero judío”* que é representado pelo Banco Karl Loeb and Co. que *“controla directamente las inversiones petrolera de nuestro país e indirectamente las otras radicaciones de capital”*. Por sua vez, este *“supercapitalismo financeiro internacional judeu”* tem por de trás o

Departamento de Estado dos Estados Unidos, cuja *“burocracia ha sido denunciada repetidas veces como minada por los comunistas”*, por isso, as *“embajadas americanas, al menos en América Latina, no oferezcan garantías, sino pelo contrario, contra la penetración comunista”*. (Idem, p.5).

Ao identificar o centro mundial do comunismo como algo interligado ao “supercapitalismo financeiro judeu”, Meinvielle reforça uma ideia que o acompanhava desde os anos 1930: o antissemitismo. Defendia que era necessário observar o judaísmo ao longo da história, *“desde los designos divinos para con su pueblo elegido, hasta las intervenciones concretas en la banca mundial”* (BENSON, 2014, p.15). Em sua obra *“El judío”*, escrita em 1937 e relançada em 1959 com o título *“El judío en el misterio de la historia”*, afirmou que os judeus desejavam a construção de um Império Universal Judaico sobre todos os *“povos amanansados”*, tendo Jerusalém como capital do mundo, isso explica os seus desejos de reintegração junto a Palestina. A “Nova Judeia” não teria como objetivo englobar a totalidade dos judeus, mas sim, *“la creación de un centro judío sea a modo de un hogar común que comuniqué la impulsión necesaria a la mayoría de judíos que permanecerían en su patrias de adopción”*. A partir de Jerusalém, os judeus articulam sua rede de grupos para a realização de seu objetivo final: transformar todas as nações do mundo em escravas. Desse objetivo final deriva a sua ligação com o comunismo. (MEINVIELLE, 1959).

Em sua busca racional de interligar antigas ideias antissemitas com a sua leitura anticomunista católica da conjuntura em que estava mergulhado o governo Arturo Frondizi, Meinvielle procurava comprovar sua tese a partir das ações do próprio governo. Dessa forma, realiza uma das características fundamentais das ideologias: recortar partes da realidade que lhe permitam uma interpretação que promova nos sujeitos a sua representação imaginária do mundo (ALTHUSSER, 2001). A proposição de que o “supercapitalismo financeiro judeu” controlava diretamente os investimentos petrolíferos e indiretamente as outras radicações de capitais na Argentina encontrava amparo na política de atração de capitais estrangeiros adotadas no âmbito do

programa desenvolvimentista frondizista, especialmente, na chamada Batalha do Petróleo, a política de abertura da exploração daquele setor por empresas multinacionais. Porém, o principal ponto destacado por Meinvielle em sua conferência foi o Plano de Estabilização Econômica adotado pelo governo Frondizi em janeiro de 1959, após acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI).⁶

Segundo Meinvielle (1960, p.5), os acordos firmados com o FMI eram parte da estratégia de apurar e agudizar a oposição entre “*Capital internacional oligarquia criolla*” e “*Nación-pueblo*”. Aquele “*organismo mundial fundado y dirigido por judios comunistas*”, havia preparado para o país “*un plan que, al tiempo que pasa al capital internacional nuestras fuentes de riquezas, somete a empobrecimiento de la Nación y al hambre a nuestra masa assalariada*”. Com isso se agudizava a situação social, pois “*a una minoria cada vez más reducida de adinerados en uno de los polos corresponde una masa de empobrecidos en el otro*”.

Este polo da população oprimida agitado “*por agitadores profesionales, va a comenzar a rebelarse y a colocarse en estado de tensión y agitación, huelgas y terrorismo*”. Em contraposição o outro polo “*va a lanzar su denuncia de comunismo contra el polo de rebelión*” e aplicará através da força militar e policial um plano de repressão que “*tendrá como resultado exacerbar al polo de los oprimidos*”. Assim, será agudizada a divisão do país e o comunismo seguirá avançando. Por conta das medidas repressivas duas instituições que são a garantia contra o comunismo tenderão a ser odiadas pelo povo: o Exército e a Igreja. O Exército por ter sido utilizado como um instrumento de repressão puramente policial. A Igreja por ter sido cooptada pelo governo por uma série de concessões como o ensino livre e

6 Em dezembro de 1958, o governo Frondizi firmou um acordo *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional, assumindo compromisso de adoção de medidas profundamente impopulares, tais como: a elevação dos efetivos mínimos bancários a 60%; o cancelamento dos financiamentos hipotecários para habitação; a restrição do financiamento do déficit fiscal pelo Banco Central; a eliminação da maior parte dos controles de preços que existiam; o fim das restrições quantitativas ao comércio; uma forte desvalorização da moeda para que o peso chegasse a seu nível num mercado cambial livre; e uma severa política salarial, eliminando qualquer vinculação entre os ajustes de salário e os aumentos do custo de vida. Tais medidas em conjunto compuseram o Plano de Estabilização Econômica, adotado a partir de janeiro de 1959. (FERRER, 2007, p.184).

alguns favores, dádivas, ajudas, subvenções e toda um conjunto de “*complacencia en una esfera superficial de la vida nacional*”. (Idem, p.6).

Mais uma vez, Meinvielle recorta a realidade nacional para comprovar a sua tese anticomunista católica. O plano de repressão a que se refere (e inclusive cita) é o *Plan Conintes (Conmoción Interna del Estado)* estabelecido pelo governo Frondizi, juntamente com a decretação do Estado de Sitio, em novembro de 1958 em resposta a erupção de um conjunto de greves bancárias, metalúrgicas e ferroviárias devido à queda do nível de vida da classe trabalhadora. O *Plan Conintes* seria aprofundado ao longo de todo o ano de 1959 após a grande greve do Frigorífico Lisandro de La Torre, a publicização por parte de Perón do pacto estabelecido durante o período eleitoral e a consequente entrega por parte de Frondizi de áreas estratégicas do governo para figuras da extrema-direita como o general Carlos S. Toranzo Montero, alçado ao cargo de Comandante em Chefe das Forças Armadas como forma de acalmar os ânimos dos militares antiperonistas. Pela lógica conspirativa anticomunista de Meinvielle, as tentativas de sobrevivência do governo diante dos ultimatos golpistas que recebera eram na verdade parte do plano da célula comunista. Com relação a Igreja, o padre anticomunista se referia *Lei de Enseñanza Libre*, proposta por Frondizi nos primeiros meses de seu governo, que abria a possibilidade da criação de universidades pela iniciativa privada, quebrando o monopólio estatal sobre o ensino superior. Tal proposta vinha de encontro aos interesses da Igreja e do empresariado e colocou Frondizi em oposição com boa parte dos setores que apoiaram a sua eleição.

A partir destas medidas, segundo Meinvielle (1960, p.7-8), a célula comunista que dominava o governo Frondizi estava tendo êxito, sobretudo, por estar conseguindo debilitar o “*nacionalismo auténtico-popular y católico*”, favorecendo um “*nuevo nacionalismo filo comunista que se está perfilando*”. Dessa forma, “*el mismo sentimiento nacional que hasta diez años era, em nuestro país, exclusivamente cristiano*” estava hoje “*poderosamente canalizado pelo comunismo*” na construção de um “*nacionalismo marxista*”.

Porém, apesar dos avanços que a estratégia frondizista-frigerista vinha tendo, a sociedade argentina ainda possuía uma forte barreira contra o comunismo: as forças armadas. Mesmo com os comunistas tendo conseguido aumentar no povo “*el desprestigio de las fuerzas armadas*”, estas ainda eram “*la única garantía sólida contra la penetración comunista*”. (Idem, p.9).

Foram justamente as forças armadas que em 29 de março de 1962 deram o golpe que depôs Arturo Frondizi da presidência. Um golpe que não foi dado contra o suposto avanço comunista. Obviamente as posições independentes da política externa argentina em relação a questão cubana interferiram na decisão, porém, não foram o fator determinante para a derrubada do governo. O fator determinante foram as significativas vitórias que os peronistas obtiveram nas eleições provinciais de 18 de março de 1962, sobretudo, a vitória na Província de Buenos Aires. Apesar de também serem ferrenhos anticomunistas como o Padre Meinvielle, diferentemente do principal intelectual do anticomunismo católico, a extrema-direita militar argentina mirava em um inimigo mais concreto: a única força política que de fato possuía forte penetração popular na argentina, o peronismo.

Conclusão

Como se pode ver, o governo de Arturo Frondizi (1958-1962) foi marcado pela instabilidade, fruto da situação de “anormalidade permanente” que, conforme Halperín Donghi (2006, p.75) foi “*el único clima histórico conocido por varias generaciones argentinas*” entre as décadas de 1930 e 1960, e que se prolongou por pelo menos duas décadas. Em meio a esse clima, a principal meta política do governo ao longo de seus menos de 4 anos era a busca de sua sobrevivência diante das constantes ameaças golpistas vindas tanto do peronismo, como do antiperonismo.

Nesse sentido, a postura pragmática adotada pelo presidente, antes mesmo de eleito, abriam margens para inúmeras interpretações por parte de seus adversários. Entre esses, o nacionalismo anticomunista católico que tinha como seu principal representante o Padre Julio Meinvielle, um conservador de longa trajetória nos debates

políticos argentinos. Combatente contra as ideias progressistas que vinha ganhando força na Igreja, antissemita, denunciante dos males que o processo de laicização vinha gerando não apenas na sociedade argentina, mas no ocidente como um todo, Meinvielle procura recortar nas contraditórias medidas adotadas pelo governo Frondizi os argumentos necessários para afirmar sua tese principal: a de que o governo era dirigido por um célula comunista a serviço de um plano de dominação mundial que aliava comunistas e agentes do “supercapitalismo financeiro judeu”.

Por mais contraditórias e absurdas que possam parecer as ideias anticomunistas católicas propagadas por Meinvielle tiveram uma significativa penetração nos setores conservadores da sociedade argentina. Meinvielle foi o grande mentor intelectual de grupos nacionalistas anticomunistas e antissemitas, entre esses os neonazistas *Asociación Nacionalista Tacuara* e a *Guardia Restauradora Argentina*. Obviamente, como a historiografia já definiu, o anticomunismo, apesar de presente, foi um fator secundário no golpe que depôs Frondizi em 29 de março de 1962. Porém, analisar as ideias daqueles que atribuíam o comunismo a um governo que opostamente estava capitalizando a Argentina é um exercício fundamental não apenas para entender como o pensamento conservador funcionava naquele contexto, mas, sobretudo, para entender como o anticomunismo funciona em tempos onde este tem revigorado sua presença na América Latina.

Referências biográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado. 8ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

BENSON, Jorge. **Julio Meinvielle**: pároco y teólogo de la cristandad. Buenos Aires – Arg.: Jorge Benson, 2014.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A Concepção Histórica de Rogelio Frigerio. **Revista de Teoria da História**. Ano 4, Número 8. Goiânia-GO: Universidade Federal de Goiás, dezembro de 2012.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A experiência do desarrollismo de Arturo Frondizi na Argentina (1958-1962). In: DI MARCO, Luis Eugênio; ILHA, Adair da Silva (Org.). **Los Planes Esperanza del Humanismo Económico**: el Continente indoamericano, una expresión solidaria, un testimonio histórico. Volume 1. São Maria-RS-Brasil: Facos; Córdoba-Arg.: CIEC, 2010.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **O desenvolvimentismo nos discursos presidenciais de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

FERRER, Aldo. **A economia argentina**: de suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GÓMEZ, Albino. **Arturo Frondizi**: el último estadista. La vigencia de un proyecto de desarrollo. Buenos Aires: Ediciones Lumieri, 2004.

KOENIG, Marcelo. **Vencedores vencidos**: peronismo – antiperonismo. Buenos Aires – Arg.: Punto de Encuentro, 2013.

LUNA, Félix. **Argentina**: de Perón a Lanusse (1943-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MEINVIELLE, Julio. **El judío en el misterio de la historia**. 3ª edição. Buenos Aires-Arg.: Theoría, 1959.

MEINVIELLE, Julio. **La dialectica de la accion o como se propaga el comunismo en nuestro país**. Buenos Aires-Arg.: Libreria Huemul, 1960.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SAÍTTA, Sylvia; ROMERO, Luis Alberto. Julio Meinville. **Página 12**, 25 de fevereiro de 2006. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-63581-2006-02-25.html> Acesso em 20/04/2021.

Os perigosos políticos de Pelotas: estudo sobre os políticos atuantes em Pelotas que foram fichados nos arquivos do SNI

Daniel de Souza Lemos¹

Introdução

Em 1964 foi fundado o Serviço Nacional de Informações, criado pela Lei Nº 4.341, de 13/06/64, como órgão da Presidência da República. Tinha como suas finalidades: administrar e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, que interessassem à Segurança Nacional. O SNI também recolhia informações no exterior, principalmente nos países da América Latina. Este órgão da ditadura civil-militar brasileira espionava cotidianamente brasileiros que atuavam em oposição ao governo produzindo dossiês e documentações diversas sobre seus alvos.

Com a publicação do Decreto presidencial nº 5.584/2005 os documentos da época da ditadura militar foram enviados ao Arquivo Nacional e disponibilizados ao público. Foi possível, a partir disso, saber o teor e quem era objeto da espionagem oficial do Estado brasileiro.

¹ UFPEL, Doutorando em História, PPG História UFPEL, e-mail: daniel-dlemos@educar.rs.gov.br

Vários políticos atuantes em Pelotas foram vigiados e tiveram dossiês produzidos sobre suas atividades, públicas ou privadas.

O presente estudo tem como objetivo mapear e analisar o que foi produzido pelo SNI, a partir de seus arquivos digitais, sobre políticos que atuaram em Pelotas e foram vigiados pelo órgão de segurança, especialmente os prefeitos Mário Meneghetti (1905-1969) e João Carlos Gastal (1915-1986) e os vereadores Elberto Madruga (1921-1985), Paulo Brasil do Amaral(1924-2000) e Edgar José Curvelo (1913-1999), entre outros.

Mário David Meneghetti

Dentre os políticos elencados no parágrafo anterior, sobre o Doutor Mário Meneghetti foi encontrado um acervo mais abundante de documentos, mais especificamente, um grande banco de imagens. Mário Meneghetti era porto-alegrense, formou-se em medicina na universidade que atualmente é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Iniciou sua carreira ingressando na Viação Férrea e foi designado para atuar na cidade de Pelotas, no interior do estado do Rio Grande do Sul. Além de exercer a medicina no então Instituto de Higiene, Meneghetti também lecionou na Faculdade de Medicina Leiga, mais tarde vinculada à UFPel. (LEMOS, 2021).

Exerceu a docência e vários cargos administrativos até ingressar no campo político atuando no Partido Trabalhista Brasileiro. Foi presidente da legenda, vereador e prefeito de Pelotas. Depois de encerrar o mandato de prefeito em 1955, Meneghetti que havia sigo eleito vereador mais uma vez, mudou de partido, migrou para o PSD, que era comandado pelo seu irmão Ildo Meneghetti, então governador do Rio Grande do Sul. Essa mudança liga-se ao fato de Mário ter sido indicado para ocupar o ministério da agricultura do governo que iniciava, de Juscelino Kubitschek de Oliveira (Verbete do CPDOC | FGV).

O arquivo do SNI a respeito de Mário Meneghetti possui um grande volume de imagens do período como ministro da agricultura. Imagens oficiais, inclusive, que foram armazenadas pelo órgão de espionagem. As imagens abaixo demonstram cenas de viagens e

eventos oficiais de Meneghetti. Ainda não foi localizado nenhum dossiê produzido com informações mais detalhadas sobre Mário Meneghetti, apenas o acervo de imagens oficiais que foi reunido pelo Serviço Nacional de Informações.

Figura 1 - Posse de Mário David Meneghetti como Ministro da Agricultura de JK, no Catete.



Fonte: arquivo do SNI.

Figura 2 - Mário Meneghetti, Ministro da Agricultura fala na Voz do Brasil.



Fonte: arquivo do SNI.

Figura 3 - Viagem do Ministro Mário Meneghetti ao Nordeste.



Fonte: arquivo do SNI.

Figura 4- Mário David Meneghetti ministro da agricultura entrevista coletiva.



Fonte: arquivo do SNI.

Figura5- Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no Palácio do Catete recebe em audiência o Ministro Mário Davi Meneghetti.



Fonte: arquivo do SNI.

João Carlos Gastal

Foram encontrados mais de 10 documentos mencionando João Carlos Gastal, incluindo uma ficha completa com informações pessoais, incluindo endereço residencial, formação, dados profissionais e sobre a carreira política. João Carlos Gastal foi destacado líder trabalhista em Pelotas e no Rio Grande do Sul. Atuou por mais de três décadas no campo político concorrendo a vários cargos eletivos em diversas competições eleitorais. Iniciou sua carreira ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), depois com a extinção dos partidos políticos pela ditadura civil-militar e a imposição do bipartidarismo, seguiu atuando vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, por fim, com o processo de abertura política, foi um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Os vários documentos que o SNI produziu sobre João Carlos Gastal são do período em que o político foi deputado estadual pelo MDB, exercendo mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Entre 1971 e 1978, Gastal atuou em duas legislaturas destacando-se como líder da oposição ao lado de Pedro Simon e, presidindo o parlamento gaúcho entre 1975 e 1976 (LEMOS, 2020a e 2020b).

No período da atuação como expoente da oposição ao regime militar, Gastal esteve constantemente sob a vigilância dos espões do SNI, que produziram relatórios ricos em informações da sua vida pessoal, profissional e política. Abaixo uma imagem de Gastal com o correligionário Paulo Brasil do Amaral. Na página seguinte um exemplo de relatório elaborado sobre o líder da oposição na ALERGS, nos anos de chumbo.

Figura 6 - João Carlos Gastal e Paulo Brasil do Amaral.




Fonte: Paulo Brasil do Amaral Júnior.

Datando de 24 de setembro de 1973, com caráter de desconfidencialização no topo da página, o documento abaixo reúne antecedentes das principais personalidades que atuavam nos diversos setores públicos e privados, no Rio Grande do Sul. Foi produzido pela SNI totalizando 72 páginas datilografadas.

Figura 7 antecedentes das principais personalidades no Rio Grande do Sul

CONFIDENCIAL

06001


VICEREGIA E POLÍCIA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
Agência de Porto Alegre

ENCAMINHAMENTO 473 / 17 / APA / 73


DATA - 24 SET 73
ASSUNTO - ANTECEDENTES DAS PRINCIPAIS PERSONALIDADES QUE ATUAM NOS DIVERSOS SETORES PÚBLICOS E PRIVADOS, DA REGIÃO DE PORTO ALEGRE/RS.
ORIGEM - AG/SNI
REFERÊNCIA - TELEX 749/71/AC/73, de 19.09.73.
DIFUSÃO - AC/SNI
ANEXOS - Ver item 2.

1. ENCAMINHAMENTO

Relação anexa, constando nomes, funções e registros existentes na APA/SNI, sobre as principais personalidades que atuam nos diversos setores, público e privado, da região de PORTO ALEGRE/RS.

2. ANEXOS:

1. ÁREA POLITICA (Líderes)
2. ÁREA GOVERNAMENTAL FEDERAL
3. " " ESTADUAL
4. " " MUNICIPAL
5. " JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL
6. " ENSINO (REITORIAS) E ÁREA RELIGIOSA
7. " SINDICAL.



OBS.: Os anexos 6 e 7 não seguiram para o DI/EsNI e nem permaneceram arquivados na APA/SNI.

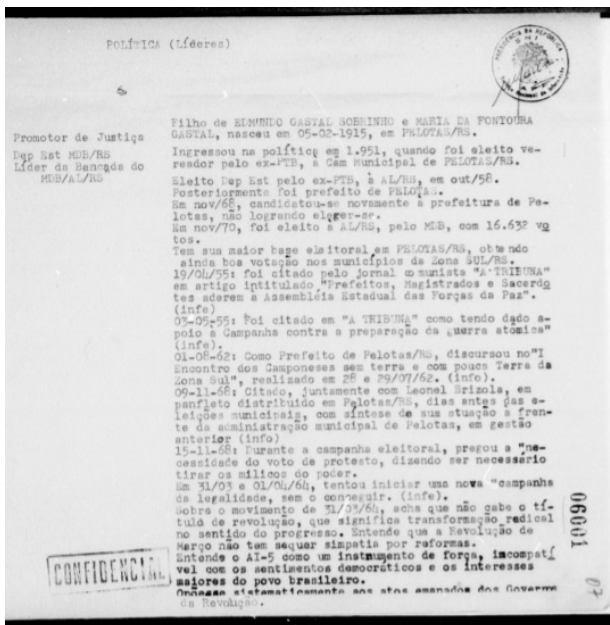
CONFIDENCIAL

Fonte SNI

Algumas informações do documento abaixo:

*“Promotor de Justiça;
Deputado estadual – líder da bancada do MDB – ALERGS;
Filho de Edmundo Gastal Sobrinho e Maria da Fontoura Gastal;
Nascido em 05/02/1915, em Pelotas RS;
Ingressou na política em 1951 quando foi eleito vereador pelo ex-PTB, Câmara Municipal de Pelotas;
Eleito Dep. Est. Pelo ex-PTB, ALERGS, 1958;
Posteriormente foi prefeito de Pelotas;
Em 1968 candidatou-se novamente à prefeitura de Pelotas, não logrando eleger-se;
Em 1970 foi eleito para a ALERGS, pelo MDB, com 16.632 votos;
01/AGO/1962 como prefeito discursou no “I Encontro dos camponeses sem terra e com pouca terra da zona sul”
15/NOV/1968 Durante campanha eleitoral pregou “necessidade do voto de protesto, dizendo ser necessário tirar os milicos do poder”;*

Figura 8 - Relatório elaborado sobre o líder da oposição na ALERGS



Fonte SNI

Paulo Brasil do Amaral

Na pesquisa pelo nome, aparecem 14 registros relacionados a Paulo Brasil do Amaral, demonstrando a maneira como as autoridades do governo classificavam o espionado: 10 registros relativos a processos eleitorais em que o político esteve envolvido; 1 registro de dados sobre advogados “subversivos” (aspas do autor) que defendem causa de elementos “subversivos e terroristas” (aspas do autor) em diversos estados brasileiros; 1 IPM – Inquérito Policial Militar sobre o Deputado Federal Getúlio Dias; 1 Requerimento de Paulo B Amaral datado de 1991, solicitando à Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República, os dados dos arquivos do SNI sobre o requerente.

No documento consta lista de mais de 25 menções ao nome de Paulo Brasil, realizadas por militantes de esquerda presos que o citaram em depoimentos. Um aspecto importante sobre Amaral é que ele, sabedor da existência de documentos a seu respeito produzidos pelo governo, requereu em 1991 acesso aos dados relativos à sua pessoa, constantes nos arquivos do SNI.

Figura 9- Paulo Brasil do Amaral e Leonel Brizola.



Fonte: Paulo Brasil do Amaral Júnior.

Elberto Madruga

Elberto Madruga iniciou a carreira política como vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em Pelotas, eleito em 1950 e obtendo sucessivas reeleições – depois pelo Movimento Democrático Brasileiro – até 1978. Em 1982 concorre e é eleito prefeito, do então emancipado município de Capão do Leão, que era distrito de Pelotas.

Figura 10 -ElbertoMadruga e outros vereadores de Pelotas, entre eles o Padre Ozy Fogaça.



Fonte: CPDOC BPP.

Datado de 06 de março de 1978, o relatório sobre Madruga informa que assumiu a secretaria de administração de Pelotas, foi vereador pelo ex-PTB, atualmente (em 1978) exercia mandato de vereador pelo MDB, em fevereiro de 1958 fez parte da comissão central da Frente Nacionalista de Pelotas.

Ainda, esteve envolvido na organização dos G-11.Grupo dos onze (organização idealizada por Leonel Brizola, um dos mais destacados líderes do trabalhismo, que se encontrava exilado). Madruga, mantinha ligações com os Comunistas Vicente Real e Antônio Ferreira Martins conforme os registros dos espões militares.

Figuras 11e 12 -CONFIDENCIAL: Elberto Madruga.

62533 1

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DO EXERCITO
III EXERCITO
COMANDO
ESTADO MAIOR - 2ª SEÇÃO

Porto Alegre, RS, 06 MAR. 1978


REC. ST 116
Nº 101/107/1978

INFORMAÇÃO Nº 224 N35 82/ 78.-

1. ASSUNTO: ELBERTO MADRUGA
2. ORIGEM: Sa Bda Inf Mta
3. AVALIAÇÃO: -
4. DIFUSÃO: DCI/SUP/RS; SNI/APA ✓
5. DIFUSÃO ANTERIOR: -
6. REFERENCIA: -
7. ANEXO: - Um prontuário - 3 fls -

Informa-se que assumiu a Secretaria de Administração de
PELOTAS/RS, o Sr ELBERTO MADRUGA.

O nomeado faz parte do Plano ARRASTÃO da Sa Bda Inf Mta
e registra os antecedentes constantes do prontuário anexo.



SNI - APA
Protocolo Sigiloso
Nº 10370
Em 06 MAR 1978


RICHADO-FICHA BASE
07 ABR 1978
Em

CONFIDENCIAL

SECRETO

ELBERTO CADRUGA

02533



CIDADE: PELOTAS/RS.

OUTROS DADOS: VILADEADOR PELO EX-PTB.

ASSUNTO:

* - EM FEV 58: FEZ PARTE DA COMISSÃO CENTRAL DA FRENTE NACIONALISTA DE PELOTAS. SEU NOME CONSTA, DISSO, FOI LIDO POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA DO CEL JUVARY NUNES, EM PELOTAS. (BOL Nº 3 e 4 DO DCS/RS, DE 1958).

* - ENVOLVIDO NA ORGANIZAÇÃO DOS G-11. USOU VEÍCULOS OFICIAIS PARA PROPAGANDA POLÍTICA. (OF Nº 38-E2, DE 27 MAI 64, DA 3ª DI).

* - VILADEADOR PELO PTB EM PELOTAS/RS. RESIDE NA VILA CAPÃO DO LEÃO, MUNICÍPIO DE PELOTAS. ESTÁ ENVOLVIDO NA ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ONZE (G-11), TENDO FORNECIDO AS FICHAS DOS REFERIDOS GRUPOS (PARA PREENCHIMENTO) A DIVERSOS ELEMENTOS, SUPLENDO-SE, POR ISSO, QUE SEJA O ORGANIZADOR DOS GRUPOS DE ONZE (G-11) NA VILA DE CAPÃO DO LEÃO. MANTINHA LIGAÇÕES COM MONACYR SOUZA, A RESPEITO DOS REFERIDOS GRUPOS. UTILIZOU-SE DE UMA VIATURA DO DCT PARA FINS POLÍTICOS DE PROPAGANDA ELEITORAL E PARA OUTRAS FINALIDADES PARTICULARES, BEM COMO DE UM GERADOR, PERTENCENTE TAMBÉM, AO DCT, PARA ILUMINAÇÃO DE SUA RESIDÊNCIA E DA VIZINHANÇA, QUANDO FALTAVA A CORRENTE ELÉTRICA NORMAL NA VILA. ENCAMINHOU UM OFÍCIO AO INTERVENTOR MILITAR DO DCT, ALEGANDO PERSEGUIÇÃO POLÍTICA CONTRA SUA PESSOA, TENTANDO JUSTIFICAR OS FATOS PELOS QUAIS É RESPONSÁVEL. FEZ REUNIÕES NA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 4º DISTRITO, COM OS COMUNISTAS VICENTE MARTINS REAL E ANTÔNIO FERREIRA MARTINS. DO EXPOSTO, CONCLUI-SE QUE SE TORNA NECESSÁRIA A PRISÃO PREVENTIVA DOS INDICIADOS EM IPM, QUE SÃO OS SEGUINTE: ANTÔNIO FERREIRA MARTINS (AGITADOR, COMUNISTA - FORAGIDO); ERVINO ELERT (LÍDER CAMPONÊS, LIGADO À SUPRA E MATEUS, E IMPLICADO NO MOVIMENTO ILEGAL DE DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE CANGUÇU); ITATYAYA ITAGIBA TELLES (ORGANIZADOR DE GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS NA VILA DE CAPÃO DO LEÃO); PAULO THOLOZAN DIAS DA COSTA (EX-DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGRO-PECUÁRIA DO SUL, AUTOR INTELLECTUAL DE SUBVERSÃO E CORRUPÇÃO); FAUSTINO MONACYR SOUZA (COORDINADOR GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS "GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS" EM PELOTAS - FORAGIDO) E A DO MASCINADO (ACESSOR DE FAUSTINO MONACYR SOUZA E COMO ORIENTADOR DA ORGANIZAÇÃO DE "GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS" NA VILA DE CAPÃO DO LEÃO - MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS).

- PARECER: O MASCINADO, INCORREU NO ART 24 DA LEI 1.802, DE 5 DE JANEIRO DE 1953, E NO CÓDIGO PENAL COMM. HÁ INDÍCIOS DE QUE TENHA OCORRIDO, TAMBÉM, NO ITEM IV DO ART 2º E NO ART 10, TUDO DA LEI 1.802, DE 5 DE JANEIRO DE 1953. (REL DAS AVERIGUAÇÕES DO CMT DA ID/3, EM 22 JUN 64). (INFORMAÇÃO DO CEL/R-1 JUVARY PLÍNIO DO NASCIMENTO - INTERVENTOR DO DCT DE PELOTAS/RS - RES, DE 19 MAI 64). (REL IPM DA ID/3, DO MAJ GLÁUDIO PENNA DE OLIVEIRA, DE 5 JUN 64, ARQUIVADO NA 2ª SEQ DO CG/III Ex).

CONSERVAÇÃO

ANDAMENTO DO IPM PROCEDEDO PELO MAJ GLÁUDIO PENNA DE OLIVEIRA DENUNCIADO. OS AUTOS DO IPM ENVIADOS PARA AUDITORIA, COM O PROCESSO EM ANDAMENTO, CONFORME INFORMAÇÃO DE 7 JUL 66, DA 1ª AUD/3ª DIV.

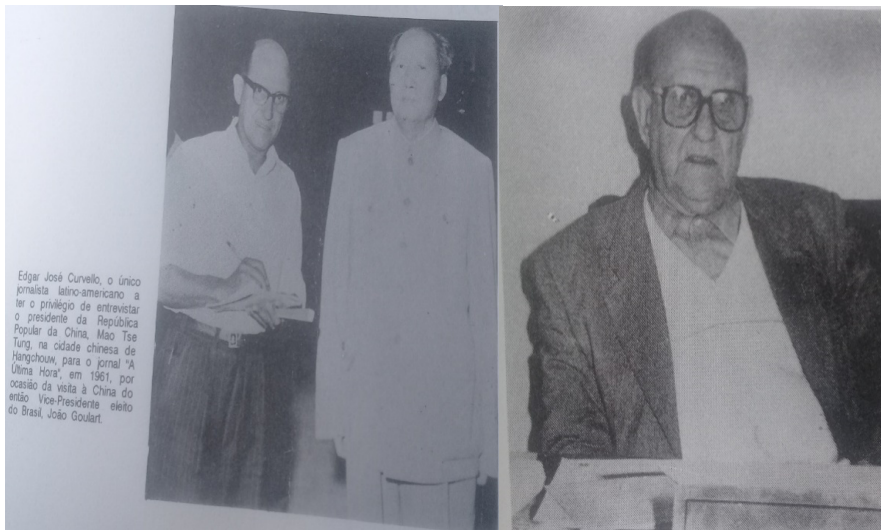
Fonte: SNI.

Edgar José Curvelo

Foi encontrado um dossiê específico a respeito de Edgar José Curvelo, que trata da longa trajetória política do jornalista, inclusive abordando fatos acontecidos nos anos 1940. O nome de Curvelo sempre é relacionado ao PCB, do qual foi dirigente. Também está ligado aos nomes do médico Vicente Real, do advogado Ápio Cláudio Antunes e do líder comunista Luís Carlos Prestes.

São mencionadas as viagens de Curvelo à URSS e à China. O documento também contém relato a respeito do mandato de vereador que Curvelo exerceu até 1964, quando foi cassado e saiu de Pelotas, refugiando-se no Uruguai segundo o relato dos espões do SNI. Com a redemocratização do país, Edgar Curvelo ingressou no Partido Democrático Trabalhista, PDT, e concluiu sua carreira política exercendo mandato de vice-prefeito de Pelotas no período entre 1989 e 1992.

Figuras 13 e 14 -Edgar Curvelo entrevistando Mao Tsé Tung e em seu gabinete de vice-prefeito de Pelotas.



Fonte:Curvelo 1988 e 1992

Conclusão

O regime militar brasileiro que foi inaugurado em 1º de abril de 1964 possuía um forte caráter antigetulista e anti-trabalhista, de tal modo, que além dos comunistas os políticos ligados à imagem de Getúlio Vargas foram vigiados, perseguidos, exilados, presos e assassinados pelas forças repressivas. Segundo Carlos Fico “Logo após o golpe de Estado de 1964, o general Costa e Silva reclamava um instrumento regulador qualquer que possibilitasse a aplicação das cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos” (FICO, 2021, p. 26).

O Serviço Nacional de Segurança foi, então, um dos órgãos responsáveis por espionar e perseguir os brasileiros e as brasileiras que eram considerados perigosos pelos ditadores no poder. Vários pelotenses, ou políticos atuantes na cidade, foram assim considerados, conforme foi demonstrado no decorrer do artigo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Consultado em 14 de setembro de 2021.

CPDOC | FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/>

CURVELO, Edgar José. **Na China, eu vi o dragão despertar**. Reportagem. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1988.

_____. **Pelotas Retomando a História**. Fama Gráfica e Editora: Pelotas, 1992.

FAUSTO, Bóris. **A História do Brasil**. 14 ed. ampl. e atual. São Paulo. Edusp. 2013.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, volume 9, nº 17, jan./jun. 2021.

LE MOS, Daniel de Souza. Deputado João Carlos Gastal e os Atos Institucionais: os discursos do líder da oposição na ALERGS. KNACK, Eduardo Roberto Jordão

et al (Orgs.) **História cultural, memórias e resistências**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020b.

_____. A Micro-história no estudo das administrações trabalhistas em Pelotas (1951-1955 /1959-1963). **Sæculum – Revista de História**, v. 26, n. 44, p. 74-85, 2021.

_____. JoãoCarlosGastalnaAlergs (1971-1978): ação de um líder da oposição à ditadura civil-militar brasileira. **Revista Estudos Legislativos**, Porto Alegre, ano 13, n. 13, 2020a.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das. Letras, 2015.

Questão Agrária e política de modernização da agricultura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)

Lais Schillim da Silva¹

Introdução

Nos anos 1960 o debate sobre a necessidade de realizar uma reforma agrária era centro dos embates políticos e foi influência decisiva nos planos econômicos dos governos que se seguiram (POMPEIA, 2021). Mobilizando atores da igreja, partidos e universidades, diversas propostas foram elaboradas. Com o acirramento dos conflitos no campo, os discursos acerca da necessidade de mudanças estruturais no interior brasileiro se dividem em duas frentes. De um lado, aqueles que pautavam a reforma agrária na redistribuição fundiária, buscavam uma melhoria das condições de vida dos indivíduos rurais, através de uma distribuição das grandes concentrações de terras do latifúndio. De outro, o discurso daqueles que defendiam a manutenção da estrutura e o fomento do setor latifundiário para aumento de produção. Os últimos viam na possibilidade de alteração desses latifúndios, uma séria ameaça à propriedade privada e aos valores da sociedade com

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas, bolsista CAPES. E-mail: lais41499@gmail.com

viés capitalista. Por fim, o embate estava focalizando sobre quem seria beneficiado pela mudança.

Em 1962 durante o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, reuniram-se com João Goulart os representantes da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). Juntos apresentaram a “1º Proposta de Reforma Agrária Unitária dos Movimentos Camponeses do Brasil” (LIMA, 2019, p. 215). Essa proposta era pautada na radical modificação da estrutura agrária brasileira, “[...] por meio da desapropriação dos latifúndios, a ser repassados a baixo custo para os trabalhadores, e da distribuição gratuita das terras devolutas” (LIMA, 2019, p. 216). Logo, era calcada em valores democráticos e progressistas.

As reivindicações dos movimentos camponeses fazem despontar certa insatisfação por parte das alas conservadoras, essas acusavam que neste projeto estaria a “ameaça comunista”. Junto desta a “proposta do presidente João Goulart de uma modernização do campo baseada na distribuição de terras e, portanto, numa alteração significativa da estrutura fundiária do país” (LIMA, 2019, p. 206) contribuiria para a consolidação da noção de que o presidente estava conspirando junto com ideais subversivos.

Projetos que visavam o oposto também estavam sendo elaborados. No entanto, pensavam uma política agrícola, que se beneficiada pelo estado, produziria mais, sem necessariamente ter que haver uma alteração nas concentrações de terra. Em proposta conservadora, Delfim Netto pontuava a importância da modernização do campo, visando um aumento na produtividade. Este alegava que seria contraproducente retroceder aos moldes de uma reforma agrária pensada pelos movimentos camponeses, logo a importância estaria na união agricultura e indústria. A proposta de Delfim ganharia ambiente propício após o golpe de 1964, elevando-se ao patamar de política pública (POMPEIA, 2021).

Neste contexto, despontam os acontecimentos que levaram ao golpe militar brasileiro, que teve em seus motivos justamente conter os esforços da sociedade e governo na realização da reforma agrária

(POMPEIA, 2021). Compreender o contexto que acaba por abafar uma proposta democrática contribui para o entendimento das vias que levam o latifúndio a alcançar a legitimidade que possui no contexto ditatorial. Portanto, analisando a formulação do Estatuto da Terra, e o favorecimento que passam a usufruir os grandes proprietários, podemos entender as bases receptivas para a modernização da agricultura.

Posto isso, o artigo pretende pontuar algumas características do projeto que é aprovado e praticado pelos militares, e quais os impactos desta escolha para com os debates e lutas iniciadas pelo movimento camponês. Indica como, através da beneficiação de um setor, consolida um modelo pautado na exclusão dos pequenos produtores, no acirramento das desigualdades sociais do meio rural e na consolidação das formas industriais de produção da agricultura.

Latifundiários e a Ditadura Militar

Na década de 1930 o plano de industrialização brasileira ganha força, com incentivo de políticas voltadas para o desenvolvimento do setor, por parte do governo de Getúlio Vargas. Nos anos que se seguem, o processo continua com a consolidação da urbanização e bairros industriais, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Logo a burguesia urbano-industrial fixa-se como portador de poder político e social.

Em países centrais, as grandes concentrações de terra eram vistas como entrave e empecilho para a modernização em curso. “Contraditoriamente aos países capitalistas centrais, no Brasil não houve significativos conflitos entre proprietários de terra e burguesia” (PRIETO, 2017, p. 2), justamente porque a burguesia brasileira surge do latifúndio. O que ocorre em território brasileiro se caracteriza como um pacto entre terra e capital, onde ambos confluíram para um acordo territorial, industrial e oligarca “como meio, condição e produto da manutenção das elites no poder centralizado na grande propriedade fundiária” (PRIETO, 2017, p. 2). A terra não se constitui como local de pertencimento daqueles que a trabalham, “mas sempre

foi amplamente usada como fator de domínio econômico e político” (RIBEIRO et al. 2020, p. 80).

Quando em 1964, tem início a ditadura militar, o estado autoritário encabeçado pelos militares, realiza mudanças nas frações das classes com poder dentro do aparelho do Estado. Essa mudança não afeta aqueles que já estavam nesses centros de poder, apenas produz novas convergências nos interesses políticos da burguesia urbano-industrial, e com o setor dos grandes latifundiários. Ambos atuavam como grande fonte de apoio aos militares, logo as elites econômicas permanecem as mesmas. Como exposto por Prieto (2017, p. 2):

Ocorre apenas uma mudança pontual de papéis, pois as oligarquias continuam mantendo seu vultoso poder político e econômico a partir da manutenção da estrutura fundiária concentrada, forma de acesso efetivo à renda da terra e *modus operandi* para reprodução do seu papel central na tomada de decisões no interior do aparelho do Estado, aliançadas aos nascentes capitalistas industriais brasileiros.

A capacidade de intervenção ideológica dos latifundiários é importante catalisador para que o processo que levou ao golpe de estado em 1964 fosse possível. Espalhados pelo território nacional conseguiram conciliar o interesse de vários setores, “burguesia urbana (empresariado e industriais), frações das classes médias, parte do aparato militar e repressivo do Estado (principalmente as forças armadas) e grupos conservadores do clero” (PRIETO, 2017, p. 3). Usando de discursos que defendiam os valores de uma sociedade capitalista, com forte crítica à “ameaça comunista” diferida pelos movimentos sindicalistas e camponeses. “A capilaridade dos latifundiários serviu como ponto de apoio central para a difusão ideológica dos “perigos” da reforma agrária para o desenvolvimento (econômico, social e político) brasileiro” (PRIETO, 2017, p. 4).

Exemplo de proposta elaborada pelo setor contrário às reformas defendidas pelos movimentos rurais, foi a desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esta tinha como objetivos que a

elaboração do projeto fosse por especialistas coniventes com critérios técnicos para uma “redação alinhavada ideologicamente por forças políticas liberais no plano econômico, pró-estadunidense no plano das relações externas e “antipopulista” no plano social e político” (PRIETO, 2017, p. 4).

A partir das exposições acima, é destacada a influência que os latifundiários desempenham nas propostas elaboradas previamente ao Estatuto da Terra. Sendo assim possível analisar como seus interesses se mantêm mesmo dentro da proposta posta em prática pela ditadura. Quando o setor elabora seu apoio ao golpe de Estado, já demonstra a capacidade de articulação que detém. Quando a proposta de Campos é elaborada certamente seria pensando nos interesses daqueles que desempenhavam papel político decisivo nos rumos que a economia brasileira teria.

O Estatuto da Terra

Na carta Constitucional de 1946 “o tema da reforma agrária é reconhecido, porém seus meios legais, a partir do artigo 141, condicionavam as desapropriações de terra à “prévia e justa indenização em dinheiro”” (DE MELO, 2014, p. 181). Essa indenização tornaria inviável a prática da reforma, pois os recursos monetários que seriam gastos pelo Estado seriam muito altos. O movimento em defesa da reforma foi impulsionado pelos movimentos de esquerda que buscavam modificar as relações sociais do país. Quando desponta o golpe de estado, já se espera que sob o governo militar ocorreria o rompimento de todo “[...] um movimento pela reforma agrária como expressão da democratização da propriedade da terra” (BRUNO, 2012, p. 79). Os debates sobre essa questão eram envoltos em um sentimento anticomunista, e o temor a isso criava barreiras nas elaborações de propostas mais justas (BRUNO, 2012). Logo nos momentos imediatos que se seguem a implantação da ditadura, é dado início a um processo de “expurgos, expulsões e perseguições das lideranças políticas identificadas com um programa de reforma agrária mais radical.” (PRIETO, 2017, p. 5)

Roberto Campos “teve papel relevante sobre as questões da reforma agrária durante o governo de Castello Branco (1964-1967), o primeiro governo da ditadura após o golpe de Estado em 1964” (DE MELO, 2014, p. 181), pois nesse momento o economista responde pelo Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica. Campos foi responsável pela elaboração do Estatuto da Terra, “projeto distinto do Estatuto do Trabalhador Rural do governo de João Goulart” (DE MELO, 2014, p. 181). Mesmo defendendo a necessidade de se lidar com a questão agrária, alegando que “o “latifúndio improdutivo” impede a expansão do mercado interno” (DE MELO, 2014, p. 183), constata que o custo para realizar a reforma, seria muito alto, mas que era um problema a ser solucionado.

“No encontro da Aliança para o Progresso, patrocinado pelos Estados Unidos cuja ênfase foi da “racionalização” da agricultura na perspectiva de produção capitalista” (DE MELO, 2014, p. 182) é evidenciado pelo ministro a oposição às propostas encabeçadas pelas esquerdas. Assim, o Estatuto da Terra buscava tornar o meio rural um ambiente de negócios empresariais. Com minifúndios tornando-se empresas, e o latifúndio passando a ser “submetido às pressões fiscais, mediante impostos altos para que a utilização da terra obedecesse a um padrão empresarial” (DE MELO, 2014, p. 191). Claramente o latifúndio sairia beneficiado pelas mudanças, pois detinham melhores condições para se adequarem a essas mudanças.

Sendo assim a “reforma agrária” realizada pela ditadura, foi pensada propriamente para desmobilizar o movimento camponês que buscava relações mais justas de trabalho, “criando em seu interior quem defenda a propriedade privada da terra e o “produtivismo”, sobretudo, ligada politicamente à ditadura empresarial-militar” (DE MELO, 2014, p. 192). O estatuto serviu também como forma de intervenção do Estado no plano de desenvolvimento agrícola, que dialogava com os ideais defendidos pela ditadura. (DE MELO, 2014).

O Estatuto da Terra nem sempre foi digno de concordâncias, os latifundiários que constituíam uma das bases de apoio ao golpe, quando Campos propõe a “desapropriação e [...] tributação do latifúndio improdutivo” (DE MELO, 2014, p. 198) acabam por discordar.

Sendo esse projeto inviabilizado pelas pressões dos proprietários. A importância de salientar esses momentos de discordância entre as coalizões que foram sendo realizadas junto dos militares demonstra o poder político que detinham os latifundiários nas decisões do Estado. Esse fato evidencia que os beneficiados gozavam de poderes políticos, que quando ampliados passam a tomar parte nas decisões que encaminharam os investimentos realizados no campo. Bem como o modelo de agricultura a ser adotado, onde a industrialização dos processos ocorre primeiramente junto dos grandes proprietários.

O exemplo da influência exercida, pode ser observado na proposta elaborada pela Confederação Rural Brasileira (CRB), que buscava sintetizar as demandas da fração agrária brasileira, e que acaba por se converter e incorporar como política de estado. Esta enfocava em três principais eixos “I) a mecanização e incorporação de diferentes insumos; II) expansão do crédito rural e, III) a constituição de novas visões de mundo sobre o universo rural e sobre o trabalho agrícola” (RIBEIRO et al, 2020, p. 84). Em defesa de seus interesses, os latifundiários utilizavam o termo “homem rural” de forma a apagar as diferenças de classes que contemplavam os camponeses. Assim, alegavam serem eles os indivíduos que saberiam o melhor para o setor, promovendo que suas demandas fossem acatadas.

Por fim, apesar de no discurso o estatuto da terra buscar fazer a terra cumprir sua função social, isso se daria através da modernização da agricultura. Sua elaboração também deixou várias brechas com “a finalidade de impedir, dificultar e obstar a reforma agrária e, conseqüentemente, bloquear as possibilidades reais de efetivação de uma mudança na estrutura fundiária” (PRIETO, 2017, p. 7). A ditadura brasileira produz os instrumentos jurídicos para que a reforma agrária ocorresse, mas ao mesmo tempo institucionaliza entraves políticos e jurídicos para que esta ocorra (PRIETO, 2017).

Modernização da Agricultura e Revolução Verde

A execução da “reforma agrária” efetivamente foi em prol dos interesses dos latifundiários. A estratégia de tecnificação da agricultura desempenhada nas décadas de 1960 e 1980, visava à

manutenção da estrutura fundiária, mas também buscava atender as perspectivas de modernização. Assim, buscava o estabelecimento de meios e condições para a expansão do empresariado rural capitalista e no aumento exponencial da produção. Durante o período da ditadura militar, “houve uma maior mobilização de recursos econômicos, políticos e administrativos voltados a garantir a efetiva execução do projeto” (RIBEIRO et al. 2020, p. 81). Esse processo envolve, de forma distinta de outros momentos, uma gama articulada de práticas que ligavam setores de entidades e sociedade civil. O enfoque deve recair sobre a quantidade expressiva da participação de corporações multinacionais, como colocado por Ribeiro et al (RIBEIRO et al. 2020, p. 82);

Inclusive contava com a participação de diversas corporações multinacionais, transnacionais, agências e programas privados e estatais, tais como: Fundação Rockefeller e Ford, Aliança para o Progresso, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Escritório Técnico de Agricultura (ETA), Associação Brasileira Crédito e Assistência Rural (ABCAR), dentre outros. A isso deve-se somar a participação de diversas associações nacionais e internacionais que se opunham fortemente a uma reforma agrária que atendesse os interesses dos trabalhadores rurais.

Esse contexto é marcado pela guerra fria e pelos esforços despendidos pelos Estados Unidos no estabelecimento de seu protagonismo em contraste com a União Soviética, bem como o socialismo. Articulando-se com os EUA o Brasil de 1964 adere ao projeto de Revolução Verde, atuando junto de empresas privadas estadunidenses, fomentou a “expansão dos mecanismos de acumulação demandado pela fase imperialista de exportação de capitais” (RIBEIRO et al, 2020, p. 83). O espaço rural era fundamental nesse processo, visto que ele precisaria passar por um processo de capitalização, industrialização e obviamente modernização para que essa investida fosse bem sucedida. É importante frisar que toda articulação estava voltada para atender aos interesses das classes brasileiras economicamente dominantes, sejam elas rurais ou urbanas.

Parte importante para o engajamento de produtores de pequeno e médio porte para com o modelo industrial de produção no campo se deu através do apagamento de seus modos de fazer. Empresas como a “Cargill criou [...] estratégias para ampliação dos seus interesses no ramo agroindustrial em todo o país” (RIBEIRO et al, 2020, p. 96). Ao adentrar nesses meios através dos programas de extensão rural, faziam os jovens produtores acreditarem que os métodos utilizados há séculos eram ultrapassados. Seguiu-se a essa ação outras que mascaradas em programas de beneficiamento rural, na verdade via nesse processo, o local propício para vender seus pacotes tecnológicos, como tratores, sementes geneticamente modificadas e etc. A educação teve papel fundamental no convencimento de produtores para a transição ao uso destes processos “modernos” de cultivo. Através do “incentivo ao crédito supervisionado juvenil e orientado, bem como os financiamentos voltados para a introdução do pacote tecnológico” (RIBEIRO et al, 2020, p. 86). Cursos de agronomia, voltados para os discursos presentes nessas grandes empresas, formavam profissionais capazes de entender e convencer os produtores que ainda estavam relutantes a adotarem os métodos.

Outro setor interessado nas metas da revolução verde, era o industrial. Estes esperavam que o aumento de produtividade advinda do desenvolvimento agrícola, contribuiria também para o desenvolvimento da indústria brasileira. Principalmente ao oferecer a mão de obra da cidade, itens fundamentais a preços baixos. Pois ao comprarem mercadorias básicas a preços baixos, o custo da força de trabalho seria menor (RIBEIRO et al, 2020). Outro fator esperado pelos industriais, é que como consequência da tecnificação da agricultura, e com o apagamento de funções no campo, muitos trabalhadores migrariam para as cidades em busca de emprego, assim “redundaria no aumento do número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho” (RIBEIRO et al, 2020, p. 84).

Em conclusão, a modernização da agricultura visava aumentar a produção agrária através da empresa rural capitalista no campo, criando e estabelecendo Complexos Agroindustriais. Estes teriam laços com o capital internacional. A “Revolução Verde” foi o meio

para alcançar a possibilidade de pôr em cheque a necessidade de uma reforma agrária popular. Em outras palavras, ao modificar as relações de trabalho, aplicando insumos, maquinários, resultou no aumento exponencial da produtividade. Essa agora seguia padrões industriais, e servia de modelo para demonstrar o “sucesso” da agricultura patronal, bem como inibir qualquer proposta contrária a esse modelo, já que este estaria de certa maneira produzindo em maior escala e quantidade que anteriormente. Do mesmo modo colocava “em questionamento as mobilizações e movimentos que existiam espalhados país afora e que tinham como mote questionar os altos índices de concentração fundiária existentes no Brasil” (RIBEIRO et al, 2020, p. 87). Isso acarreta um acirramento da violência no campo, no aumento dos conflitos e no apagamento de inúmeros saberes locais. Contudo, também tem como consequência o fortalecimento de grupos camponeses que lutariam contra os processos que estavam em curso.

Por fim, a modernização da agricultura, atrelada a revolução verde que foi fomentada pelos governos militares, tinha como principal mote “a farta concessão estatal de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar produtos de exportação” (RIBEIRO et al, 2020, p. 89).

Conclusão

As articulações realizadas entre militares e latifundiários evidenciam um processo de beneficiamento político e econômico que se enraíza nas relações desiguais entre os indivíduos rurais. O processo de apagamento das lutas dos movimentos camponeses, onde a contribuição ativa de entidades patronais atuava visando promover os ideais da ditadura. Posteriormente essa classe de latifundiários vê no Estatuto da Terra suas reivindicações acatadas. A elevação destes ao patamar de detentores de capacidade de decisão política tem impacto direto na modernização da agricultura, bem como no processo de apagamento dos saberes locais, de pequenos produtores rurais.

Ao pôr em xeque os conhecimentos adquiridos pelos camponeses, põe em ação um plano que legitimaria o latifúndio bem como a lógica empresarial de expropriação da terra. Atentarmos para esse período pode elucidar várias questões que contribuem para o entendimento de quem são os envolvidos no processo político não só do período, como também os cenários e governos que se seguem à ditadura.

Referências Bibliográficas

BRUNO, Regina. Guardiões da reforma agrária: Servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil. **Tempos históricos** 2, 2012, p. 71–97.

DE MELO, Wanderson Fabio. Roberto Campos em defesa do Estatuto da Terra: disputas no encaminhamento da questão agrária na ditadura DOI10. 5216/o. v14i1. 28870. **OPIS**, v. 14, n. 1, p. 180-200, 2014.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. Estatuto da Terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar. **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 493-516, 2014.

LIMA, Marcela Elian. A GRANDE ESPERANÇA: POLÍTICA AGRÁRIA NA CANÇÃO SERTANEJA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985). **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 1, p. 211-234, 2019.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2017.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

RIBEIRO, Marcos Vinicius; WOLFART, Cintia; DA SILVA, Marcio Antônio Both. ASPECTOS DA “MODERNIZAÇÃO” DA AGRICULTURA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): VÍNCULOS, MÉTODOS E ESTRATÉGIAS. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 68, 2020.

Arroz com ditadura: os ruralistas camaquenses e a ditadura civil-militar(1964-1985)

Pedro Marco Ribeiro Pires¹

INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar de 1964 desfechado contra às reformas políticas pôs fim a experiência democrática do período. Contando com apoio de setores patronais, o governo militar aprofundou as perseguições aos seus desafetos políticos e imprimiu violência contra os movimentos sociais. No mundo rural, a resistência dos trabalhadores rurais sem-terra sofreu duras retaliações, sendo desmanteladas suas organizações e reprimidas as estratégias de ação, como os acampamentos. Nesse contexto, atuou fortemente o patronato rural que, contrários à reforma agrária, utilizaram o poder do latifúndio para legitimar o novo regime autoritário.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o andamento da pesquisa de mestrado e o estudo realizado até o momento sobre o apoio dos ruralistas à ditadura, deslocando o olhar para os conflitos ocorridos em Camaquã, entre o setor patronal rural e os camponeses sem-terra no decorrer do processo de reforma agrária do Banhado do Colégio. Analisa-se o papel da Associação Rural de Camaquã e

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. pedroxr@gmail.com

sua imbricação com o poder político da cidade, objetivando travar um diálogo metodológico e teórico entre essa relação, o contexto político regional, estadual e nacional e discutir a possibilidade de compreensão do golpe a partir de um episódio específico.

Sobre as fontes e suas metodologias

Para análise das relações políticas e institucionais que ocorriam em Camaquã no período em que foca o presente estudo, as atas da Câmara Municipal da cidade é uma fonte incontestável. Por meio de sua análise é possível compreender, por exemplo, o grau de aproximação entre algumas das lideranças políticas e os agentes sociais que estavam em disputa pela terra no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio. Sendo assim, sua utilização funciona na medida em que possibilita atingir um dos objetivos da pesquisa: entender por quais relações os ruralistas camaquenses mantinham com o quadro político.

Dentro da temática que aqui se propõe, a análise nas atas das câmaras municipais, entre 1948-1966, apresenta um rico acervo para visualizar os debates sobre posse de terra, tanto da reclamação de grandes proprietários, dos projetos de modernização do meio rural, das distribuições de terras, quanto a refletir sobre o apoio desse setor ao golpe de 1964, como, também, da resistência e estratégia dos trabalhadores sem-terra para fazer pressão ao poder público em suas reivindicações. Assim, as atas são ricas fontes em informações, havendo nelas a oportunidade de compreender “os conflitos por terra e as resistências de pequenos posseiros frente as pressões dos grandes proprietários de terra.” (CHRISTILLINO, 2011, p.169)

Os jornais da época são potenciais fontes de informações sobre a conjuntura da época, principalmente por serem, muitas vezes – e principalmente nesse caso – porta voz de um seguimento da sociedade. Na pesquisa o jornal “O Camaquã”, é compreendido como um desses veículos de imprensa que da vazão às elites regionais da cidade. Com o lema “*Em benefício dos interesses do município*”, o editorial se apresenta como defensor dos interesses comuns da cidade. Porém, essa “imparcialidade” deve ser problematizada e refletida

como um dos objetos de análise da história social, sobretudo quando as revisões historiográficas da década de 1970 e 1980 colocaram em “xêque” essa objetividade e imparcialidade posta no discurso desses jornais. (CAPELATO, 2015, p.131)

Um ponto que persigo durante a pesquisa é a violência empregada contra os movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra pela força repressora do governo golpista que se instalou naquele período. Cabe lembrar que com o golpe civil-militar de 1964 muitos dos assentamentos dos camponeses foram violentamente reprimidos, como bem apontou Córdula Eckert (1984). Antes mesmo do golpe se consumir já havia movimentação dos ruralistas gaúchos para “resistir” contra aos “atos comunizantes”² do governo Goulart, que durante o ano de 1963 e início de 1964 aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural e o decreto de desapropriação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA). Em Camaquã, membros dirigentes da Associação Rural convocaram um congresso de ruralistas para manifestar-se em oposição a essas medidas adotadas, encarando a “grave situação nacional” que o país atravessava, admitindo, se caso fosse, a necessidade de pegar em armas. (*CORREIO DO POVO*, 18 de março de 1964. p. 20)

Essas manifestações e reuniões públicas dos “homens do campo”, como se intitulavam, são indícios do que estaria por vir. Como dito, após o golpe a violência ao movimento dos sem-terra ganham maior proporção, agora legitimado pelo estado brasileiro. E é justamente essa legitimação que a pesquisa tem a ambição de analisar. Para isso, acredita-se que por meio do exame dos Inquéritos Policiais Militares elaborados para investigar as “agitações no Banhado do

2 Há um elemento anticomunista latente nessas organizações dos ruralistas. O que Dreifuss (1981) aponta como manifestações dos “intelectuais orgânicos” da elite brasileira, difundidas em órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fazem parte do contexto de guerra fria e estão presentes nos discursos dessas categorias patronais. Sobre o anticomunismo, sua historicidade e seus desdobramentos na década de 1960 ver PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. Em guarda contra o perigo vermelho: **O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2000.

Colégio” possam ser esclarecedores para identificar quem auxiliou e de que forma atuou para legitimar a ditadura que se instalava. Esses documentos estão presentes no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), de possível consulta graças as lutas empregadas em prol da abertura dos arquivos sigilosos que resultou no sancionamento da Lei de Acesso às Informações Públicas, em 2011.

Os chamados “documentos sensíveis” são peça chave para qualquer historiador que se lance na dificultosa tarefa de estudar a história do tempo recente, sobretudo a brasileira, cuja documentação demorou a ser disponibilizada e que ainda sofre muita resistência a depender do projeto político que ocupa o governo. Embora não sejam “documentos da verdade”, como salienta Carlos Fico (2012) – em claro receio perante aos trabalhos iniciais da Comissão Nacional da Verdade (2014) – os documentos da ditadura são mobilizadores para a construção da narrativa histórica do tempo presente.

Ao abordar temas cujo processo histórico tenha se dado por meio da violência do estado, palco de crimes políticos como é o caso das ditaduras baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (PADRÓS, 2000), inaugura-se um regime de historicidade singular, em que o distanciamento entre o passado e o presente não se faz tão aparente, apresentando uma sensação que nos torna “artificialmente contemporâneos” (ROUSSO, 2016, p.221) da época em estudo. Essa aproximação temporal entre autor e objeto de estudo, faz com que o historiador seja questionado por seus interesses políticos, ou ainda, que os testemunhos dos contemporâneos sejam tão ou mais válidos que a pesquisa histórica.

Na esteira das questões relativas a esse tipo de pesquisa histórica, a abertura dos “documentos sensíveis” ou “documentos repressivos” da ditadura brasileira (1964-1985) são fundamentais para aprofundar os estudos dessa querela dos historiadores. Longe de travar aqui uma discussão entre as relações ambíguas entre história e memória, cabe destacar que a consulta desse tipo de documentação abre a possibilidade de contrastar e cruzar as informações com os próprios testemunhos, permitindo a romper mitos criados pela

confusão ocasionado pela proximidade do evento. É objetivo da dissertação contribuir para o combate ao negacionismo, sobretudo aquelas que negam a violência, ou que a atribuem apenas aos grandes centros urbanos. Por isso que, por mais que não faça uso da memória como fonte histórica, dialoga-se diretamente com ela ao enfrentar a chamada “amnésia social” das repressões e da responsabilização dos atores da repressão, direta ou indiretamente. É nesse sentido que abordar uma variedade de fontes é imprescindível para o trabalho, na medida que possibilita o cruzamento de uma série de documentações e a confrontação de informações que aproximam da realidade histórica (MOTTA, 2012, p.29)

Por fim, ao menos no que se refere às fontes, para compreender a dimensão complexa de atuação dos membros do ruralismo camaquense e a articulação destes com o contexto geral do golpe e da ditadura, necessita-se identificar quem são essas pessoas e as conexões estabelecidas com os espaços sociais estudados. Assim, se tem como previsão de fontes os arquivos da Associação Rural de Camaquã, esperando encontrar uma rica gama de informações que possa esclarecer as relações firmadas. Como ainda não foi consultado, fica difícil realizar algum diálogo direto com o objeto que se pretende chegar. No entanto, a verificação dessas documentações de cunho privado pode apresentar informações que não se encontram nos órgãos documentais oficiais ou nos periódicos jornalísticos, como também facilitam a interpretação das documentações policiais que se pretende observar. Ou seja, permite identificar os sujeitos, no caso os ruralistas, e realizar uma espécie de “biografia social”, um procedimento metodológico pertinente a história social das elites que aprofunda e evita uma generalização desse grande grupo na medida em que aponta as diferenças entre seus membros, mesmo que ainda agindo na defesa de interesses em comum – a depender da conjuntura – apresentam divisões em seu próprio bojo de classe. De acordo com Christophe Charle, as biografias sociais permitem que

Os historiadores começam a se engajar em definir as redes sociais que ligam as diversas elites, em delimitar os grupos de pressão, os movimentos de criação

de diversas sociedades de pensamento ou partidos, colocando-os em relação com as divisões do espaço social da classe dominante nas diferentes épocas. (CHARLE, 2006, p.32)

De maneira mais específica para a pesquisa, o levantamento biográfico coletivo dos padrões do mundo rural permite, como diz Flávio Heinz, “compreender o perfil social dessas entidades e esclarece sobre a existência de vínculos desses dirigentes com o setor político” (HEINZ, 2006, p.130) e, assim, diante de todo esse processo, identificar quem são esses proprietários e quem são seus representantes, além de, com se deu a dinâmica dessas relações na conjuntura do golpe civil-militar de 1964 e nos anos iniciais da ditadura que se instalou.

Sobre abordagens teóricas

Sobre a classe patronal rural, conceitos como latifúndio são caros para este estudo. Esclarecer de maneira mais aprofundada as principais discussões em torno desse conceito, e das relações de poder que dele se origina é elementar para o andamento da pesquisa. Ora porque, a partir disso fica mais compreensível os interesses que estão em jogo e que essa elite precisa defender, ora permite examinar de maneira nítida as relações de poder estabelecidas no mundo rural e o lastro de sustentação em outros espaços sociais.

Em primeiro momento, cabe aqui esclarecer, em consonância com os apontamentos da historiadora Regina Bruno, de que latifúndio precisa ser entendido para além de seus aspectos meramente territoriais, ou seja, somente como concentração de terra – produtiva ou improdutiva – mas, também, como um conjunto de normas e símbolos, atitudes e comportamentos que subjuga os camponeses a uma relação de opressão e dominação (BRUNO, 2006, p.2-3). Além disso, de acordo com a autora, precisa-se entender que essa mesma relação de poder empregada pelas elites rurais não é estática, sendo renovada, ou reinventada, no decorrer da conjuntura em que se insere. Quer dizer, o poder dos proprietários de terra não flua de forma descolada do contexto histórico ou dos acontecimentos políticos contemporâneos, pelo contrário, o que chama a atenção é a

capacidade de rearticulação das relações de força para reafirmar seus privilégios de classe.

Observa-se, por exemplo, que no início da década de 1960 quando os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais sem terra mobilizaram com maior alcance a opinião pública, a classe patronal rural altera seu posicionamento, aceitando uma ideia de reforma agrária que melhor se adequa às suas necessidades, neste caso as proposições da Aliança para o Progresso. Uma mudança comportamental que não se deu de maneira harmônica, já que, como reiteradas vezes foi manifestado aqui, não se trata de grupo homogêneo. No entanto, as entidades de classe como a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, de modo geral, manifestaram em notas oficiais apoio nesse sentido. (GASPAROTTO, 2016)

Percebe-se, portanto, a dimensão do latifúndio dotado de poder político suficiente para construir e nominar a realidade do social nos moldes de seus membros, cujo laço com o capital político e econômico podem ser analisados na conjuntura do golpe e da ditadura aqui estudadas. Assim, para Regina Bruno, essa aliança entre terra e capital, renda fundiária e lucro é um componente fundamental do poder do patronato rural

Porque contribui para a construção de identidades comuns, consolida alianças, neutraliza diferenças, divergências e contradições existentes entre setores, em especial aqueles em que o ganho de um significa a perda do outro, e amiúde muda a natureza da competição dentro de um mesmo ramo de atividade.

Por isso, apesar das diferenças e divergências existentes, a aliança entre a renda fundiária e o capital contribui para instituir novas práticas sociais e de poder, e também para reafirmar velhas práticas. (BRUNO, 2006, p.6)

Nesse sentido, a presente pesquisa norteia seu olhar analítico para compreender justamente essa intrínseca relação. No estudo realizado por Flávio Heinz sobre a elite rural paulista da década de 1960, por meio de um levantamento de biografia social, já citada anteriormente, chegou à conclusão que evidenciou a estreita aliança entre capital e terra descrita por Regina Bruno (HEINZ, 2006, p.140)

e que, para essa proposta de dissertação, também vem encontrando fôlego.

Como se tem apresentado reiteradas vezes aqui nesse artigo, pretende-se analisar a atuação dos ruralistas de Camaquã no desenrolar do golpe civil-militar de 1964 e o apoio destes aos anos iniciais de legitimação da violência ditatorial que se instalava, principalmente no que concerne ao papel exercido por sua entidade de classe, a Associação Rural. Sendo assim, é importante frisar esse diálogo estabelecido com uma perspectiva de *classe*.

Os princípios basilares do materialismo histórico constituem as orientações teóricas que conduzem as interpretações formuladas no decorrer do trabalho. Ou seja, uma perspectiva marxista que concebe a realidade em sua totalidade, reconhece a precedência dos acontecimentos reais em relação ao teórico e a compreende a centralidade da luta de classes na conjuntura histórica. Por outro lado, toma-se os devidos cuidados para não deixar que os determinismos mecanicistas, como os de cunho econômicos, apaguem as ações dos sujeitos, transformando-os em “vetores de estruturas” que retira a relevância de seu papel no processo histórico (LOVATO; PETERSON, 2013, p.174). Nesse sentido, as contribuições da escola marxista britânica são significativamente expressivas para o andamento da pesquisa, em especial as formulações de classe elaborada pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson. Mesmo que a formulação do autor tenha origem na constituição da classe operária inglesa, a lógica pode ajudar na compreensão da formação das classes patronais, desde que tomado cuidados para inserir as particularidades desse grupo.

Para Thompson, *classe* é um fenômeno histórico que se constitui no processo de luta de classes de acordo com as singularidades que a conjuntura histórica permite. Assim, ela não é uma estrutura que existe apesar das relações sociais, mas fundamentalmente em decorrência delas. Há uma forte crítica presente nesse autor acerca das posturas teóricas de autores marxistas que tomam a teoria acima dos procedimentos empíricos, como se a realidade devesse se adequar à teoria e não o contrário (LOVATO; PETERSON, 2013 p.177). A

classe carrega consigo uma forte noção de relação histórica, o que para Thompson, torna sua configuração de difícil definição, sendo necessário realizar um estudo das experiências que condicionam a sua formação no decorrer do conflito. Nesse sentido

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, p.10)

Sendo assim, Thompson insiste para a necessidade de atribuir o sentido de classe através de sua formação histórica, pelas lutas que os sujeitos precisaram travar e o modo como experimentaram o conflito para a partir daí, de uma circunstância específica, forma-la. A ação dos sujeitos, portanto, exerce um papel fundamental para o desenrolar do processo histórico, sendo por meio deles que as relações de afetos ou desafetos, assim como as identidades vão se constituir.

No que tange a presente pesquisa, indo ao encontro da “experiência proprietária” que a historiadora Alessandra Gasparotto (2016) identificou em seu estudo sobre a atividade da Farsul na década de 1960, também é reconhecida entre os ruralistas camaquenses da Associação Rural, tendo em vista sua articulação contra a reforma agrária do Banhado do Colégio, aos trabalhadores sem-terra e, por grande parte de seus membros, ao governo Brizola e a presidência de João Goulart, para defender seus privilégios de proprietários de terra. Aliás, tomando as concepções de *classe* formuladas por Thompson, é possível refletir sobre sua própria formação, tendo em vista a heterogeneidade de sua composição e que estruturaram uma estratégia de ação em conjunto, para solucionar os problemas que afetavam seus interesses em comum.

Diferente da dinâmica que formou a classe operária inglesa, a classe do patronato rural “se fez” não pela identificação de opressões em comum, mas na defesa de privilégios frente a ameaça vigente no processo do conflito agrário do início de 1960. Nesse sentido, tendo em vista que a formação da classe é o último elemento do processo real histórico (THOMPSON, 1984, p.37-38. APUD LOVATO; PETERSON, 2013, p.182), pode-se dizer que foi nesse processo de defesa de interesses em comum e da necessidade de reação frente a uma ameaça aos seus privilégios, que a *consciência de classe proprietária* dos ruralistas emergiu.

De forma bem clara e objetiva é preciso dizer que essa compreensão de classe não contempla todo o espectro social que se objetiva investigar nesta pesquisa. Mesmo que o conceito de experiência seja caro para a análise, corre-se o risco de relegar outras formas de construção das identidades que integram a realidade social. Por essa razão, para melhor compreender essas questões acerca da dinâmica interna dos grupos “dominantes” – em uma linguagem marxista ortodoxa – refletir sobre as relações de poder existentes na própria relação história da formação da cidade e do surgimento de autoridades políticas ou econômicas – ambas no caso dos proprietários rurais.

Retomando as reflexões realizadas por Regina Bruno (2006) acerca da dimensão conceitual do latifúndio, compreendido como um conjunto de códigos culturais, costumes, comportamentos e valores que exercem um poder no mundo rural, pode-se recorrer as análises feitas por Michel Foucault em *Microfísica do Poder* (1979). Em primeiro momento, porém, cabe apontar certas ponderações sobre a conceituação de *poder* realizadas por Foucault. De acordo com Roberto Machado

[...] não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um

objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (MACHADO, 1998, p.10)

Nesse sentido, sendo o *poder* uma “prática social” que é “constituída historicamente”, pode-se dizer que o intuito da pesquisa é compreender a especificidade do poder emanado pelo latifúndio, essa teia de conexões que tem sua extensão econômica, política e cultural que ligam os sujeitos que orbitam na sua zona de influência no decorrer do próprio processo histórico. Ou seja, estudar o surgimento das autoridades ligadas ao campo em Camaquã através de análise da formação da própria cidade, pode ajudar a compreender as conexões estabelecidas entre o *poder latifundial* e outros espaços sociais da cidade: comercial, financeiro, político, etc. Esse procedimento serve para assimilar como “experiência proprietária”, da qual fala a historiadora Gasparotto, se construiu ao longo do tempo através das relações de poder em torno do latifúndio, e como a “consciência de classe proprietária” emerge na necessidade de proteção e manutenção dos privilégios.

Para fins de exemplo, é possível identificar de que maneira se construiu a influência das famílias proprietárias no território destinado para reforma agrária no Banhado do Colégio na década de 1950 e 1960. A região que hoje se situa o município de Camaquã foi estabelecida por meio das concessões de sesmarias, data que remete à disputa entre Espanha e Portugal para a colonização daquelas terras no final do século XVIII. Naquele período, após a “vitória” da coroa portuguesa, foram distribuídas terras para algumas famílias, entre elas os Centeno, Azambuja, Gonçalves da Silva e Meirelles. O território ficou sob monopólio desses sobrenomes que casaram entre si e investiram na criação de gado e no plantio de erva-mate. Após 1850, com o fim da concessão gratuita de terras após sancionamentoda Lei de Terras, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul começou a regularizar, mapear e vender as terras devolutas. A renovação de proprietários rurais dessa região ocorreu por duas vias: pelo casamento, como é o caso dos Pereira e Silva, Mendes, Azambuja, Crespo, entre outras; e por aquisição de terras baratas, como os

Silveira, Soares, Ribeiro, Viegas e outras. Em 1864 o povoado de São João Batista, atual Camaquã, foi elevado à Vila, criando a Câmara Municipal. O primeiro presidente da câmara foi o filho do general Bento Gonçalves da Silva, sendo o vice Isaias Rodrigues Mendes, ambos proprietários de terras e criadores de gado.

Na virada do século XIX para o XX, a orizicultura surge no município como elemento a ser desenvolvido na economia. O reaquecimento econômico que o cultivo do arroz trouxe para a região valorizou o território das “terras baixas”, circundadas por um Banhado, proporcionando aos ruralistas daquela região - Centeno, Pereira da Silva, Cardoso, Silva, Silveira, Azambuja - ampliassem o seu nicho ao aderirem o cultivo do arroz. Chama a atenção que esses nomes estão presentes no decorrer de praticamente toda primeira metade do século XX e no primeiro quarto da segunda metade, atuando nas entidades de classe patronais, entre elas a Associação Rural (como os Centeno), e nos partidos que compuseram a oposição à Brizola e à Jango, integrando posteriormente o movimento golpista.

Tomando essa lógica, com o que foi exposto é possível identificar o caráter relacional que Foucault atribui para o poder. Quer dizer, a existências de formas de exercício do poder que se manifesta em ambientes além do Estado, embora muito articuladas a ele e que, inclusive, dão sua sustentação. É o que tange as concepções de poder trazidas em *A microfísica do poder*, rompendo com a dicotomia entre o central (Estado) e o periférico (sociedade, sujeitos), apresentando uma relação mutua de poder, possibilitando a análise a nível micro e projetando para o macro. Deste modo

O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço de análise quanto do nível em que está se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, *a atenção a suas formas locais*, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – *gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos*. (MACHADO, 1998, p.12 grifo nosso)

De maneira categórica, cabe identificar como o poder emanado pelo latifúndio se manifestou na cidade de Camaquã³ e quais contornou tomou no período de acirramento que levaram a transformação do regime político com o golpe e com a ditadura.

Na esteira dessa discussão acerca de *classe* e *poder*, fica evidente a necessidade de deslocar o olhar analítico para os acontecimentos no microcosmo do processo histórico. Por outro lado, não quer dizer que reduzir a escala de observação signifique diminuir a complexidade do objeto, ao contrário, permite apreender as nuances do particular, do pontual, do biográfico, para a partir daí projetar a conjuntura mais geral (LOVATO; PETERSON, 2013, p.197-198). Tomando as contribuições teóricas elaboradas por autores da micro-história italiana, a redução da análise esclarece certas questões acerca da história social que as grandes sínteses totalizadoras acabam por não abarcar. Com a microanálise, é possível recuperar a complexidade histórica, apontando para a relação do indivíduo com a sociedade, das particularidades em direção ao campo mais amplo. De acordo com o historiador Giovanni Levi

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (LEVI, 2016, p.158. APUD LOVATTO; PETERSON, 2013, p.192)

Nesse sentido, investigar o fatode um grande proprietário de terra, membro da Associação Rural de Camaquã, vereador pelo Partido Libertador ter se comportado diferente de seus pares, como foi o caso de José Cândido de Godoy Netto, ajuda a demonstrar, por exemplo, que a própria classe proprietária rural não é hegemônica,

3 Por exemplo, os ruralistas de maneira geral manifestavam uma imagem de si como condutores do desenvolvimento rural, se viam como a materialização do verdadeiro “homem do campo”, aquele que tudo proveu para o crescimento do país. Em Camaquã, o Coronel Sylvio Luiz Pereira da Silva se projetava assim no cenário político eleitoral, vindo a ser prefeito da cidade por duas vezes com esse discurso (1950-1952; 1956-1959).

havendo nuances que devem ser levadas em consideração na equação para compreender o período histórico.

Considerações finais

Esse artigo tentou discorrer sobre os caminhos que a pesquisa pretende seguir, apresentando as discussões teóricas que a norteiam. Cabe dizer, no entanto, que trata de um trabalho em andamento, havendo questões que ainda carecem de maior levantamento biográfico.

Um elemento que precisa ser registrado aqui é a conjuntura histórica onde a própria pesquisa está sendo elaborada: a pandemia do Coronavírus. Em decorrência disso, muitos caminhos que foram pensados de início tiveram que ser remanejados, o acesso a fontes se tornou mais difícil em virtude de seus acervos estarem fechados. Justamente por essa razão me furtei da necessidade de apresentar algum aprofundamento em relação à utilização de fontes, tendo em vista que pouco se conseguiu investigar até o momento.

Referências bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; COELHO PRADO, Maria Ligia (org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, F. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *ATAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS*. In: GUIMARÃES, Elione; MOTTA, Márcia (org). **PROPRIEDADES E DISPUTAS: FONTES PARA A HISTÓRIA DO OITOCENTOS**. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ECKERT, Córdula. **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964**. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun. 2012.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros Ruralistas!” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HARRES, Marluza. **Conflito e conciliação no processo de Reforma Agrária do Banhado do Colégio. Camaquã, RS**. 2002. 431 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

HEINZ, Flávio. Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico. In: HEINZ, F. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOTTA, Márcia Maria. História, memória e história do tempo presente. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Os novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os anos de chumbo no Brasil e na América Latina. **Revista Ciências & Letras**., Porto Alegre: FAPA, n. 28, p. 55-90. 2000.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2000.

PETERSEN, Sílvia e LOVATO, Bárbara. **Introdução ao Estudo da História**. Temas e Textos. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

“Sem arma, mas com intenção”: a atuação do movimento estudantil em Pelotas contra o golpe civil-militar até o AI-5 (1961-1968)

Allan Gomes Silva Pereira¹

Introdução

A presente pesquisa tem como ponto de partida o meu Trabalho de Conclusão de Curso, defendido na Universidade Federal de Pelotas no ano de 2019. Ao pesquisar o movimento estudantil em Pelotas durante a Campanha pela Legalidade (1961), as pessoas entrevistadas narraram memórias traumáticas sobre o ano de 1964, principalmente após o golpe civil-militar no dia 31 de março desse ano utilizando a História Oral como principal metodologia.

A década de 1960 se destaca por uma grande efervescência do movimento estudantil no mundo. Os estudantes manifestavam ativamente sobre questões políticas, sociais e culturais, reivindicando a liberdade de se expressar. No Brasil foram vários os movimentos protagonizados por estudantes que atuaram sobre pautas relacionadas ao contexto político e educacional, apresentando uma grande força

¹ Mestrando em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel); Pelotas, Rio Grande do Sul – RS, Brasil; Bolsista no Programa de Demanda Social CAPES. Contato: allangsp92@gmail.com

mobilizadora na sociedade. O golpe civil-militar de 1964 é marcado pela contenção dos movimentos estudantis de oposição, que mesmo na clandestinidade permaneceram ativos organizando debates, reuniões, assembléias, passeatas e atos políticos no país.

Ao realizar um levantamento acerca da bibliografia produzida sobre o tema, foi identificada uma série de lacunas de trabalhos sobre o movimento estudantil em Pelotas na década 1960.

No levantamento bibliográfico, foram encontrados trabalhos com a temática semelhante, mas focados na década de 1970. Entre eles, a tese de Renato Della Vechia (2011) sobre a reorganização do movimento estudantil no Rio Grande do Sul, entre 1977 a 1985. Em dissertação, Marília da Rocha Hofstatter (2013), analisa o movimento estudantil em Pelotas durante a redemocratização. Luisiane da Silveira Gomes (2017) pesquisou a atuação feminina no movimento estudantil durante o processo de redemocratização nos anos de 1977 a 1985.

Para Antonio Mauricio Brito (2017) a militância de 1964 sofreu diretamente as angústias da derrota e da memória construída sobre a resistência que não houve.

A luta armada como alternativa de setores do movimento estudantil parece ter acontecido um distanciamento da liderança anterior atuante nos anos de 1960-64, estigmatizada como derrotada, seja pelos apoiadores do golpe civil-militar ou até como autocrítica realizada pelos movimentos de oposição. A construção da *Geração de 1968*² como combativa talvez tenha silenciado/apagado memórias de lutas estudantis antes do golpe.

Convém interrogar em que medida se conformou uma geração de 1968 que selecionou eventos e contribuiu para apagar da memória experiências e lutas desenvolvidas pela militância de 1964 ou impulsionar-lhe a marca da derrota. Feito isso, analisar suas eventuais continuidades e rupturas pode contribuir para

2 A geração, como fenômeno social, se constitui com base em uma vivência comum. Daí a adequação do uso do conceito ao fenômeno das mobilizações em 1968. A “geração 68” ficou sendo conhecida como tal pelas marcas, atitudes e visões de mundo da juventude naquele momento. Para análise daquele período específico, da chamada rebelião de juventude, o conceito de geração se apresenta apropriado. (COELHO e SANTANA, 2010)

restituir a complexidade e riqueza dos anos 1960, problematizar as memórias e agenciar problemáticas que construam novos capítulos da história do movimento estudantil brasileiro. (BRITO, 2017, p.94)

Portanto é fundamental problematizar o movimento estudantil a partir das memórias, experiências e lutas das gerações atuantes no início da década de 1960, observar sua dinâmica e assim aprofundar o conhecimento sobre os movimentos dos anos de 1960 e contribuir para a história de lutas e resistências dos estudantes brasileiros.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar a atuação dos movimentos estudantis em Pelotas durante os anos de 1961-1968, identificando as continuidades e rupturas entre movimentos no pré-golpe e durante os primeiros anos da ditadura civil-militar. Na presente pesquisa, a História Oral é a principal metodologia, tendo em conta que se trata da construção das fontes a partir da interlocução com os protagonistas da época.

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiram sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar. (PORTELLI, 2016, p.9)

A partir da História Oral Temática, este trabalho pretende identificar como cada narrador organiza os fatos experienciados a partir de suas memórias, ou seja, como constrói sua narrativa sobre um assunto em particular, neste caso: as experiências de estudantes atuantes nos movimentos entre os anos de 1961 a 1968. A ditadura civil-militar foi um período de resistência, medo e trauma para muitas pessoas. Estes sentimentos podem condicionar as memórias ao silenciamento. O pesquisador deve utilizar da História Oral para analisar as memórias além de uma condição de vencidos, mas como memórias silenciadas. (MEIHY, 1996, p.43)

Portanto, o presente artigo utiliza como fontes de análise histórica as narrativas construídas por colaboradores em entrevistas com o presente pesquisador: José Luis Marasco Cavalheiro Leite³ e Frederico Dias da Cruz.⁴

Segundo Gallian (1996) o documento da História Oral deve ser entendido como uma fonte sobre o passado e o presente, pois, da mesma forma que o presente é vivido no nível subjetivo, o passado é experimentado subjetivamente no presente. As narrativas produzidas pelos colaboradores, possibilitam o conhecimento de maneira mais complexa e detalhada sobre as atividades que os estudantes planejavam e desenvolviam e quais eram as organizações presentes no cotidiano estudantil entre os anos de 1961 a 1964.

O Movimento Estudantil do Colégio Municipal Pelotense

O Colégio Municipal Pelotense foi a primeira instituição de ensino laico secundário da cidade. José Luiz lembra que até então, as instituições de ensino em Pelotas eram exclusivamente baseadas no Catolicismo, como o Colégio Gonzaga e o Colégio São José.

A maneira satisfatória com a qual José Luiz lembra do “livre saber” do Pelotense, levanta a interpretação de que a escola foi fundamental para que ele continuasse os estudos em nível superior, escolhendo cursar Filosofia na Universidade Católica de Pelotas e Direito na Faculdade de Direito de Pelotas.

Além de questões de cunho político, os estudantes pautavam em suas discussões temas como a religião. Como havia uma grande influência católica nas instituições de ensino da cidade, José Luiz afirma que o CMP foi criado como uma resposta da maçonaria, que

3 Natural de Pelotas, 74 anos, advogado e aposentado da carreira docente. Estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense e membro do Grêmio Estudantil do C.M.P até o ano de 1964. Estudante universitário da Faculdade de Direito de Pelotas e do curso de Filosofia da Universidade.

4 Natural de Pelotas, 72 anos, advogado. Estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense até o ano de 1965, estudante universitário a partir do ano de 1966 da Faculdade de Direito de Pelotas. Em 1970 se transferiu para Porto Alegre para finalizar a graduação em Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

aspirava deter de poderes influentes na política municipal da cidade. Para o colaborador, não existiam influências da maçonaria dentro dos espaços escolares, mas questões de ideologias, crenças e religião eram constantemente discutidas pelos alunos.

A questão é que estava instalada no colégio este clima de discutir tudo, inclusive discutir questões que também estavam no âmbito da religião, da crença. Não afirmando que eramos estudantes anti-confessionais, mas trazíamos à tona estas discussões.⁵

O clima citado pelo colaborador de “discutir tudo”, reunia os estudantes em grupos. Os coletivos se formavam com ideias que se identificavam a partir das discussões realizadas. Da mesma maneira, desenvolviam círculos de amizade entre alunos do Pelotense. As opiniões individuais de cada estudante expressada em reuniões, conversas, debates, seminários, despertou a necessidade dos indivíduos se constituírem em grupos, para que as opiniões, críticas e ideias ganhassem força de influência e mobilização.

A partir deste intenso clima de discussão no Colégio, que os estudantes sentiram a necessidade de organizar o Grêmio Estudantil do Colégio. Posteriormente, os estudantes anunciaram as eleições para chapa de gestão do Grêmio dos Gatos Pelados.

O Grêmio arrecadava fundos dos estudantes, de professores e ex-alunos para organizar os eventos na escola. O número de sócios não era representativamente alto em relação aos alunos matriculados. Nas décadas de 1930 a 1960, em que os números de matriculados variavam entre 500 a 800 alunos, o Grêmio contava com aproximadamente 100 sócios. (AMARAL, 2003, p.212). Giane Lange do Amaral encontra registros de problemas em relação a gestão financeira do grêmio ao decorrer de sua história. Havia cadernetas que apresentam problemas de registros, que apontavam desvios financeiros realizados pela gestão, levantando a hipótese dos baixos números de associados na entidade.

5 Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite, p.2

A identidade de Gatos Pelados, neste período dos anos 1960, em que José Luiz e Frederico foram alunos do Pelotense é verificável a partir da percepção dos colaboradores sobre o número de alunos de classe média e baixa matriculados no colégio. Alunos de baixa renda ingressaram no colégio por ser a opção de ensino secundário gratuito na cidade, “Não havia outro lugar para se estudar o segundo grau senão no Pelotense”.⁶

Este reconhecimento da qualidade de ensino transformou o sentimento do estudante da época. Frederico, que foi estudante do Pelotense, reconhece em sua narrativa este aspecto. Para ele o que mais marcou em relação a essa questão, era a maneira com a qual os professores produziam os conteúdos transmitidos em sala de aula. “Pelotense naquela época, porque hoje não sei como está, era um dos melhores colégios públicos”.⁷

Os colaboradores entrevistados, lembram de um dos professores que foi marcante para suas experiências estudantis. O professor Aldyr Garcia Schlee era professor no Colégio Municipal Pelotense e docente na Faculdade de Direito de Pelotas. Schlee também era jornalista local, escrevia neste período pré golpe civil-militar a coluna semanal *Diário de 7 dias*, publicada aos domingos no jornal Diário Popular, em que resumia os principais acontecimentos políticos nacionais e internacionais e seus impactos na cidade de Pelotas, escrevendo de maneira crítica e contundente. O alvo de suas críticas, geralmente eram os grupos conservadores de Pelotas.

Sobre as Passeatas do Gato Pelado enquanto principal evento organizado pelo movimento estudantil na cidade de acordo com os colaboradores, entre os anos de 1930 até 1963, após encerramento da “Semana do Gato Pelado” (2ª Semana de Julho e, posteriormente, 2ª semana de agosto), as ruas por onde desfilavam os estudantes se enchiam de populares, contagiados pelo divertido espetáculo. Em relação a organização das Passeatas:

6 Idem.

7 Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Diaz da Cruz, p.1

Era feita com bastante antecedência, sendo que havia diversas comissões que se encarregavam da coordenação à coleta de todo o material necessário para a confecção dos quadros humorísticos, faixas, fantasias, etc. O itinerário das passeatas era sair da Rua Tiradentes (lateral da escola), contornava a Praça Coronel Pedro Osório e seguia pela rua 15 de Novembro até a rua Salvador Mendonça. Aí, paravam na famosa “esquina do coqueiro” do Colégio Gonzaga e, inevitavelmente, confrontavam-se com os Galinhas Gordas. Após, seguiam pela rua Andrade Neves, dobravam na rua Marechal Floriano e retornavam para o Colégio. (AMARAL, 2013, p.2003)

A organização, elencando comissões, demonstrava que as Passeatas do Gato Pelado eram o principal evento protagonizado pelos estudantes na cidade. Havia a preocupação em preparar o conteúdo do evento em cada uma das comissões. Os conflitos causados com alunos do Colégio Gonzaga, principal rival do Pelotense, geravam certas insatisfações entre professores e a gestão do colégio. A maneira com a qual criticavam as questões sociais e os embates entre estudantes com o colégio rival, geravam descontentamento entre os mais conservadores, que debatiam punições para os mais ativistas que protagonizavam os conflitos. José Luiz lembra que, os professores em seu período como estudante, reuniam-se para discutir sobre o evento:

As Passeatas do Gato Pelado criavam tantas polêmicas dentro da cidade e também dentro do colégio. O Conselho Escolar, entre professores e direção, sempre tinha que se reunir e haviam debates entre professores. O grupo de professores que nos defendia e o grupo que nos acusavam. Mas sempre tivemos direções compreensivas, mais do que isso, adequadas ao tempo e cultura do Colégio Pelotense.⁸

Mesmo tradicional, o evento não era uma unanimidade entre professores. Não só por conta dos conflitos, mas também pela maneira com a qual os estudantes se expressavam, criticando com humor os problemas sociais de Pelotas.

Frederico lembra em sua narrativa uma importante questão sobre as Passeatas do Gato Pelado:

8 Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite, p.2

Eu me lembro que só homens desfilavam nas Passeatas. Embora o colégio fosse misto, as mulheres não participavam dos desfiles, apenas na organização. Mas, não me lembro o porque dessa questão.⁹

Apesar que compor ativamente as comissões que organizavam as Passeatas, as mulheres neste período da década de 1960 eram impedidas de desfilarem. O trabalho de Giane Lange do Amaral (2003) contribui para compreender o que motivava tais impedimentos.

As famílias Católicas preferiam matricular as alunas no São José e os alunos no Colégio Gonzaga. Matricular alunas no Pelotense, permitindo a conviência com estudantes homens, quebrava certas tradições da época. Mesmo matriculando as alunas para estudar junto a alunos, algumas tradições cristãs permaneciam.

As mulheres estudantes do Pelotense, tinham participações restritas nos eventos sociais promovidos pelo Grêmio. Além do impedimento de participar das Passeatas nas ruas, a atuação feminina era reduzida a concursos de Madrinhas do Colégio. Ainda assim, nos primeiros anos do colégio, como destaca Giane Lange do Amaral (2003), as candidatas escolhidas pela diretoria, a partir de critérios de beleza, simpatia e inteligência, eram alunas do Colégio São José. Apesar do Grêmio promover o evento, a diretoria do Pelotense na década de 1930 proibia alunas internas de “tomar partes em festas mundanas” (AMARAL, 2003, p.213).

Na década de 1940, as mulheres buscavam espaço na participação das políticas estudantis no Colégio Municipal Pelotense. Em 1945, criaram o Departamento Feminino que:

Passou a ser composto por 5 membros – 1 diretora, 1 subdiretora, 1 bibliotecária e 2 auxiliares e as moças passaram a participar mais de atividades desenvolvidas pelo Grêmio. Mas convém ressaltar que em 1932, mais da metade dos votos (que perfaziam um total de 103) para vice-presidente do Grêmio foram dirigidas a três moças: Yeda Lopes Machado – 27, Rosah Russomano – 16 e Carmem Parker – 10, sendo que a primeira foi escolhida vice-presidente. Carmem Parker foi, secretária na gestão de 1933. Isso numa época em que o número total de alunas no colégio não chegava a 10 (AMARAL, 2003, p.213).

9 Entrevista cedida a Allan Pereira por Frederico Diaz da Cruz, p.3

A partir da fala de Frederico sobre a não participação de mulheres no desfile das Passeatas do Gato Pelado, ainda que o colaborador não lembre os motivos, o trabalho de Giane Lange do Amaral (2003) torna possível entender que este impedimento ocorria por ordem dos pais que consideravam a participação de meninas em movimentos políticos como subversivo as tradições familiares.

Por considerar o evento como “mundano”, o “espírito libertário” do Pelotense era direcionado exclusivamente aos homens, visto que as mulheres não poderiam ter liberdades de participar de eventos e manifestações, por conta da estrutura familiar da época, pautada no patriarcado que privilegiava o gênero masculino.

Em resultado, as mulheres poderiam exercer cargos nos Grêmios, porém o cargo de presidente era preferencialmente ocupado por homens. Se tratando das passeatas, a participação das mulheres ficava restrita na composição das comissões organizadoras.

Não somente no Pelotense, mas outro exemplo importante se encontra nos Colégios Católicos da cidade. O Gonzaga também realizava suas passeatas com desfiles dos homens, rivalizando com o Pelotense. Porém, sobre o São José, não se encontram registros de passeatas organizadas pelas alunas.

Apesar destas questões de restrições às participações femininas nas passeatas, para desfilarem nas ruas da cidade junto com os homens, o movimento estudantil dos Gatos Pelados, organizavam o evento visando a liberdade de expressão. “As passeatas iam para as ruas da cidade toda, com cartazes, charges e quadros. Ao retornar para o Colégio, era oferecido um churrasco para os alunos”.¹⁰

Porém, para os mais conservadores, o movimento se resumia a conflito e violência entre escolas. Na manchete do *Estudante*, o jornal exprime os sentimentos dos alunos ao se expressar nas passeatas, e o que pretendiam com o movimento na cidade que reunia secundaristas, universitários e populares:

Tudo que não conduz com moral é nela atacado com a maneira própria dos jovens: o humorismo. Num mundo vão egoísta, onde o individualismo é carac-

10 Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Diaz da Cruz, p.4

terística marcante, ela surge com este exemplo edificante de desprendimento e de audácia, comentando e apontando os erros e descabros de uma sociedade corrupta, condenando a inércia dos governos e o oportunismo dos políticos. Os oprimidos e injustiçados atacando todos aqueles que no ramo de suas atividades ajam de maneira não condizente com a lei, a razão e a honestidade. Alas sejam abertas!¹¹

O humor era uma das maneiras das variadas formas de expressão política dos jovens, que a partir da arte ironizavam e criticavam questões sociais, culturais e políticas em formas de músicas, charges, teatro, cinema, pintura, publicações etc. Nas passeatas, é comum encontrar placas, faixas, cartazes e fantasias.

A alegria, a irreverência e a ousadia juvenis demonstradas na realização de passeatas é uma tradição que vem desde os primórdios das universidades europeias. As marchas ou passeatas estudantis constituem-se em movimentos ritualizados e coletivos com objetivos cerimoniais, cívicos, patrióticos ou de protesto, desenvolvendo-se nas ruas das cidades e assumindo características próprias, de acordo com o contexto nacional e urbano no qual estão inseridos. [...] Através de diversos símbolos constituídos fundamentalmente por cartazes e imagens caricatas, essas criações culturais representam formas cerimoniais específicas de suas próprias épocas, necessidades e possibilidades. (AMARAL, 2011, p.133)

Sobretudo, o humor característico da juventude dos anos de 1960 se relaciona com a maneira crítica e atuante, que se expressavam em manifestações. O humor era uma maneira de “driblar” a repressão e a violência do Estado, expressando a crítica de maneira indireta, porém debochada das questões políticas e sociais. O jornal *O Pasquim*, foi uma referência de humor durante a ditadura, em que as charges “acabavam por melhor despistar a censura e a crítica. Através da linguagem metafórica, evitava o confronto direto, contudo, não menos eficaz” (QUEIROZ, 2008, p.245).

As passeatas de caráter humorístico, como um “carnaval de inverno” se misturava com a combatividade dos jovens (AMARAL, 2011, p.148). Por isso houveram passeatas que foram censuradas, seja

11 Gato Pelado – O teu nome tornou-se uma glória! Estudante, 17 de agosto de 1963.

pela direção da escola ou pelo atuação do Estado. No ano de 1947, o diretor do Pelotense negou diálogo com os estudantes e sumiu com 7 dos 23 quadros que apresentavam conteúdo que para ele deveriam ser censurados. No ano seguinte, alguns quadros foram censurados pelo delegado de polícia e pela direção da escola.

Os estudantes denunciaram a censura através do jornal Estudante, que além dos quadros censurados, foram obrigados a alterar o itinerário da passeata, para evitar conflitos com estudantes do Gonzaga. O “Caso Pelotense” chegou ao Ministério da Educação, após cancelamento da matrícula de 3 dos estudantes participantes.

Após grande mobilização de apoio de estudantes secundaristas e universitários da cidade, da classe política e de grande parte da população, a decisão de suspensão tomada pelo diretor foi revogada, após os estudantes assumirem a culpa do conteúdo dos cartazes e retirá-los da passeata.

As passeatas, assim como o jornal e os grupos teatrais, eram espaços de construção afetivas entre os estudantes. A partir dos relatos sobre a passeata de 1963, identifica-se que o sentido de ir às ruas para os estudantes, era de colocar em prática o que publicavam no jornal e os espetáculos que realizavam nos grupos de teatro. Ao invocar o “espírito do Gato Pelado”, os estudantes lutavam pelo direito a liberdade transmitidos através de ações planejadas nas passeatas.

Assim que o golpe se consolidou no país, logo os estudante de Pelotas foram atingidos pelas medidas do Estado que passou a censurar e reprimir determinadas práticas dos movimento estudantis. Após o golpe, José Luiz, Frederico, Nora e Alceu¹²terminaram seus estudos

12 **Nora Antunes de Oliveira**, natural de Pelotas, 70 anos, professora aposentada. Estudante secundarista do Colégio São José até o ano de 1965.

Alceu Salamoni, natural de Frederico Westphalen, 81 anos, professor aposentado. Foi professor universitário do curso de Serviços Sociais na Universidade Católica de Pelotas a partir do ano de 1967.

Frederico Dias da Cruz, natural de Pelotas, 72 anos, advogado. Estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense até o ano de 1965, estudante universitário a partir do ano de 1966 da Faculdade de Direito de Pelotas.

José Luis Marasco Cavalheiro Leite, natural de Pelotas, 74 anos, advogado e aposentado da carreira docente. Estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense e membro do Grêmio Estudantil do C.M.P até o ano de 1964.

secundários, e seguiram carreira como estudantes universitários. José Luiz e Frederico, que foram estudantes e experienciaram o “espírito libertário” do Colégio Municipal Pelotense, enquanto universitários perceberam que a liberdade já não existia diante da ditadura civil-militar.

Portanto, questiona-se: como jovens com experiências de mobilização estudantil efetivas na cidade de Pelotas, seguiram participando dos movimentos em um período marcado pela repressão e censura contra secundaristas e universitários no Brasil? Em seguida, a análise foca no momento após o golpe de 1964 e como os colaboradores narram suas experiências como estudantes no período de ditadura civil-militar.

Considerações Finais

Ser estudante não é compor um bloco fechado que impossibilita pensar a diversidade de histórias que podem ser acessadas. Os estudantes pertencem a uma comunidade. Neste trabalho, se trata de estudantes pertencentes ao meio urbano do município de Pelotas.

Os estudantes possuem identidades múltiplas e fluídas influenciadas pelas diversas trajetórias permeadas pelo processo de construção social que faz parte da vida de cada jovem. A partir das projeções sociais semelhantes, os estudantes constituem grupos nas escolas e universidades, em que a identidade do coletivo define papéis e valores para os componentes. Quando em contato com novos grupos, os estudantes se identificam pelas semelhantes questões culturais, sociais, políticas, econômicas, religiosas, raciais e de gênero. O novo contato com redes de amigos nas escolas ou nas universidades, podem apresentar mudanças nas personalidades, nas projeções futuras, nos desejos, ambições e sonhos.

É por este processo que se formam os movimentos estudantis, como grupos representativos que reafirmam para os estudantes, questões de realidade objetiva e subjetiva. Pensar o estudante, é abrir potencialidades diversas para a pesquisa, considerando que:

São sujeitos sociais que compõem a cidade, mas que carregam consigo valores específicos e por isso ocupam espaços diversos, aprendendo e interpretando de forma diferenciada o terreno comum compartilhado (SOUZA, 2009, p.5).

O estudante representa uma categoria ativa e participante do meio social, que ultrapassa a linha de raciocínio que os define como um bloco homogêneo, considerando a participação dos jovens restritas a questões educacionais ou profissionais. Analisar o estudante é pensar no seu tempo presente, no cotidiano em que o indivíduo se movimenta a partir de suas diversas experiências.

Para isso, faz-se necessária a compreensão do que representa o processo de construção de um movimento social, considerando as diversas condições sociais dos jovens. Dialogando com o presente, pensar a composição de estudantes nas universidades brasileiras, é ressaltar que atualmente a realidade do ensino superior é mais diversa dentro de uma perspectiva econômica e social. Por conta de políticas públicas de educação que fomentaram o ingresso nas universidades do país por estudantes de classes mais baixas, formados nas escolas públicas, filhos de cidadãos que não tiveram a oportunidade de conhecer os espaços acadêmicos, atualmente os estudantes brasileiros formam diversas realidades e identidades mais múltiplas se comparadas a década de 1960.

Referências

GOMES, Luisiane da Silveira. **A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. 2017. 200p.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011, 414p.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura.** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. 2013. 139p.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Militância estudantil e memórias dos anos 1960. **Revistas Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.21, p.94-131. maio/ago. 2017.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Arte de Escuta.** / [tradução Ricardo Santiago]. – São Paulo: Letra e Voz, 2016. – (Coleção Idéias).

PORTELLI, Alessandro. **Sonhos ucrônicos – Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores.** / [Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro], Proj. História, São Paulo, (10). Dez. 1993, p.41-58.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 1996.

GALIAN, Dante Marcello Claramonte. A memória do exílio: reflexões sobre interpretações de documentos orais. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) **(Re) introduzindo a História Oral no Brasil.** São Paulo. Xamã, 1996

AMARAL, Giana Lange do. As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Campinas-SP, v.11, n.2 (26), p.131-154, maio/ago. 2011

A “Revolução Democrática de 1964” faz aniversário: comemorações do golpe civil-militar e os discursos de “salvaguada” da democracia (1970-1971)¹

Ana Carolina Zimmermann²

Introdução

O processo de articulação do golpe civil-militar de 1964, que culminou na deposição do presidente democraticamente eleito, João Goulart, e fomentou a implementação da ditadura militar brasileira, pautou-se na suposta necessidade de defender o regime

1 Este trabalho é derivado do 3º capítulo de minha monografia, defendida na Universidade Regional de Blumenau (FURB), em 2020, sob orientação da professora doutora Cristina Ferreira. Cf.: ZIMMERMANN, 2020.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de História e Culturas Políticas e graduada em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB (2020). Possui interesse na área de História do Brasil Republicano, com ênfase nas temáticas concernentes às culturas políticas e as relações entre história e memória no período da Ditadura Militar. E-mail: anacz97@hotmail.com/ zcana97@gmail.com.

“democrático” contra a denominada “ameaça comunista” e a “subversão”, que colocavam em perigo a ordem política vigente, os valores tradicionais, morais e cristãos da sociedade brasileira. Uma das tônicas privilegiadas pelos grupos golpistas e apoiadores do regime consistiu na convocatória dos Poderes Militares para intervenção na política nacional e o conseqüente afastamento do “perigo vermelho” que rondava a nação (MOTTA, 2020). Instaurada a ditadura militar, a denominada *utopia autoritária* sintetizou a função paternalista assumida pelas Forças Armadas no que tange à política nacional, “fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral” (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 9) e, portanto, constituíam-se grupo social legítimo para condução do país rumo ao progresso.

No interior das Forças Armadas, os princípios ideológicos estabelecidos pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) corroboravam para a crença no ideal de “superioridade” dos militares frente aos civis, pautados na máxima de que “seriam eles os mais identificados com os interesses nacionais e, portanto, lhes caberia o direito e até o dever de arbitrar as crises políticas (intervindo) em nome da ordem interna” (BORGES, 2003, p. 18). Os dispositivos propagandísticos e educacionais, amplamente divulgados nesse período e consubstanciados pelas projeções do futuro nacional a partir da corrente otimista, investiram na elaboração de representações ancoradas pela pretensa valorização dos interesses nacionais, “o que incluía a construção de uma imagem pública sobre os militares no poder e suas expectativas no processo de modernização do país” (MAIA, 2018, p. 36). Dentro dessa linha de raciocínio, o ideal de “salvaguarda” da democracia operada pelas Forças Armadas compunha elemento importante para legitimar no imaginário político a permanência da ditadura no poder.

Considerando esses debates, o objetivo desse trabalho é questionar a propagação do ideal de “salvaguarda” da democracia como elemento discursivo mobilizado pela *utopia autoritária* no processo de legitimação da ditadura militar brasileira. O propósito

consiste em investigar a circularidade de ideias e a reconstrução de significados atrelados ao regime supostamente “democrático” que vigorou após a ação golpista em 1964. A análise foi pautada em elementos comemorativos, voltados aos aniversários do 31 de março (em alusão à data do golpe de Estado empreendido em 1964), e pedagógicos, por meio do estudo de manuais didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC). A delimitação temporal abarcou o período inicial de estabelecimento do governo ditatorial de Médici, entre os anos de 1970 e 1971, momento representativo do investimento no estímulo e profusão do *espírito comemorativo*, através da promoção de festividades e desfiles cívicos, além do estabelecimento da obrigatoriedade no ensino de EMC em todas as instituições de ensino do país.

A articulação entre comemorações cívico-patrióticas do 31 de março e EMC está intimamente ligada às concepções teóricas privilegiadas pelo conceito de cultura política, compreendido enquanto “um complexo sistema de representações” que formulam um conjunto coerente, capaz de fornecer “uma chave de inteligibilidade” (BERSTEIN, 2009, p. 30; 35) para a interpretação da realidade. Ao considerar a atuação da escola e da mídia enquanto vetores de transmissão e socialização de ideias e representações que compõem determinada cultura política, busquei investigar os elementos discursivos mobilizados pela *utopia autoritária* na defesa do argumento de “salvaguarda” da democracia, buscando compreender suas raízes retóricas e a importância simbólica desse ideal para a formulação de uma cultura política autoritária preconizada pelos grupos golpistas e apoiadores do regime ditatorial.

O conjunto documental utilizado foi composto por duas tipologias principais: 1) periódicos *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, em um recorte que contemplou notícias e manchetes vinculadas à comemoração do 31 de março; 2) manuais de EMC: *Princípios de Educação Moral e Cívica*, de autoria de Afro do Amaral Fontoura (1970); e *Introdução à Educação Moral e Cívica*, de Celso Kelly (1970), obras de caráter didático e instrucional que circularam em instituições de ensino nesse período.

Uma “democracia revolucionária”: autoritarismos e contradições na definição da democracia pela ditadura militar brasileira

Durante a ditadura militar brasileira, “estratégias de conciliação/acomodação incidiram tanto nas políticas modernizadoras quanto nas ações repressivas” (MOTTA, 2013, p. 21), originando uma cultura política multifacetada, ancorada pela tríade anticomunismo, modernização conservadora e nacionalismo autoritário. As iniciativas cívico-patrióticas constituíram elemento importante para a manutenção dos valores conservadores – ligados à família, à moral e à religião –, sustentados pela produção discursiva e simbólica em que ideais motrizes como tradição e patriotismo foram “associados à leitura desenvolvimentista de um futuro glorioso, capitalista e ocidental produzido pelo discurso otimista” (MAIA, 2014, p. 96). Indicativo da preocupação com a formação moral e cívica da população durante a ditadura militar, pode ser observado no reestabelecimento de uma disciplina escolar específica para tratar de temáticas dessa natureza, a Educação Moral e Cívica (EMC), que se tornou obrigatória em todas as instituições educacionais públicas e privadas do país por meio do Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. No ensino médio estudava-se a Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e no ensino superior o Estudo de Problemas Brasileiros (EPB).

A *pedagogia cívico-patriótica*, radicalizada pelo pensamento conservador e ultranacionalista, constituiu elemento importante no tocante à elaboração de estratégias de aproximação entre civis e militares, buscando “imprimir uma noção mais ampla de pertencimento” e legitimar o regime autoritário a partir da sociabilidade festiva (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2019, p. 47). Neste contexto, o 31 de março – data do golpe de Estado ou, como denominado na época, da “Revolução Democrática de 1964” – passou a representar um acontecimento simbólico vinculado à implementação de um suposto “novo” regime político nacional. As programações festivas alusivas ao acontecimento constituíram-se “momento de ampla profusão e difusão de escritos que buscam sentido para o passado” (CARDOSO,

2011, p. 126), de modo a reproduzir uma memória histórica possível, propulsora da criação de memórias e esquecimentos, com o propósito de suprimir conflitos e tensões existentes. Os discursos e pronunciamentos veiculados na imprensa buscavam enaltecer e demarcar os ideais que motivaram a ação golpista, com destaque para o detalhamento de aspectos relacionados aos antecedentes e às causas da denominada “Revolução”.

Em Ordem do Dia proferida em 1970 e publicada pelo *Jornal do Brasil*, o Ministro do Exército, general Orlando Geisel³, ressaltava que “neste Brasil renovado somos e permaneceremos fiéis a nossa vocação de povo cristão e amante da democracia” (GEISEL..., 1970, p. 5). De forma semelhante, o Marechal Cordeiro de Farias proferiu em palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) que “os rumos norteadores do nosso movimento, sempre proclamados, nunca deixaram de ser liberais e democráticos. Democracia de verdade” (CORDEIRO..., 1970, p. 4-5). A partir da problematização dessas narrativas, os estudos historiográficos atuais buscam compreender “como a democracia tornou-se um conceito utilizado em larga escala nos discursos políticos oficiais de então com o propósito de justificar politicamente o golpe civil-militar e a ditadura no Brasil” (FERREIRA, 2017, p. 199).

Ainda em 1970, o jornal *Folha de S. Paulo* promoveu a publicação de um Caderno Especial intitulado *Os caminhos da Revolução*⁴. O primeiro artigo, escrito pelo governador de São Paulo, Abreu Sodré, intitulado “Democracia e Revolução: de Castello a Médici”, buscava reunir “a experiência de quatro anos de governo”, para compreender “o ‘dever ser’ da democracia brasileira, imperativamente situada no contexto da Revolução de 31 de março” (SODRÉ, 1970, p. 2). Nesse sentido, ressaltava-se a especificidade vinculada a “democracia revolucionária” implementada a partir do golpe civil-militar em

3 Orlando Geisel era irmão de Ernesto Geisel, general que viria ocupar o cargo de Presidente da República na sucessão de Médici, entre os anos de 1974 e 1979.

4 No suplemento em que constavam 18 artigos comemorativos, de autoria conhecida ou não, dedicados a enaltecer o “ideal revolucionário” e os sucessivos governos militares instaurados após o evento de 31 de março de 1964.

1964. Nos pronunciamentos comemorativos era destacado que “foi do caos promovido pela subversão que, paradoxalmente, nasceu do povo a vontade de dar início à reconstrução da pátria” (MÁRCIO..., 1971, p. 4). Contudo, a denominada “ameaça subversiva”, embora inicialmente contida pelo movimento “cívico-militar” de 1964, ainda se constituía um perigo à nação brasileira, tornando-se necessária a “contenção das atividades de maus brasileiros que no extremismo impatriótico e traiçoeiro julgam poder frustrar o destino do grande Brasil democrático” (AERONÁUTICA..., 1970, p. 6).

Os manuais didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC) prosseguiram e justificavam que “o terrorismo, a subversão e a violência, transformados em armas contra o Regime Democrático, pelos inimigos da Democracia, obrigam o Regime a defender-se, *limitando e controlando* as liberdades” (FONTOURA, 1970, p. 379). Nesse sentido, era considerado necessária a implementação de uma solução intermediária, “essa terceira fase, que aí está, que ainda não tem nome especial, e que à falta de outro melhor, designaremos provisoriamente com o nome de *Democracia controlada*” (FONTOURA, 1970, p. 374). Segundo o próprio Médici, “haverá repressão, sim. E dura, e implacável. Mas apenas contra o crime, e só contra os criminosos” (MÉDICI..., 1970, p. 3). A utilização de uma linguagem essencialmente polarizada e marcada pelo componente da violência buscava justificar a dominação, ou seja, a “democracia controlada”, como único recurso possível no “estado de exceção” em que o Brasil se encontrava. Essas questões são indicativas que nos permitem refletir sobre “aquilo que deixamos para trás em 1964” no tocante à cidadania, e que pode “indicar como a democracia já foi subvertida no país pelo uso da força” (STARLING, 2019, p. 284). A tônica desses discursos compunha o estratagema discursivo difundido desde a articulação golpista, momento em que a chamada “Revolução Democrática de 31 de março” passou a ser referenciada a partir de “posições defensivas [...] justificando o golpe como o último recurso para salvar a democracia” (REIS FILHO, 2004, p. 39).

Com o estabelecimento do regime autoritário as referências à “ameaça comunista” foram perpetuadas no sentido de destacar

a necessidade de manutenção de uma postura continuamente vigilante da população e do poder governamental. Nesse contexto considerado “adverso”, a liberdade individual dos cidadãos passou a ser concebida pelos manuais de EMC enquanto uma abstração filosófica, “uma meta de ambições ilimitadas, cujo alcance se processa por etapas progressivas”, mas que “não há nem nunca houve a liberdade absoluta” (KELLY, 1970, p. 34). Nessa chave interpretativa, a restrição das liberdades passou a ser prerrogativa da vida em sociedade, pois mesmo os “direitos são sempre ‘nos termos da lei’, isto é, não são absolutos, mas limitados”, como no caso da chamada “guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”, em que “a sentença contra os criminosos poderá incluir a pena de morte, sem que, com isso, seja ferido o item 1º, do ‘direito à vida’” (FONTOURA, 1970, p. 358-359). Tais concepções estavam ligadas ao conceito de “guerra interna ou guerra revolucionária”, que pressupunha a adoção e “utilização coordenada de todos os recursos – militares, políticos e de informação – no combate a um inimigo invisível, oculto – o subversivo” (NAPOLITANO, 2014, p. 128). O que se pretendia aqui era justificar o autoritarismo vigente mediante a necessidade de salvaguardar a segurança e o desenvolvimento nacional. Portanto, defendia-se um discurso acentuadamente contraditório: as “limitações” presentes na “democracia controlada”, que acarretavam a supressão das liberdades individuais e coletivas dos cidadãos, eram justificadas pelos grupos apoiadores do regime mediante a necessidade de salvaguardar a própria “democracia” contra as ameaças “subversivas”.

Os paradoxos estabelecidos no que tange à conceitualização da democracia pela ditadura militar, não se limitavam apenas em mascarar o caráter autoritário do regime, mas também a justificar sua necessidade. Afro do Amaral Fontoura afirmava que:

Discutem muitos se não é “mais democrático” o sistema de eleição direta do Presidente pelo povo. A resposta é sim e não. Se o povo estiver realmente conscientizado da vida política nacional, compreendendo a enorme importância da escolha do Presidente para os destinos da nacionalidade, a resposta é *sim*. Mas se o povo ainda não possuir suficiente amadurecimento político, poderá tornar-se presa fácil dos demagogos, dos piores candidatos (isto é, daqueles

que iriam formular promessas mentirosas), e ainda, desgraça maior, poderia deixar-se enganar pelos extremistas, que desejassem atingir o supremo poder na Democracia exatamente para acabar com a Democracia(FONTOURA, 1970, p. 371).

Segundo o autor do manual de EMC, as ameaças dos “demagogos” e “extremistas” tornavam-se um argumento de legitimação para que as eleições diretas presidenciais não ocorressem, pois colocavam em risco a própria democracia. Em seu pronunciamento comemorativo, o presidente Médici explicitava a ação dos “subversivos”, que “na tentativa de condicionarem o Governo pela contradição [...] aproveitando-se da fase de ação necessariamente punitiva e repressiva [...] procuraram conquistar a alma generosa da juventude – sobretudo a juventude universitária” (MÉDICI..., 1970, p. 3). Tal posicionamento refletia uma questão manifesta durante a ditadura militar brasileira, baseada na preocupação governamental com a juventude, concebida como um grupo social mais “suscetível” à penetração de ideias “subversivas”, tendo em vista a ligação de determinados grupos de estudantes universitários e secundaristas em atividades de cunho contestatório. Portanto, um dos objetivos almejados por meio do ensino da moral e do civismo estava associado à necessidade de afastar os jovens da “subversão” e de recuperar os valores tradicionais e nacionalistas (LIMA, 2019).

As políticas educacionais preconizadas pela ditadura militar evidenciavam um esforço governamental em educar os jovens e crianças a partir do civismo e do patriotismo ditos como “saúdáveis”, marcados fortemente por uma concepção positivista e militarizada, com a suposta intenção de salvá-los das ameaças “demagógicas” e “desviantes”. Além disso, os pronunciamentos governamentais expressavam uma grande preocupação com a juventude por este grupo representar o “futuro” do Brasil, no sentido de garantir o desenvolvimento nacional aliado à preservação dos ditos “ideais revolucionários”. Conforme apontado pelo próprio Médici, “vencer o desafio da educação e dar cultura é o anseio maior do meu Governo, não só para aumentar as capacitações de cada um, senão também para que o povo mais se una, mais se integre, mais se solidarize,

saiba confiar, saiba querer” (MÉDICI..., 1970, p. 3). Nesse sentido, esclarecia-se uma forte necessidade de promover a reeducação do povo brasileiro, que não estaria preparado para exercer seus direitos de forma mais ampla.

Interessante observar novamente uma permanência discursiva vinculada à Doutrina de Segurança Nacional, que creditava “a obtenção da consciência política” ao fator “do nível político e socioeconômico do povo, de sorte que a sua participação no poder deve ser determinada pelo grau de cultura política” (BORGES, 2003, p. 29). Essa questão também era manifestada nos ideais propagados pela *utopia autoritária*, cuja produção simbólica e discursiva buscava demarcar a necessidade das Forças Armadas em “educar o povo brasileiro, imbuí-lo do espírito cívico amparado em supostas tradições nacionais” (MAIA, 2018, p. 33). Portanto, os “perigos” advindos da suposta “ameaça subversiva” serviam para justificar a “democracia controlada”, mas também para reafirmar a necessidade de reeducar a população brasileira, sobretudo a juventude, antes de retomar as eleições presidenciais diretas, de modo a tornar os indivíduos menos suscetíveis aos “demagogos”.

Considerações finais:

Desde a deflagração do golpe civil-militar em 1964, as forças políticas heterogêneas que articularam a tomada do poder permaneceram em constante conflito no tocante à elaboração de um Projeto Político para a ditadura militar. Tal questão refletiu-se no regime autoritário a partir de impulsos contraditórios e, por vezes, conciliatórios. Contudo, a denominada *utopia autoritária* constituiu-se amálgama para a união das diversas correntes existentes no interior das Forças Armadas, baseada na ideia de que os militares possuíam superioridade intelectual e política em relação aos civis e que, portanto, configuravam o grupo privilegiado para a condução do país rumo ao progresso e a modernização. Essa *utopia*, fortemente imbricada à perspectiva do intervencionismo controlador, possuía um lastro de propagação mobilizado por elementos de ordem política e pedagógica, buscando legitimar o regime autoritário e a dita

“Revolução Democrática de 1964” em vias de perpetuá-la na condição de marco restaurador da “democracia de verdade”. Dentre os discursos comemorativos e instrucionais, diversas estratégias narrativas foram utilizadas para respaldar a ação golpista deflagrada em 31 de março, com destaque para o caráter popular do ato, motivado por interesses como “salvar” a democracia brasileira da ameaça “comunista”, combater a corrupção e erradicar a “subversão”.

Os aniversários do golpe civil-militar de 1964 constituíram-se momentos particularmente propícios para a profusão de pronunciamentos comemorativos de autoridades políticas civis e militares que buscavam enaltecer e referenciar as mudanças significativas ocasionadas pela denominada, na época, “Revolução Democrática”. O conceito de democracia foi amplamente utilizado como recurso para a argumentação golpista, com ênfase para uma construção democrática específica, alinhada aos princípios ditos “revolucionários”. Os paradoxos estabelecidos entre o discurso e a prática não passaram despercebidos pelos apoiadores do regime, de modo que, buscava-se justificar uma “democracia controlada” mediante a necessidade de assegurar a própria “democracia” contra a “subversão”. As concepções preconizadas buscavam evidenciar que o povo brasileiro não estava preparado para as eleições diretas, tornando-se suscetível às ameaças demagógicas. Nesse cenário, a juventude nacionalista era concebida como grupo social muito importante, mediante sua ligação com atividades de cunho contestatório, mas também porque representavam o futuro da nação. Portanto, o estímulo às práticas cívico-patrióticas buscava aproximar jovens e crianças com o regime autoritário por meio da sociabilidade festiva. Tais questões incidem no debate acerca das zonas de ambivalência gestadas durante a ditadura militar brasileira, cujas tradições conciliatórias inerentes à cultura política nacional, em longa duração, geravam mecanismos de conciliação entre Estado autoritário e população civil, permeados por ambiguidades e contradições.

Referências bibliográficas

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília *et al* (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 29-46.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 4)

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Introdução. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 7-20.

FERREIRA, Cristina. Cinquenta Anos do Golpe Civil-Militar: ordem cívica e ilegalidade no início do governo ditatorial no Brasil (1964-1965). **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 191-213, mai./ago. 2017.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda; ARAÚJO, Jorge Eduardo Lima. Cultura escolar, rituais cívicos e ensino de história nas escolas de Alfenas durante o regime militar. **Plures Humanidades**. Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 40-59, 2019.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. **Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: estudantes, ditadura e nacionalismo**. São Paulo: Alameda, 2019.

MAIA, Tatyana de Amaral. A imagem pública da ditadura civil-militar nas lentes dos cinejornais da Agência Nacional. In: Maia, Tatyana de Amaral (org.). **Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979): tópicos de pesquisa**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 23-40.

MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 67, p. 89-109, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Rupturas e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Arrone; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013, p. 9-32.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. O passado que não passou. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique *et al* (org.). **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O golpe vira uma festa: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971)**. 94 f. 2020. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020.

Fontes históricas

AERONÁUTICA: objetivos foram atingidos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXIX, n. 14.898, 31 mar.1970. Primeiro Caderno, p. 6.

CORDEIRO de Farias afirma que não se deve minimizar a importância do terror. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXIX, n. 14.899, 01 abr. 1970. Primeiro Caderno, p. 4-5.

FONTOURA, Afro do Amaral. **Princípios de Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970.

GEISEL exalta a democracia no aniversário da Revolução. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXIX, n. 302, 31 mar. 1970. Primeiro Caderno, p. 5.

KELLY, Celso. **Introdução à Educação Moral e Cívica**. Rio de Janeiro: Ed. Reper; Renes, 1970.

MÁRCIO afirma que já não se fala da “justeza” da Revolução mas da “tardança”. **Jornal do Brasil**, ano LXXX, n. 303, 31 mar. 1971. Primeiro Caderno, p. 4.

MÉDICI: a luta contra a subversão ainda não terminou. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Ano LXIX, n. 14.899, 01 abr. 1970. Primeiro Caderno, p. 3.

SODRÉ, Abreu. Democracia e Revolução: de Castelo a Médici. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano XLIX, n. 14. 896, 29 mar. 1970. Caderno Especial: Os caminhos da Revolução, p. 2.

A presença de mulheres no movimento pela anistia de 1975 a 1979

Samara Regina da Conceição Santos¹

A inserção das mulheres na Ditadura Militar

Quando se fala de Anistia brasileira durante o período Civil-Militar, sente-se uma grande necessidade de saber de que maneira a mesma foi institucionalizada, entender as discussões acerca da Anistia é uma questão chave para entender muitas outras demandas que estavam em jogo durante esse período.

Mulheres e mobilizações na ditadura

Quando se trata de lutas por direitos sociais durante a ditadura civil-militar brasileira, a figura masculina ainda prevalece como um agente predominante.² Isto encontra-se ligado aos movimentos de protestos que surgiram durante esse período, tanto pelo viés artístico quanto pela luta armada. Por isso, os movimentos estudantis,

1 Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: samara.reginae@gmail.com

2 De acordo com Perrot (1989, p. 09-10), as mulheres por muito tempo foram apresentadas como indissociáveis do âmbito privado, estando “apagadas” dos relatos da historiografia mundial e brasileira, na segunda metade século XX, produções femininas passaram a ganhar espaço dentro do âmbito público, que até então era dominado pelo público masculino.

artísticos e os de guerrilhas são representados por imagens heroicas masculinas.

No que diz respeito à representação feminina nesses espaços de reivindicação, a imagem que se apresenta das mulheres é de coadjuvante desses movimentos, esboçando um contraste de gênero que permanece no imaginário sobre o lugar do homem e o da mulher no tocante às questões associadas ao espaço público, como bem expressa Jelin :

O contraste de gênero nessas imagens é claro, e é repetido permanentemente em uma diversidade de contextos. Dor personalizada e símbolos de sofrimento tendem ser incorporada nas mulheres, enquanto os mecanismos institucionais parecem pertencer aos homens (JELIN, 2009, p. 127).³

Mesmo com a presença de mulheres em alguns ambientes públicos, o que ainda é percebido é o silenciamento, a exclusão da sua participação - a exemplo da política durante a ditadura civil militar, onde sobremaneira, os homens tiveram um maior reconhecimento nesse contexto. Nesse sentido, consideramos o pensamento de Scott (1989) de que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, de modo que é uma das primeiras formas de legitimar o poder, que se manifesta de maneira violenta, perpassando todas as camadas da sociedade. A percepção desse tratamento, por meio das produções sobre gênero, tem permitido que, aos poucos, que as mulheres tenham se tornado mais ativas dentro da atmosfera pública e também visibilizadas.

Scott (1989) defende a tese que todos nós somos seres sociais e que fazemos parte da própria definição de gênero. Essa definição pode ser entendida da seguinte maneira: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Todavia, o fato de sermos tais sujeitos sociais

3 El contraste de género en estas imágenes es claro, y se repite permanentemente en una diversidad de contextos. Los símbolos del dolor y el sufrimiento personalizados tienden a corporizar seen mujeres, mientras que los mecanismos institucionales parecen pertenecer a los hombres (JELIN, 2009, p. 127).

pautados nas diferenças entre masculino e feminino faz com que estejamos constantemente nos organizando baseadas nas diferenças existentes entre os sexos. Por conseguinte, temos o gênero como a primeira forma de relação de poder e isso se encontra inserido em todas as camadas da sociedade, pois para Scott:

As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias). Scott (1989, p. 21):

Dentro dessa discussão é válido destacar que somos produtos de uma sociedade que é culturalmente patriarcalista, onde as mulheres “são uma leve sombra” da historiografia, haja vista que as mulheres são impedidas ao espaço privado⁴. Esse discurso patriarcal imposto acaba por reforçar a ideia de que as mulheres não nasceram para adentrar espaços públicos e políticos. Quando ocorre a inserção dessas mulheres no espaço público, é observado um silenciamento em torno das mesmas. Nessa perspectiva, defende que “a história da representação do período militar de 1964-1979 é a história dos homens. As relações de gênero estão aí excluídas”⁵.

4 Nesse caso, é válido destacar, que as mulheres negras, pobres e periféricas, desde sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho informal, sejam elas trabalhando como faxineiras, vendedoras em grandes centros urbanos e entre outros trabalhos informais. Ver Raquel Soihet (2013) e seu artigo: “Conquista do espaço Público”.

5 O fato de se colocar que a história do período militar de 1964-1979 é a uma história dos homens, não necessariamente significa que as mulheres eram inexistente nessas discursões, mas sim esclarecer, que as mesmas não eram representadas, conforme Ana Maria Colling, as mulheres não costumavam ser recordadas nos arquivos do DOPS (Departamento De Ordem Política E Social) ‘[...] os documentos do SOPS e do DOPS apresentam as mulheres participantes de grupos de esquerda como um apêndice dos homens, sem vontade própria, como marionetes teleguiadas [...]’. Quando se era feita menções as mulheres, essas nunca eram tidas como sujeitos históricos, sempre eram recordadas como as mães, filhas ou esposas dos sujeitos acusados de subversão.

E muitas das vezes essas questões não estão devidamente evidenciadas, no caso do *Movimento Feminino Pela Anistia* se encontravam diferentes perfis de mulheres. O fato de ser o primeiro grupo a levantar a bandeira da Anistia e, desde sua formação, esteve intrinsecamente ligado ao contexto familiar, muitas de suas apoiadoras encontravam-se nas figuras de mães, esposas e filhas de presos políticos, que passaram a reivindicar frente ao poder instituído Duarte destaca que:

Mesmo subordinadas ao homem, à sociedade lhes cobra comportamento social de defesa da família. Assim, em 1964, principalmente após 1968, quando famílias brasileiras perdem membros, mães, esposas, filhas se postam diante das autoridades, cobrando o paradeiro de familiares. O direito é legitimamente reconhecido pela sociedade (DUARTE, 2009, p. 38).

Esse quadro é demonstrativo de uma espécie de interface da movimentação de mulheres entre o espaço público e o privado. Jelin (2009) destaca que dentro dos sistemas ditatoriais da América Latina, as mulheres foram tanto vítimas diretas como indiretas - e este é o papel em que são visualizadas com mais frequência, como parentes das vítimas: mães e avós, esposas, irmãs, filhas, namoradas. Isso ocorreu dada as relações familiares em que as mesmas se encontravam inseridas. Podemos entender que o sistema repressivo afetou de maneira direta os papéis de gênero no espaço familiar e as mulheres passaram a atuar mais no espaço público e no espaço político, nesse sentido para Jelin:

[...] O sistema repressivo afetou as mulheres em seu papel de família e parentesco, isto é, no centro de suas identidades tradicionais de esposa e esposa. Daqueles locais e como mecanismo para sobreviver e superar suas obrigações familiares as mulheres mobilizaram outro tipo de energia, com base em seus papéis familiares 'tradicionais', ancorados em seus sentimentos, no amor e na ética do cuidado - lógica que difere da política (JELIN, 2009, p. 131).⁶

6 [...] el sistema represivo afectó a las mujeres en su rol familiar y de parentesco, es decir, en el núcleo de sus identidades tradicionales de mujer y esposa. Desde esos lugares, y como mecanismo para poder sobrevivir y sobrellevar sus obligaciones familiares las mujeres movilizaron otro tipo de energía, basada en sus roles familiares «tradicionales», anclada en sus senti-

No contexto ditatorial brasileiro, não foi diferente. De acordo com Duarte (2009), a ascensão do regime militar põe os núcleos familiares em ameaça com a separação de entes queridos. Quando o Estado passa a se transformar em inimigo desses núcleos familiares e de mulheres dos setores médios urbanos, elas passam a ocupar mais os espaços públicos, conforme o exposto:

As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Acabam saindo da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose é sentida pela mutação indenitária (DUARTE, 2009, p. 23).

No entanto, na própria gênese da ditadura civil militar brasileira foi perceptível, os primeiros passos de mulheres nesse novo cenário político, embora a sua presença tenha sido invisibilizada durante a maior parte do regime ditatorial.

Trajetória do MFPA

Formação do MFPA

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) teve seu surgimento em São Paulo no ano de 1975, mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu o ano internacional da mulher que trazia como princípio básico três pilares: a liberdade, a igualdade e a paz. Instigada por esses princípios, Therezinha Godoy Zerbine sentiu a necessidade de lutar em prol da paz e da justiça, para que qualquer cidadão brasileiro pudesse se sentir livre para pensar e falar sem ter que sofrer algum tipo de repressão. Esse foi um germe para criação do MFPA (ZERBINE, 1979).

Durante o Congresso Internacional das Mulheres⁷ - na cidade do México entre os dias 19 e 27 de julho de 1975 - Therezinha Godoy

mientos, en el amor y en la ética del cuidado - lógica que difiere de la política).

7 Congresso Internacional das Mulheres, patrocinado pela ONU (Organização das Nações

Zerbine difundiu suas ideias a respeito da Anistia no então cenário político vivido na América Latina. Para Therezinha Godoy Zerbine (1979, p. 28) a Anistia significava: “uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações”. Na Conferência do Ano Internacional foram abordados múltiplos assuntos: lesbianismo, a libertação, a legalização ao aborto, a prostituição e a igualdade; além da ideia de respeito de uma Anistia a nível nacional e internacional.

[...] Fala no México: a Anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações. A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações onde existir sua aplicação. A anistia conduz à liberdade. Liberdade, desenvolvimento e paz são indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre o outro. Estabelecerá a paz e a concórdia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial. Sem justiça não há paz, sem paz não existe o desenvolvimento global. O desarmamento compreende: liberdade política, cultural e econômica [...] (ZERBINE, 1979, p. 28-29).

Na fala de Therezinha Godoy Zerbine, notamos que seu discurso traz o signo da paz, da família e a anistia aos presos que de alguma forma tinham sofrido pelo autoritarismo da ditadura. Palavras como: justiça, liberdade e paz acabam por se tornar recorrentes nos diálogos de Zerbine, bem como há sempre uma fortificação do papel das mulheres como mães, filhas e esposas. Tais discursos englobavam o papel da mulher no âmbito familiar e social. Isso tornou-se fundamental para aceitação de parte do movimento dentro da sociedade. Simultaneamente a ascensão do MFPA e outros movimentos de mulheres dentro da sociedade brasileira. Foi dentro dessa conjuntura política e social que se organizou o Movimento Feminino Pela Anistia como deixava claro em um dos textos do seu Boletim:

Unidas) em comemoração ao Ano Internacional das Mulheres. Intervenção realizada no dia 23 de junho de 1975, às 10h30, Salão Um, Cidade do México, a nível de tribuna (ZERBINE, 1979, p. 28).

Eis porque, nós nos antecipamos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERA a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção (BOLETIMMARIA QUITÉRIA, 1977).

Em sua gênese, o movimento teve como demanda questões como a necessidade de amparar famílias que de alguma forma foram separadas pelo regime militar brasileiro. Surgindo assim à necessidade de lutar em prol de algo que fosse maior e que abrangesse uma parte da sociedade brasileira. Foi então que se fez mister propagar uma espécie de conscientização em torno dos presos políticos e contra outros abusos da ditadura, surgindo assim o MFPA, que fazia da anistia a sua principal bandeira. O Movimento passou então a ganhar força junto às muitas mulheres que estavam empenhadas em trazer de volta seus filhos ou maridos pelo então regime militar brasileiro (ZERBINE, 1979).

Desse modo, podemos visualizar que no MFPA-SP há performances de gênero,⁸ na qual os discursos da líder faziam da sensibilidade do amor materno, do cuidado e defesa familiar, algo tido como natural ao público feminino. Tais características acabaram sendo usadas a fim de atingir um objetivo político, tendo em vista que muitas dessas mulheres, de forma direta ou indireta, foram atingidas com a repressão política do regime civil-militar brasileiro.

Dentro da lei

O MFPA não apenas foi o primeiro grupo de mulheres a reivindicar a promulgação da Lei da Anistia, mas também um movimento pioneiro a agir dentro da legalidade para a divulgação

8 Butler, vai tratar dessa ações como de “performances de gênero”, onde se é naturalizado característica de mulheres, tais como o amor materno e zelo da família, a exemplo disso, termos o movimento: *Las Madres da Plaza de Mayo*, que usaram do sentimentalismo e das emoções, como uma estratégia política, para lutar contra a repressão da ditadura Argentina a fim de trazerem de volta os seus filhos e netos sequestrados pela ditadura argentina e no Brasil, podemos citar como exemplo o próprio MFPA, em que diversas vezes fez um constante recorreu ao discurso familiar e humanitário, para que não fossem alvos diretos da ditadura militar, pegando emprestadas as palavras de Ana Rita: “como enfrentar mulheres que utilizam publicamente a condição de mãe, figura exaltada pelos discursos oficiais? A única coisa que desejava era encontrar os filhos e cuidar deles” (DUARTE, 2009. p. 29-35).

de tais ideais. A ideologia era inclinada para democracia, bem como reclamava o fim das cassações políticas e das prisões/torturas arbitrárias. O movimento também atuou em conjunção com as demais forças e manifestos que compunham a oposição à ditadura civil-militar brasileira. Mais além disso: foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.⁹ segundo Carboni (2008, p. 25):

O Movimento Feminino Pela Anistia tem respaldo legal pela constituição Brasileira, 'da mesma maneira que a constituição nos indica obrigações, como por exemplo a de votar, segundo seu artigo 147, temos também nossos direitos' esclarece a Dra. Therezinha (ZERBINE, 1979, p. 60).

Nessa perspectiva, podemos observar que o MFPA buscava agir com cautela, atuando sempre na defensiva. O ingresso das mulheres no âmbito público, por meio do MFPA, vem acompanhado por um discurso de preservação de laços familiares vinculado à paz, isso fez-se necessário para ganhar o apoio social. O movimento buscou deixar evidente os seus apoiadores, dentre eles podemos citar: a Igreja Católica e o M.D.B. Estes possuem forte influência no âmbito da sociedade brasileira (DUARTE, 2009).

Não é outra a gênese do Movimento Feminino pela Anistia, que a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior dos cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. São justamente as mães de presos políticos, em agosto de 1972, as primeiras a falar em Anistia, ainda que de maneira confusa e emocional - anistia aos nossos filhos - ou mesmo redução de ao menos um terço de suas condenações (GRECO, 2003, p. 198).

A partir dessa premissa, o MFPA tinha um modo singular de agir e foi justamente com esse discurso de pacificação política (incorporado ao âmbito familiar), que durante o ano de 1975 houve uma disseminação incessante de suas ideias em prol da Anistia.

⁹ Era tida como ação subversiva, toda e qualquer atividade, que fosse à visão do estado uma ameaça comunista (NAPOLITANO, 2014, p. 13).

Por conseguinte, o movimento ganhou apoio de outros grupos que também passaram a reivindicar a bandeira da anistia, e assim influenciaram a criação da CBA¹⁰ (Comitê Brasileiro Pela Anistia), em 1978, difundida por parte do território brasileiro (DUCCINI, 2017), conforme observamos na manifestação seguinte:

[...] Sobre o Manifesto da mulher brasileira em favor da anistia: Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, nós nos antecipamos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identificam com a ideia da necessidade da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação! (BOLETIM MARIA QUITÉRIA, 1977 *apud* ZERBINE, 1979, p. 28).

Nesse discurso de Therezinha Zerbineé possível observar a oficialização do MFPA e junto com ele toda a repercussão a respeito do Manifesto *Brasil Mulher*. Estrategicamente, o MFPA esteve *a priori* diretamente ligado ao contexto familiar, por isso escolheu a paz como tema central de suas discussões. Nas diversas falas de Zerbine o seu dialogismo em prol da paz e da família, a anistia era uma espécie de paz que iria fazer uma amálgama em todo o país, já que o Brasil se encontrava dividido por múltiplas questões políticas e ações repressivas da ditadura civil-militar, por isso: [...] “era primordial que a campanha pela anistia não fosse entendida como uma luta subversiva, feita de forma clandestina, escondida, mas sim que se realizasse publicamente, às claras, sem motivos para esconder sua intenção” (CARBONI, 2008, p. 28).

O fato é que o constante apelo familiar e humanitário feito pelo MFPA em torno das tradicionais questões de gênero tais como mães

10 Em 14 de fevereiro de 1978, foi lançado no Rio de Janeiro o primeiro Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA). Os CBAs surgiram basicamente da necessidade de melhorar o debate acerca da anistia, e tomando exemplo dos MFPA passaram a agir em diversos estados do país, constantemente as mobilizações dos CBAs eram realizadas em conjuntos com os MFPA. (DUCCINI, 2017, p. 83)

e esposas que tinham como papel proteger e zelar pelo bem maior da família, acabaram por adquirir o apoio em massa de centenas de mulheres pelo país afora, e não atraindo tanta visibilidade do governo para si. Em diversas falas da líder Zerbine é possível notar que ela sempre recorreu a alguma emoção, a um apelo sentimental. É possível perceber isso na sua entrevista concedida ao jornal *Pasquim*: “Sou mulher de general cassado. Na época da cassação do meu marido, meus filhos tinham nove e dez anos e para eles foi um sofrimento imenso [...] éramos mulheres muito machucadas e feridas” (ZERBINE, 1979, p. 07).

É importante ressaltar que durante a década de 1975, ano do surgimento do MFPA, o Brasil encontrava-se sob o governo do presidente Ernesto Geisel. O então presidente buscava uma transição “lenta e gradual” em relação a redemocratização brasileira e o fato de o MFPA ter surgido em 1975 pode levar a crer que o Movimento tenha tido mais tranquilidade na relação com o aparato repressivo (DUARTE, 2009), pois o

Movimento feminino, fundado no Ano Internacional da Mulher, não incomodaria tanto o regime e ainda daria proteção à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, no período. Sozinhas, ou melhor, apartadas de quem sempre teve a palavra, elas podiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganharam credibilidade por sua “neutralidade” e “ausência de objetivos políticos”, prontas para argumentar, articular, como se pode interpretar (DUARTE, 2009, p. 50).

Uma vez que estava em discussão o plano de distensão “lenta e gradual e segura” da ditadura, o então projeto tinha como principal objetivo assegurar o afrouxamento das tensões políticas no país, ao conceder esse “afrouxamento” da repressão ocorrida de forma intensa durante os outros governos o então plano de distensão acabou contribuindo para que o MFPA tivesse mais autonomia em seu projeto em prol da Anistia (DUCCINI, 2017).

Considerações finais

Diante do trabalho exposto foi possível observar e entender um pouco melhor como se desenvolveu a luta Anistia dentro do panorama brasileiro, para entender tais questões recorreremos ao estudo da história do MFPA no estado de São Paulo.

Ao longo desse processo de pesquisa foi possível perceber de que maneira a construção de papéis de gênero foram usadas como meio manipulação com a finalidade de driblar os abusos cometidos dentro da ditadura civil-militar.

Mulheres utilizaram o seu lugar de mãe, esposas e filhas, para agir dentro da legalidade; enquanto simultaneamente realizavam denúncias a órgãos internacionais, organizando eventos, conferências e propagando uma campanha para uma anistia que levasse a julgamento todos os responsáveis por atos repressivos cometidos pelo estado e crimes conexos aos mesmos.

Agiram legitimadas pela defesa da vida e demonstraram capacidade de mobilização. Mesmo que a princípio, possa parecer um movimento impellido por questões imediatas e particulares, acabou por se integrar a um ideário de luta contra a ditadura civil-militar. Utilizaram-se dos expedientes que dispunham, movimentaram forças em muitos estados brasileiros, organizando núcleos que socializavam informações por meios de publicações, que faziam chegar mobilizações e denúncias a um público maior.

Para além dessas ações é fundamental visibilizar essa imagem de luta de mulheres brasileiras, entendendo o contexto político e os debates que punham em evidência perspectivas de identificação específicas. Femininas ou feministas, era um destes elementos que exteriorizava, tanto um movimento que ganhava expressão na década de 1970 no Brasil, quanto a face de discursos repressores que tentavam submeter a expressividade política das mulheres.

Ainda que sob restrições e pautas morais em prol da família e do recato feminino, em detrimento do significado atribuído ao feminismo, a atuação dessas mulheres em prol da anistia, se constituiu

em um importante capítulo da história brasileira e de algumas de suas mulheres.

Referências

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria: o Movimento Feminino Pela Anistia e sua Imprensa (1975-1979)**. São Paulo, SP, 2008. 1v. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela anistia na Bahia: do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975-1979)**. 2017, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de lamemoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 311-337.

MARTINHO, Francisco Carlos Polomanes. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: A história do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. (**Rev. Bra. de Hist.**/ São Paulo, 1989).

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria de análise útil à análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995.

SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino pela Anistia:** o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. 2015. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TELES, Maria. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia:** semente da liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979.

JORNAIS:

Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 1, 1977.

Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n 2, 1977.

Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 2, n 3, 1978.

Maria Quitéria: boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 3, n 4, 1979.

Pasquim. 1977, n 418.

Memória, Verdade e Reparação: Movimentos sociais e a defesa dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1970-2000)

Sulena Cerbaro¹

*“A essência dos Direitos Humanos
é o direito a ter direitos”*
Hannah Arendt

É de Hannah Arendt a frase de epígrafe que abre esse artigo, retirado do livro “Eichmann em Jerusalém” no qual apresenta reflexões filosóficas a partir do julgamento de Adolf Eichmann. A autora busca compreender a capacidade do Estado em institucionalizar a violência e transformá-la em mero cumprimento de função, a partir disso desenvolve o conceito de “banalidade do mal” que ameaça as sociedades democráticas. Sua obra se insere em um contexto em que o debate em torno dos direitos humanos se tornou cada vez mais presente na agenda internacional, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

O tema em torno dos direitos humanos não se iniciou nesse momento, mas pode ser visto em diferentes contextos históricos:

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestra em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019). Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (2017). E-mail: sulena-cerbaro@hotmail.com

através da Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), passando pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão com a Revolução Francesa (1789), até a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU (1948). Mas é após a Segunda Guerra Mundial que a questão sobre os direitos humanos é impulsionada, adquirindo espaço no cenário político e se tornam pauta nas relações internacionais. É nesse contexto que está situada a obra de Norberto Bobbio, na sua visão, os Direitos do Homem derivam do surgimento do Estado moderno e de uma concepção individualista da sociedade. Em “A Era dos Direitos” o autor parte da ideia que “os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 1992, p. 8).

Na América Latina é a partir de 1990 que o discurso sobre direitos humanos se tornou mais presente. Isso pode ser explicado por dois motivos: primeiro pelos debates que já estavam ocorrendo na Europa, principalmente com a Convenção da ONU sobre a “Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade”. Segundo, pelo fato dos países do Cone Sul estarem passando por processos políticos em que recentemente tinham saído das Ditaduras de Segurança Nacional e necessitavam enfrentar os problemas do seu passado recente e, ao mesmo tempo, fortalecer as democracias. Essa concepção pode ser vista no pensamento de Bobbio com a estreita relação entre direitos humanos e democracia: “direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos” (BOBBIO, 1992, p. 1).

É nesse contexto com o discurso em torno dos direitos humanos, na busca por memória, verdade e justiça iniciou o processo de revistar o passado da ditadura civil-militar, pois, como bem esclarece David Becker, “o término da ditadura não significou o fim do terror

e a superação dos traumas” (BECKER, 1993, p. 71). As políticas de memória e reparação implementadas no Brasil fazem parte de um conjunto de ações que, conforme Caroline Bauer, tem “por objetivos que o Estado assuma a responsabilidade pelos crimes cometidos durante a ditadura e, desta forma, desenvolva ações de compensação, restauração e/ou indenização para a coletividade” (BAUER, 2017, p. 155). Nesse sentido, alguns estados brasileiros iniciaram o processo de reconhecimento dos crimes de lesa humanidade, cometidos por motivações políticas, implementando políticas de indenização financeira e reparação simbólica das vítimas da ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo, essas políticas de memória buscavam combater as violações de Direitos Humanos também promoviam o fortalecimento dos mecanismos democráticos.

O objetivo desse artigo é investigar como se iniciou o debate em torno dos temas de memória, justiça e reparação no Rio Grande do Sul, destacando a importância da participação da sociedade civil na elaboração e na execução de políticas de memória que posteriormente culminou na criação da Comissão Especial de Indenização a expostos e perseguidos políticos. Para compreender como ocorreu essa articulação dentro do estado gaúcho, utiliza-se como fonte o *Jornal do Brasil*² no período de 1970 até 2000. A pesquisa busca também perceber como esse cenário local articula-se com um contexto mais amplo, com as demandas no cenário nacional e as pautas presentes na esfera internacional.

As questões que tangem o presente artigo são: como alguns setores da sociedade civil aglutinaram e empreenderam forças na defesa da memória, verdade e justiça? De que forma o debate em torno da reparação foi sendo construído? Em que medida essa pauta empreendida por alguns setores da sociedade civil alcançou uma política pública no Rio Grande do Sul? De que maneira essa conjuntura

2 Devida as restrições do período em que estamos vivendo, e a dificuldade de realizar uma pesquisa em torno de um jornal do Rio Grande do Sul, utilizou-se como fonte de pesquisa o **Jornal do Brasil**, devido ao seu fácil acesso pela Hemeroteca Digital. O que contribuiu de maior ou menor escala para compreender esse cenário particular que estava ocorrendo no estado, intercambiando o poder local, com as demandas por memória, justiça e reparação, com as demandas presentes em um cenário mais amplo.

vivida no âmbito local se relaciona com o contexto histórico? Quais foram os avanços no que tange o fortalecimento dos mecanismos democráticos e os avanços em torno da defesa dos direitos humanos?

“A democracia começa em casa”

Ladislau Dowbor afirma que “o poder local não é condição suficiente para mudar o mundo, sem dúvida, mas é sim condição necessária” (DOWBOR, 2001, p. 14), pois como já anuncia no título “à democracia começa em casa”. A concepção de poder local, utilizada no presente trabalho, é vista a partir da ótica que concerne à descentralização do poder e pautada na mobilização da sociedade civil. Procura-se compreender de que forma essas políticas de memória, que até então eram restritas à esfera nacional, se descolaram para o âmbito estadual, tendo como foco a reparação do passado, enquanto buscava, ao mesmo tempo, fortalecer os mecanismos democráticos.

A partir da noção de “poder local”, entendido aqui através da concepção de exercício do poder político com uma perspectiva democrática, a partir dessa leitura compreende-se que o movimento em torno de demandas por políticas de memória e a implementação da Comissão de Indenização ocorreu através da mobilização de alguns setores da sociedade civil, engajados nessa luta fizeram com que essas reivindicações entrassem para a agenda pública. Nesse sentido, Janaína Rigo Santin propõe que:

“O poder local, analisado a partir de noções democráticas, apresenta-se como uma alternativa em que os próprios indivíduos e grupos sociais, mediante a participação política ativa dentro do seu município ou comunidade, participam do planejamento de sua cidade e da definição da aplicação dos recursos públicos. Trata-se da elevação da categoria sociológica do poder local para o âmbito jurídico e político brasileiro, aliando a descentralização com a participação popular no exercício do poder político, inaugurando uma forma mais democrática de gestão pública, aliada aos principais objetivos da Constituição Federal e do Estado Democrático de Direito brasileiro” (SANTIN, 2017, p. 333).

A concepção de poder local é utilizada nesse artigo para referir-se ao estado do Rio Grande do Sul. Essa delimitação justifica-

se primeiro porque: as políticas de memória até então ocorriam apenas no âmbito nacional; segundo, é no final dos anos de 1990 que ocorre uma mudança nessa configuração e, os estados inserem essa pauta na agenda pública. Contudo, nem todos os estados brasileiros implementaram políticas de reparação, das vinte e seis unidades da federação apenas oito criaram Comissões Especiais de Indenização, evidenciando assim que estavam ali presentes os interesses locais. Nas palavras de Tânia Fischer a noção de “local”:

“Contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do ‘local’ remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas” (FISCHER, 1992, p. 110).

Entende-se, portanto, que o poder local é menos um espaço físico ou uma área com fronteiras bem demarcadas, e mais um conjunto de relações em torno de interesses comuns, de expressões de singularidades circunscritos em um espaço que é o Rio Grande do Sul. Interesses esses que podem fundar identidades, quando se reconhece as “vítimas da ditadura”, e erguer bandeiras em prol de uma causa, nos diversos grupos que foram criados: na busca pelos desaparecidos políticos, na defesa dos direitos humanos e na reparação aos crimes da ditadura. Interesses esses que são socialmente construídos.

No Rio Grande do Sul, o primeiro pedido de indenização foi movido pela família do Sargento Manoel Raimundo Soares (*Jornal do Brasil*, 11.07.1979). A morte do sargento ocorreu quando esse se encontrava sob custódia do DOPS, seu corpo foi encontrado nas águas do Rio Jacuí em agosto de 1966, com as mãos atadas e contendo marcas de tortura. Esse episódio se concretizou na memória e na História como o “caso das mãos amarradas”. Em 1980, o promotor gaúcho Lauro Araújo Baptista da Silva pede a reabertura desse mesmo processo e questiona a efetividade da Lei de Anistia, que segundo ele “não protege os matadores do sargento” (*Jornal do Brasil*, 10.01.1980).

É possível notar que com a ausência de canais institucionais que reconhecessem a violência e a repressão na sociedade no contexto da ditadura, iniciativas de políticas de reparação foram empreendidas por ex-presos, perseguidos políticos, familiares de desaparecidos e entidades civis. Essas iniciativas procuravam fomentar o debate sobre a memória da ditadura com o intuito que essas questões se tornassem causas públicas, ao mesmo tempo, buscavam enfrentar esse passado traumático. Por meio dessas circunstâncias é que surge a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 1995. Criada por meio da Lei 9.140 o Estado reconheceu a responsabilidade às mortes de causas não naturais em razão de graves violações aos direitos humanos, ocorridas após o golpe civil-militar.

Nesse sentido, cabe aqui, uma contextualização das políticas de memória e de esquecimento acerca da ditadura civil-militar. A aprovação da Lei de Anistia, em 1979, não pode ser vista como mera concessão que fazia parte de um projeto governamental no contexto de transição política. Mas sim, resultado de embates levados por movimentos sociais como Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que, por meio dos próprios canais institucionais, buscavam pressionar o governo para a aprovação da Lei de Anistia.

A memória do período da ditadura civil-militar é um campo de constantes disputas marcadas por forças antagônicas, principalmente com a promulgação da Lei de Anistia. A conquista da aprovação da Lei, que anistiou os perseguidos políticos e possibilitou o retorno dos exilados para o Brasil, também foi motivo de frustrações ao anistiar agentes do Estado responsáveis por crimes de lesa humanidade. A própria Lei de Anistia, segundo Caroline Bauer, possui duas temporalidades. A primeira remete ao passado quanto à suspensão dos crimes praticados contra a segurança nacional. A segunda destinada aos militares com uma desresponsabilização penal no futuro (BAUER, 2017, p. 17).

Ao analisar a luta por reparação às vítimas da ditadura no Rio Grande do Sul, utiliza-se do conceito de sociedade civil: “onde é possível a formação de novas fontes de legitimidade e, portanto,

novas áreas de consenso”segundo Norberto Bobbio(BOBBIO, 1996, p. 1210). A sociedade civil pode ser entendida como pertencendo à esfera das relações entre indivíduos e entre grupos e, de acordo com o mesmo autor: “desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais”. Isso pode ser visto através da articulação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), como a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e, no âmbito estadual, com o Comitê Carlos de Ré.

Fundado em 1979, com sede em Porto Alegre e tendo como principal liderança Jair Krischke,³ o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) não se formou nos meandros das instituições burocráticas, pelo contrário, se originou através da sociedade civil na qual aglutinava força e demandava que o Estado tomasse medidas efetivas, nesse sentido Bobbio afirma que:

“Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político”(BOBBIO, 1996, p. 1211).

Esses conflitos e articulações na sociedade civil, na luta por memória, verdade e justiça somada com a defesa dos direitos humanos, pode ser visto através dos jornais em diversos momentos. No ano de 1980 aparece que o “RS e União não querem ter culpa”, a matéria refere-se a ação judicial conduzida pelo preso político

3 Jair Krischke nasceu em Porto Alegre aonde até os dias atuais mantém suas atividades em defesa dos direitos humanos. Sua atuação não se limitou apenas no Brasil, mas em Buenos Aires, Montevideu e Santiago, aonde seu nome se tornou uma referência na defesa dos presos e perseguidos políticos. Sendo um dos principais fundadores do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), que surgiu ainda no dia 25 de março de 1979, mas devido aqueles anos conturbados, seu registro ocorreu somente no ano seguinte. Nas décadas de 60 e 70, Krischke trabalhou em um programa da UNESCO, além de ter atuado no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). No ano de 2011, Jair Krischke, recebeu a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara no Senado Federal em decorrência dos anos que passou se dedicando as causas dos direitos humanos.

Hilário Gonçalves Pinha em decorrência das torturas que sofreu no DOPS (*Jornal do Brasil*, 11.04.1980). O mesmo processo volta aparecer no jornal no ano seguinte, em que “Juiz condena a União por torturas a preso político no DOPS gaúcho há 6 anos” (*Jornal do Brasil*, 02.12.1981). Assim, fica mais fácil compreender quando Bobbio afirma que, nesse terreno conflituoso, o Estado é chamado para solucionar/mediar.

Essa situação também pode ser vista no artigo: “Delegados acusados de tortura dirigem política gaúcha” do *Jornal do Brasil* de 1985. De um lado aparece a versão de que:

“Embora grupos ligados aos direitos humanos duvidarem que policiais acusados de torturadores possam acabar com a tortura na prisão gaúcha, agora que foram nomeados para altos postos na Secretaria de Segurança, conhecedores do ambiente policial asseguram que isso vai ocorrer, assim que eles conseguirem acabar com as brigas internas e ganhar controle da situação”.

Já do outro espectro político:

“É difícil entender que eles vão investigar e acabar com torturas em presos comuns, afirma o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, deputado Ivo Sartori (PMDB) [...] “A mesma estranheza acompanha o fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke. Já o deputado Carlos Ostermann (PMDB) afirma que a ascensão desses policiais “mostra que os esquemas de pressão da Velha República são mantidos ainda intactos. Não houve democratização do aparelho repressor” (*Jornal do Brasil*, 18.08.1985).

É evidente que dentro da sociedade se encontram dois grupos que disputam a legitimidade do poder. De um lado, estão aqueles que, de maior ou menor intensidade, defendem e apoiam os funcionários públicos que no passado foram responsáveis pelos graves crimes de direitos humanos e, que hoje estão, não apenas permanecendo em seus postos de trabalhos, mas são incumbidos de combater a tortura praticada aos presos comuns. Por outro lado, ficam dúvidas de que esses sujeitos realmente vão buscar investigar e tomar as medidas necessárias para acabar com a tortura. Nesse mesmo sentido, Carlos

Ostermann surge com a ideia de que, mesmo que os mecanismos democráticos foram estabelecidos, isso não quer dizer que esse movimento também ocorreu no aparelho de segurança, mantendo assim as mesmas estruturas, as mesmas dinâmicas e as mesmas práticas repressivas.

Através de experiências locais é possível perceber como essas estão vinculadas a um cenário mais amplo. Em 1990 a Anistia Internacional divulgou um relatório que confirma a violência dos órgãos de repressão, no qual faz menção a um episódio ocorrido no estado gaúcho. Essa entidade, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1977, adquiriu projeção no cenário internacional ao denunciar torturas e na defesa dos direitos humanos. Com o título “violência policial confirma relatório da anistia” aparece o “caso Doge” que aconteceu em Porto Alegre: “Antônio Clóvis dos Santos, o Doge, de 17 anos, sem antecedentes criminais é preso por simples suspeita, confirmou as torturas e identificou quatro agentes como torturadores” (*Jornal do Brasil*, 24.06.1990).

As demandas da sociedade civil nesse momento também estão pautadas na busca da verdade e, conseqüentemente, na abertura dos arquivos da repressão. No dia 4 de setembro de 1991 o *Jornal do Brasil* publica que: “Gaúchos querem divulgação de papéis do DOPS”, ficando clara a pressão pela divulgação de documentos oficiais do sistema de segurança durante a ditadura militar (*Jornal do Brasil*, 04.09.1991). Após o acesso aos documentos confidenciais ocorre uma enxurrada de notícias e revelações sobre o passado.

“Apresentação de documentos secretos da Polícia Civil gaúcha” mostrou a cooperação entre o Brasil, Uruguai e Argentina, informação essa que já se suspeitava, com o título “repressão vigiou Brizola e Chico Buarque em Portugal”, os documentos não só comprovaram a cooperação entre os países do Cone Sul, mas a formação de uma rede de colaboração entre as comunidades de informação (*Jornal do Brasil*, 07.01.1992). Nesse mesmo ano, em 1992, foi divulgado que “documento do exército admite morte de desaparecido político” (*Jornal do Brasil*, 07.01.1992) desencadeando com isso uma “CPI gaúcha vai ouvir dois chefões da repressão” (*Jornal do Brasil*, 12.11.1992).As

questões que perpassam a reparação do passado não estavam restritas apenas a indenização, mas ao acesso à informação, a divulgação de documentos, a busca pela verdade e o reconhecimento por parte do Estado pela responsabilidade das torturas e das mortes ocorridas nos 21 anos de ditadura.

Partindo da perspectiva de Janaína Rigo Santin, utiliza-se o poder local “pautado na sociedade civil e nos movimentos sociais e sua relação com a sociedade política” (SANTIN, 2007, p. 323). Portanto, as políticas de memória não podem ser vistas como sendo meramente uma ação por parte de um governo, mas como uma conquista, através de articulações, com embates, avanços e retrocessos no que tange a reparação dos crimes praticados pelo terrorismo de Estado.

Essa mudança para o poder local proporcionou autonomia política, um maior comprometimento da esfera administrativa na implementação das leis de acesso à informação e de combate a tortura, ao mesmo tempo, criou uma sensibilização do aparelho do estado com as demandas da sociedade que buscavam reparação, não somente financeira, mas simbólica. Reparação simbólica que ocorreu na medida em que o estado do Rio Grande do Sul reconheceu e assumiu a responsabilidade pelos graves crimes de direitos humanos cometidos no período da ditadura, assim, segundo Janaína Santin: “rompe-se com o modelo de desenvolvimento paternalista e centralizador de atribuir ao Estado a responsabilidade total em resolver os problemas dos indivíduos” para um modelo no qual busca “reconhecer a ideia de que um Estado que devolve à comunidade o poder de decidir sobre seu futuro, facilitando a cidadania, fortalece-se a si mesmo (SANTIN, 2007, p. 334).

O poder local pode ser entendido como um espaço que aglutina movimentos sociais em torno de interesses comuns, de acordo com Janaína, ele culmina na coalizão de forças na articulação do governo local com a sociedade civil, segundo a autora:

“O Poder Local desenvolve-se a partir de uma coalizão de forças estatais e da sociedade civil, em âmbito local, implementando uma gestão compartilhada na decisão dos problemas locais, articulando-se elementos do governo local com os da sociedade civil. Um sistema híbrido de tomada de decisões, capaz de

inserir novos atores sociais existentes na esfera local, como organizações não-governamentais, movimentos sociais e também entidades privadas, os quais celebrarão parcerias com o poder público no desenvolvimento de projetos e investimentos locais e também na tomada das decisões sobre políticas públicas locais” (SANTIN, 2007, p. 332).

Nesse sentido, a implementação da Comissão de Indenização ocorreu através da mobilização dos sujeitos engajados nessa luta que aglutinaram força e fizeram dessa demanda uma pauta pública. O poder local pode ser visto como uma forma de participação e de exigências de um certo grupo perante o estado e, uma forma, de ampliar a atuação dos indivíduos na esfera política. Entre os movimentos sociais estão: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), o Comitê Carlos de Ré e os membros da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Já as entidades que ergueram a bandeira em prol dessa causa, estão a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Rio Grandense de Imprensa. Também a Assembleia Legislativa que teve um papel de destaque nessa luta e proporcionou a criação de espaços para a participação popular.

“Sul tenta incluir todos em proposta” é com esse título que o *Jornal do Brasil* traz as seguintes informações: “O governo gaúcho e deputados da oposição negociam mudanças no projeto de lei de indenização a torturados com sequelas físicas e mentais proposto pelo Executivo, que estabeleceu indenização de R\$ 30 mil como valor máximo” (*Jornal do Brasil*, 01.06.1997). No mesmo ano, a notícia traz uma grande vitória para as vítimas da ditadura que “Torturados vão ter indenização no Sul” afirmando que: “A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul aprovou ontem uma nova lei que determina o pagamento de indenização a ex-presos políticos que sofreram torturas físicas ou psicológicas na época do regime militar” (*Jornal do Brasil*, 23.10.1997). Com isso estava criada a lei que originou a Comissão Especial de Indenização no Rio Grande do Sul.

“Espírito de uma época”

Antes de finalizar é importante compreender como essas pautas também se faziam presentes no cenário nacional e internacional. No Brasil em 1979, o Cardeal Arns aponta que a luta empreendida pelos Herzog pode ser tomada como exemplo para outras famílias (*Jornal do Brasil*, 28.10.1979). Em Salvador, no mesmo ano, o ex-presos político Milton Coelho Carvalho entrou com pedido de indenização em virtude de que perdeu o emprego em consequência da prisão e da tortura sofrida no período da ditadura (*Jornal do Brasil*, 21.03.1979). Também aparece a universidade cobrando respostas do Estado sobre desaparecido político (*Jornal do Brasil*, 24.02.1979). E, através do Grupo Tortura Nunca Mais de Goiás, se moveu uma ação solicitando indenização ao jornalista Antônio Pinheiro Salles (*Jornal do Brasil*, 01.06.1997).

No âmbito internacional é possível destacar dois movimentos: o primeiro em defesa dos presos políticos. Isso pode ser visto através da petição feita pela Anistia Internacional e entregue à ONU em 1983 (*Jornal do Brasil*, 08.12.1983). Com a URSS prometendo anistiar todo preso político (*Jornal do Brasil*, 12.07.1987) e com a Itália cogitando libertar um ex-terrorista que era integrante das Brigadas Vermelhas (*Jornal do Brasil*, 03.08.1991). No segundo momento é possível perceber que o debate estava em torno da indenização. Isso pode ser visto no artigo do jornal de 1990 quando a Lituânia pretende exigir indenização pelos 50 anos de dominação soviética no país e pela morte de 300 mil civis sob Josef Stálin (*Jornal do Brasil*, 14.03.1990). Com o projeto “Nunca mais” e por meio da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas, a Argentina passou a investigar o desaparecimento de pessoas entre 1976 a 1981, período correspondente ao governo militar. Além da investigação sobre o paradeiro dessas pessoas e a busca pela verdade. Em 1991 o governo autorizou, em 1991, o pagamento de US \$7 milhões de indenização a mais de 700 pessoas presas sem processo judicial, prática utilizada ilegalmente pelos órgãos de repressão (*Jornal do Brasil*, 05.09.1991). Essa atmosfera também pode ser vista no ano seguinte no país

vizinho, quando o Uruguai pagou indenização de US\$ 200 mil à Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez por terem sido sequestrados ilegalmente pelo aparelho de repressão (*Jornal do Brasil*, 09.03.1992).

Considerações finais

As Comissões Especiais de Indenização, criadas a partir do final dos anos 1990, foram processos de reparação no qual o Estado assumiu a responsabilidade pelos danos físicos e psicológicos, causados por agentes do estado, devido a motivações políticas, durante os anos de 1961 a 1979⁴. Para que a indenização fosse efetivada pelo Estado, os ex-persos políticos deveriam recolher a documentação necessária, que passava pela análise dos membros da Comissão, que comprovasse por meio de laudos, testemunhos e depoimentos, as prisões e agressões sofridas indiscriminadamente.

O artigo buscou mostrar como ocorreu esse movimento em torno das demandas por memória, verdade e justiça, uma pauta que se iniciou dentro de alguns setores mais progressistas da sociedade e posteriormente se tornou uma política de memória. Durante a pesquisa, foi possível perceber que essas demandas estavam vinculadas à defesa dos direitos humanos nos quais, não ficavam restritos à temática da ditadura civil militar, mas ao direito da criança, do adolescente, das mulheres e dos idosos.⁵ Durante a pesquisa também foi possível evidenciar que as demandas por reparação ao passado não ficaram calcadas apenas no Brasil, mas expandiram as fronteiras e era um debate presente no cenário internacional.

4 Anterior a essa lei temos a Lei dos Desaparecidos Políticos, Lei 9.140/95 reconhece como mortos indivíduos desaparecidos que tiveram participação política e concedeu indenização pecuniária aos seus familiares. No entanto, a lei não faz nenhuma menção a qualquer medida reparatória aos que foram vítimas de tortura, perseguição política ou tiveram perdas financeiras.

5 Os Direitos Humanos nesse momento podem ser vistos sob a ótica de diferentes perspectivas, desde acesso à terra às populações indígenas, sobre a qualidade de vida de populações que se encontram em vulnerabilidade econômica e até com o debate em torno da lei antiterrorista, no qual o **Jornal do Brasil** no dia 15 de fevereiro de 1992 publica um artigo sobre "Os filhos da loucura".

O processo de reparação não foi exclusivo do Rio Grande do Sul e foi adotado pelos estados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Pernambuco os quais responsabilizavam pelos danos causados por seus agentes devido às motivações políticas⁶. Como Andreas Huyssen bem esclarece que essas políticas de memória são um ataque do presente ao passado e que tanto os direitos humanos quanto os discursos da memória “ambos querem reconhecer, se não corrigir, os erros ou injustiças do passado, e ambos projetam e imaginam um futuro melhor” (HUYSSSEN, 2000, p. 181), sendo essa uma política de reparação do passado mas projetando um olhar também para o futuro.

Por fim, ainda fica a questão: quais foram os avanços no que tange o fortalecimento dos mecanismos democráticos e os avanços em torno da defesa dos direitos humanos? Primeiro foi possível notar que ocorreu uma difusão sobre os direitos humanos. Difusão que se iniciou pela educação, quando em 1991 aparece que: “Escola gaúcha vai ensinar direitos humanos” (*Jornal do Brasil*, 10.12.1991) e no ano seguinte quando “Manual ensina práticas dos direitos humanos” (*Jornal do Brasil*, 05.07.1992) foi entregue para professores, produzido com o intuito de ser utilizado no ensino básico. Segundo, foi possível perceber que o fortalecimento dos mecanismos democráticos ocorreu através da denúncia das torturas que ainda eram praticadas nas repartições burocráticas do Estado. Em 1990: “acusado de torturar é demitido da polícia”, no qual se refere a demissão de João da Silva Bistene, inspetor da polícia e acusado de transgressão do estatuto policial (*Jornal do Brasil*, 26.10.1990). Assim, mesmo a obra de Norberto Bobbio ter sido produzida em 1992, ela continua sendo muito atual, pois conforme o autor afirma: “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, 1992, p. 16).

6 São Paulo Lei 10.726/01, Santa Catarina Lei 10.719/98, Minas Gerais Lei 13.187/99, Pernambuco Lei 11.773/00

Fontes

Jornal do Brasil no período de 1970 até 2000. A pesquisa foi realizada no site da Hemeroteca Digital. Para localizar os artigos foi feita a busca por palavras chaves: “indenização”, “preso político”, “direitos humanos”, “reparação” e selecionados as matérias que pudessem contribuir de alguma forma para o artigo. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AYDOS, V; FIGUEIREDO, C. A construção social das vítimas da ditadura militar e a sua resignificação política. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 15 p. 392-416, dez. 2013.

BAUER, Caroline Silveira. **Como Será o Passado?** Paco Editorial, 2017.

BECKER, David; CALDERÓN, Hugo. Traumatizações extremas, processos de reparação social e crise política. In: **Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina**. São Paulo: EDUC, 1993.

BOBBIO, Norberto et al. Sociedade civil. **Dicionário de política**. UNB: v. 12, 1996.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus 1992.

CALCIOLARI, S. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Dissertação PPGS/UFPR, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Cortez, 2001.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 4, 1992.

GONÇALVES, D. N. **O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil**. Fortaleza, Tese PPGS/UFC, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MEZAROBBA G. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). São Paulo: Tese PPCP/USP, 2007.

PRADO, L.B.B. **Estado Democrático e Políticas de Reparação no Brasil**: torturas, desaparecimentos e mortes no Regime Militar. Campinas: Dissertação PPCP/UNICAMP, 2004.

RAGNINI, S. M. **O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964 -1984**. Passo Fundo: Dissertação PPGH/UPF, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo**: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. **Estudos Jurídicos** (UNISINOS), v. 40, p. 72-78, 2007.

SANTIN, Janaína. **Estado, Constituição e Administração Pública no Século XXI**: novos desafios da cidadania e do Poder Local. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

SANTIN, Janaína. O princípio da participação no regime jurídico-administrativo brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. v. 2, p. 42 a 72.

“Memórias na praia”, *marineros legalistas de Chile*: mobilização, repressão e tortura no golpe de Estado de 1973

Robert Wagner Porto da Silva Castro¹

Em se tratando de um tema ainda tão “vivo” na história chilena, o golpe civil-militar de 1973 e o contexto de crise que o antecedeu, vem cada vez mais sendo objeto de estudo na área da historiografia. Entretanto poucas análises buscam ampliar o debate no sentido de abarcar o desenrolar dos acontecimentos desse período a partir das mobilizações de segmentos sociais específicos. Como o movimento de marinheiros da *Armada de Chile* que se mobilizaram em oposição ao golpe de Estado contra o governo do Presidente Salvador Allende, gestado nos altos escalões da Marinha chilena. Entre os poucos estudos que se debruçam sobre a mobilização desses militares e a violenta repressão que sobre eles se abateu, mesmo antes do 11 de setembro de 1973, merecem destaque as pesquisas de Jorge Magasich

1 Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel (2016), é Bolsista CAPES de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGH/PUCRS, pesquisador colaborador do Núcleo de Pesquisa em História Regional Platina / Universidade Federal de Pelotas - NPHR/UFPel e do Grupo de Estudos de História do Tempo Presente – PUCRS, Pesquisador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM e Editor da Revista Navigator – DPHDM.

Airola, *Los que dijeron “No”*, e Danny Monsálvez Gonzalo Araneda, *Agosto 1973. La inquietud política en el personal de la armada: El caso de ASMAR-Talcahuano*³, trabalhos que figuram entre as mais relevantes contribuições historiográficas acerca da temática em tela e que, desse modo, são os principais referenciais para o presente texto.

Nesse sentido, enquanto parte de um estudo maior⁴, que pressupõe analisar, a partir de uma perspectiva comparada, as mobilizações de marinheiros ocorridas no Brasil e no Chile durante o terceiro quarto do século passado. Inseridas no quadro da onda de mobilizações e revoltas marinheiras que sacudiram algumas das mais importantes Armadas do mundo nesse século. O presente trabalho, que se constitui em uma breve releitura desse processo de mobilização e seus desdobramentos desde o tensionado ano de 1973, a partir da memória reavivada de militares que experienciaram esse momento histórico, intenciona concorrer para ampliar o campo de observação desse importante acontecimento histórico, a partir de um prisma que possibilite situar historicamente não apenas a mobilização de marinheiros e trabalhadores navais civis chilenos, mas o próprio movimento de oposição ao golpe gestado na cúpula naval em uma perspectiva histórica transversal, buscando ultrapassar as representações estabelecidas politicamente acerca dos limites espaciais como nacionalidades, fronteiras e regionalidades. Fundamentalmente relevantes para a compreensão das Armadas enquanto “termômetros” das crises sociais experienciadas por muitas sociedades durante o século XX.

Dessa maneira, no decorrer das próximas páginas, procuraremos contribuir para “trazer à praia” memórias “submersas”,

2 AIROLA, Jorge Magasich. **Los que dijeron “No”**. Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973. Vol. 1 e 2, Santiago: LOM Ediciones, 2008.

3 ARANEDA Danny Monsalvez. **Agosto 1973**. La inquietud política en el personal de la armada: El caso de ASMAR-Talcahuano. Dissertação (Mestrado em História), Universidad de Concepción-Chile, 2005.

4 Pesquisa de doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em História / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGH/PUCRS, intitulada **Com a tormenta pela proa: marinheiros legalistas no contexto dos golpes de Estado Brasil-1964 e Chile-1973**, sob orientação da Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

significativamente silenciadas, mas que ainda hoje figuram na arena de disputa entre memórias desse passado ainda muito presente. Buscando evidenciar as origens das tensões sociais latentes no seio da instituição naval chilena e contribuir para um melhor entendimento sobre o processo de identificação entre aqueles marinheiros e diversos segmentos das camadas trabalhadoras de sua sociedade.

Especialmente no que concerne a contextos históricos como o que ora analisamos, notadamente tensionado e marcado pela atuação terrorista⁵ de um Estado ditatorial característico dos regimes autoritários latino-americanos da segunda metade do século XX, a Memória é elemento fundamental. Sobre o qual se faz necessário discorrer, ainda que de modo breve, a fim de melhor fundamentar o leitor acerca deste que é o principal pilar da análise que ora se inicia.

Sobre Memória

No âmbito historiográfico, especialmente no campo da História do Tempo Presente, a Memória vem se tornando arcabouço de estudos que se propõem a lançar luz sobre as trajetórias e perspectivas de atores do processo histórico que não encontraram espaço na construção, tanto da memória oficial, quanto daquelas que se apresentam como hegemônicas, sobre acontecimentos e/ou contextos históricos específicos. Em outras palavras, daqueles que, “vencidos” em momentos tensionados da história, observaram o propagar das ideias e memórias dos “vencedores” e de outros grupos cujas memórias foram capazes de a estes se contrapor, sem maiores oportunidades de, verdadeiramente, se fazerem “ouvir” pela sociedade acerca de suas vivências e perspectivas sobre esses momentos. Silenciando, esquecendo ou restringindo a divulgação dessas memórias aos círculos mais íntimos de convivência e aos próprios integrantes do segmento social onde outrora as vivenciou.

5 Compreendido aqui a partir do entendimento de Alejandra Pascual (1997), enquanto um amplo sistema de controle social operado desde as instituições do próprio Estado. Que, com base na prática institucional e sistemática de prisões ilegais, sequestros, torturas, execuções sumárias e ocultação de cadáveres; espalharam o terror no seio da sociedade. Contribuindo, sobremaneira, para intimidar e neutralizar opositores e organizações populares.

Assim, os *marineros legalistas de Chile*, “vencidos” à época do golpe, permaneceram desse modo – e ainda hoje permanecem – durante os embates de memória que se seguiram após o fim da ditadura. Não encontrando espaço nas memórias dos golpistas, tampouco nas dos grupos civis que se opuseram ao golpe e à própria ditadura capitaneada pelo general Augusto Pinochet, uma vez que, mesmo se opondo ao golpe de Estado que se articulava no alto mando naval e, por esta razão, terem sido os primeiros cidadãos chilenos a sofrer com a violenta repressão estatal, ainda durante o governo de Salvador Allende. A memória social desse segmento de militares, obviamente, está irremediavelmente atrelada àquela da própria instituição naval chilena, em grande medida responsável pela ruptura democrática observada em 1973 e pelas inúmeras violações de Direitos Humanos praticadas a partir de então.

Nesse sentido, quando propomos adotar “a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados” (LUCA, 2011, p. 113). Importando, então, refletir sobre o processo de construção das memórias e do modo como atua na formação e consolidação de fronteiras identitárias. Desse modo, poderemos notar a relevância da memória para a análise histórica, especialmente à que se dedica ao tempo presente, em contextos marcados por tensões e traumas cujas disputas ainda estão em aberto.

Para além da capacidade humana de recordar, para Maurice Halbwachs (2003, p. 39) a memória seria um processo coletivo fruto da interação individual com os outros, possibilitando às pessoas se lembrem de determinados fatos. Enquanto para Alessandro Portelli “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico” (PORTELLI, 1997, p.16), ou seja, é um fenômeno essencialmente individual que se constrói a partir das relações sociais entre os indivíduos integrantes de um determinado grupo.

Ainda que a memória seja uma capacidade humana e, portanto, individual enquanto faculdade mental. Faz-se necessário considerar que, de fato, ela se constrói a partir das relações sociais, as quais estabelecem pontos comuns entre as diversas memórias de indivíduos

que compõem um grupo ou segmento social. Assim, podemos considerar que a memória é um construto social fundamental para a (re)construção ou (re)afirmação de identidades e o estabelecimento de suas fronteiras.

Em um cenário em que memórias distintas sobre fatos e contextos históricos carregados de significado para determinados grupos sociais se apresentam então em embate, podemos compreender que elas são edificadas a partir de referenciais distintos e, portanto, se fundamentam em demandas e perspectivas também díspares. Critérios que balizam a construção das memórias e que são estabelecidos a partir de relações com o presente e o futuro, ou seja, segundo Fernando Catroga (2001, p. 22):

[...] seus nexos são urdidos por afinidades electivas (*sic.*) e estas determinam que cada presente construa a sua própria história dentro do horizonte de possibilidades que ele é, não só em função da onticidade (*sic.*) do que ocorreu, mas também das suas carências, necessidades e expectativas.

Assim, ao afirmarmos que a Memória é um construto social (re)construído a partir de um passado, com base em demandas do presente e foco em determinadas expectativas de futuro; atuando na formação e consolidação de fronteiras identitárias, especialmente em contextos de disputa de memórias acerca de instantes históricos tensionados. Podemos perceber que o trabalho de releitura da trajetória de segmentos minoritários, marginalizados e/ou excluídos; a partir de suas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989, p.4), possibilita um entendimento mais aprofundado acerca de como se dão determinados acontecimentos históricos. Na medida em que o social também é político, já que pode precipitar-lhe profundas mudanças. Nas palavras de René Rémond (2003, pp.35 e 36) “o político é uma modalidade da prática social”.

Aço, Vapor e Revolução! Os marinheiros do século XX.

Relativamente frequentes ao longo do século XX, as crises sociais afetaram de modo significativo algumas das mais relevantes forças

navais do mundo. No subcontinente sul-americano, marinheiros das Armadas chilena e brasileira promoveram importantes mobilizações dessa natureza, com destaque para os movimentos em oposição aos golpes de Estado no Brasil (1964) e no Chile (1973). No quadro desses acontecimentos, considerando que o fator social foi elemento preponderante nas mobilizações de marinheiros ao longo do último século, é fundamental compreender as relações sociais estabelecidas entre os militares dessas instituições e destes com as sociedades das quais são parte.

Sem desconsiderar que as Forças Armadas são instituições permeadas por todas as tensões e contradições inerentes às sociedades às quais pertencem, somente poderemos compreender mobilizações como a que ora analisamos se a entendermos como parte integrante de um contexto social específico. Na medida em que, como afirma Eric Hobsbawm (2013, p.130) não se pode isolar o fenômeno de crise manifesta do contexto mais amplo de uma sociedade em transformação, que não apenas propicia, mas requer uma compreensão abrangente da estrutura e dinâmica sociais.

Nesse sentido, a mobilização dos marinheiros chilenos de 1973, que está inserida em um contexto histórico mais amplo, marcado por profundas transformações nas relações sociais estabelecidas a bordo dos navios de guerra a partir, principalmente, do início do século XX. Quando as Armadas, que até meados do século XIX tinham como seus principais navios, vasos de madeira e movidos à vela, passaram, na condição de catalizadoras dos principais avanços tecnológicos à época, a figurar na vanguarda de uma importante revolução tecnológica. De modo que, em um curto espaço de tempo, essas esquadras passaram a contar com imensos navios de ferro e aço, movidos a vapor e dotados de modernos equipamentos e sistemas de: propulsão, governo, comunicações, armas etc. Cenário que, no subcontinente sul-americano, pôde ser observado de maneira mais efetiva nas esquadras de Brasil, Argentina e Chile.

Destarte, proporcionalmente ao avanço tecnológico e o consequente emprego dessas novas tecnologias a bordo dos navios, aumentava a capacitação e exigência técnico-profissionais demandadas

desses homens do mar. A partir dessa necessidade por marinheiros cada vez mais especializados, não apenas as esquadras passaram por importantes transformações no alvorecer do século XX, mas, sobretudo, suas tripulações. De quem outrora se demandava apenas a força dos músculos e a disposição para a luta aproximada, passou-se a exigir uma gama de conhecimentos técnicos e qualificações profissionais cada vez mais complexas, muitas delas comuns àquelas exercidas no meio civil.

Nesse cenário, marinheiros-militares passaram a se perceber também enquanto marinheiros-profissionais ou técnicos, com capacitações e saberes que os conferiam expectativas e aspirações de melhores colocações profissionais e, conseqüentemente, sociais. Contudo, as expectativas desses marinheiros não encontravam respaldo em suas instituições navais que, não obstante vivenciarem essa nova realidade tecnológica e, portanto, profissional, ainda se mantinham aferradas a antigas estruturas de mando que objetivavam à manutenção de hierarquias, relações e estruturas sociais características de suas sociedades. Submetendo-os, ainda, a relações servis, por vezes de caráter senhorial, com o intuito de reforçar, sob o manto da hierarquia e da disciplina militares, relações de dominação / resistência e o abismo social existente entre oficiais e marinheiros. Dois segmentos de militares oriundos de diferentes extratos sociais, organicamente vinculados às elites e às camadas mais pobres das sociedades, respectivamente.

Assim, a hierarquia regimental estabelecida internamente às forças armadas se apresentava como a formalização, nessas instituições, da hierarquia social vigente em suas sociedades. Afiançando assim, a partir de um ambiente constantemente tensionado, especialmente a bordo dos navios, uma disciplina fundamentada em uma subalternidade social marcada pela obediência incontestada das camadas basilares em relação aos grupos dominantes. Situação que resultou inaceitável para os marinheiros do século XX, culminando em graves crises na estrutura de muitas dessas instituições armadas (AIROLA, 2008, p.60) e evidenciando os tênues limites entre elas e suas sociedades.

11 de setembro ... *Marineros Legalistas de Chile* – 1973

De tradição e ascendência inglesa, a Marinha do Chile caracterizava-se por uma estrutura fundamentada – para além da hierarquia militar – em uma organização significativamente estamentada e vertical, que procurava preservar o quadro social latino-americano característico do século XIX. Com uma elite predominante composta por oligarquias aristocráticas brancas, vinculadas diretamente à terra e ao comércio exportador de insumos primários, onde a autoridade dessa elite sobre os demais segmentos sociais, com base em um paternalismo estruturante, se materializava nas distinções e, conseqüentemente, nas relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros na *Armada de Chile*.

Oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade chilena, os praças ou *suboficiales* guardavam relações de significativa proximidade – em muitos casos por laços familiares – com os segmentos campestres e de trabalhadores urbanos do país. Em uma instituição militar cujas constituição e tradições estão fundamentadas em uma estrutura social oligárquica e essencialmente aristocrática, onde a oficialidade tem suas origens junto às elites dessa sociedade, esse aspecto se reveste de notada relevância na medida em que indica uma hierarquia social que destina à tropa um lugar específico, tanto dentro da instituição quanto em um contexto mais amplo do todo social. Cenário que se mostra evidente quando observamos alguns aspectos do curso de formação de marinheiros.

Caracteristicamente destinado à formação militar-naval para tropa, o curso na *Escuela de Grumetes*⁶ tinha algumas características típicas de cursos com essa destinação, como: a separação abrupta e o isolamento daqueles jovens em relação ao seio familiar e à sociedade civil, a elevada exigência física e o reforço diuturno das noções de hierarquia e disciplina. Entretanto, alguns aspectos são particulares e se revestem de significativa importância no que concerne à compreensão das relações estabelecidas entre marinheiros e oficiais

6 *Escuela de Grumetes* “Alejandro Navarrete Cisterna” da *Armada de Chile*, situada na *Isla Quiriquina*, região litorânea de *Talcahuano*, cercania de *Concepción*.

na Armada chilena e, especialmente, sobre o lugar social reservado pela instituição aos militares que compunham sua marinagem. Entre esses aspectos, cabe destacar o caráter essencialmente disciplinar do curso de formação. Que, por meio de um processo pedagógico extremamente rígido, voltado para a doutrinação daqueles homens, buscando, segundo Jorge Magasich Airola, “*a una disciplina irreflexiva, que calza perfectamente con el orden oligárquico, es decir, con la estricta sumisión de las clases subalternas*” (AIROLA, 2008, p.131).

Nas palavras de Pedro Blacet Castro⁷, o período de formação se constituía enquanto:

[...] un proceso muy duro, rígido y estricto en términos disciplinarios. El trato que recibimos para adoctrinar fue un trato bastante difícil. El golpe prevaleció aquí como un elemento pedagógico para formar y darnos, digamos, el elemento que nos permitiría incorporar a nuestra mente lo que era la obediencia, la obediencia de vida. Disciplina y obediencia. Obediencia incuestionable, obediencia incuestionable al superior.

Nesse sentido, cumpre ressaltar o emprego de castigos corporais que – em plena década de 1960 – ainda eram (in)formalmente instituídos e deliberadamente aplicados aos alunos ao longo do curso de formação na *Escuela de Grumetes*. Entre os castigos mais comuns estavam: tapas, socos, chutes e coronhadas com o fuzil. Diretamente relacionados ao processo pedagógico que objetivava a desconstrução da identidade pessoal daqueles militares e sua absoluta submissão social ao segmento que, em uma perspectiva social mais ampla, representava a elite da sociedade chilena.

Diferentes castigos físicos e psicológicos foram relatados por marinheiros que a eles estiveram submetidos. Como Mariano Ramirez⁸:

7 Entrevista realizada pelo autor em 12 de novembro de 2019. Pedro Blasset era Cabo no ano de 1973 e foi detido no dia 6 de agosto daquele mesmo ano a bordo do Cruzador Almirante Latorre.

8 Entrevista realizada pelo autor em 13 de novembro de 2019. Mariano Ramirez era Cabo Primeiro em 1973 e foi preso em 10 de agosto do mesmo ano.

[...] Se utilizó el castigo corporal. Una vez me tocó elegir entre un golpe en el pecho y el otro en el culo. Y decidí en el pecho, porque podía meterme en los testículos, así que decidí en el pecho. El Guardia de Marina Gutiérrez fue que aplicado el golpe en mi pecho, recuerdo una pancada en el pecho. Era usual, cuando había falta, tenía dos opciones: pecho o culo [...]

Pedro Blacet narra a ocasião em que foi castigado com a chamada *calle del médio*, conhecido também como “corredor polonês”:

[...] Estábamos formados, frente a un chiste de un compañero, yo me sonreí, y al hombre que estaba al mando, al instructor no le pareció. Porque me pilló sonriendo, creía que, a lo mejor, me estaba riendo de él. Entonces nos formaban en dos líneas, que era como un callejón. Uno tenía que pasar por el medio del callejón y los compañeros tenían que golpearlo y el que no te golpeaba como correspondía podía sufrir la respuesta de él tener que pasar, después, por el callejón del medio. Yo creo que quedé muy a mal traer, porque quedé sangrando, que sé yo, porque era retenido por los golpes, los puños, las patadas. [...]

Luis Jorquera⁹ narra outras formas de castigos corporais a que eram submetidos os marinheiros durante o curso na *Isla Quiriquina*, com destaque para o humilhante golpe nas nádegas:

[...] en lo período de instrucción era frecuente que nos castigaban con golpes. Con golpes aquí (en el pecho) o en ... Teníamos un sargento, nosotros, que era nuestro jefe y nos iba anotando y decía: “Tu a la noche pasas a lo baño”. Los baños eran un habitación grandón donde estaban todas el sistema de duchas. Y luego, por la noche, nos llamaba y nos decía: “¡Agáchate!”. Nos agachábamos y él iba con una tabla y páá, empezaba a pegar en el trasero. [...] Pero lo que sí, muchas veces nos mandaban de plantón. De plantón, tenías que pararte durante una o dos horas con fusil en lo hombro, al sol. [...]

Considerando que, mesmo frente às novas demandas tecnológicas que lhes apresentavam as embarcações do novo século, a alta administração naval chilena manteve a antiga lógica de formação militar de sua tropa, fundamentada na subordinação incondicional e obediência incontestada. Esses breves trechos de narrativas de memória

9 Entrevista realizada pelo autor em 13 de novembro de 2019. Luis Jorquera era Cabo em 1973 e foi preso em junho do mesmo ano.

desses três *marineros* vêm reforçar a seguinte afirmação de Jorge Magasich Airola (AIROLA, 2008, pp. 131-132) de que “*como em haciendas, plantaciones o yacimientos, los cuarteles y buques requieren la fuerza bruta de brazos dóciles y prestos a obedecer a las voces de mando, más que conocimientos técnicos*”. Aprofundando assim um quadro de tensão social latente internamente à instituição que eclodiria em um contexto político social específico.

Eleito em um quadro político marcado por intensa polarização ideológica e fortes ações de mobilizações das camadas trabalhadoras no sentido da luta política por avanços sociais, Salvador Allende, democraticamente eleito desde as eleições de 1970, implementou um projeto reformista, de cunho essencialmente socialista, que levou a cabo, principalmente, a reforma agrária e a estatização de bancos e da exploração, processamento e comércio dos recursos naturais do país. Dessa maneira, o governo de Salvador Allende atingiu os latifundiários e o capital estrangeiro, que controlavam a exploração e o comércio do cobre e do salitre no norte do país, e uma elite oligárquica que os representava e/ou se beneficiava de algum modo daquele *status quo* que favorecia à exploração das camadas trabalhadoras e o consequente avanço da desigualdade social no país.

Desdobrando o que se observava então na sociedade chilena, na Marinha as reações em relação à eleição de Allende à Presidência do Chile foram diametralmente opostas. Enquanto parte significativa da oficialidade reagiu negativamente à eleição de Allende, a tropa manifestava sua satisfação e contentamento com a conquista democrática daquele que entendiam como um representante dos seus anseios profissionais e, sobretudo, sociais. Desse modo, a vitória do senador socialista, Salvador Allende nas eleições de 1970, foi considerada por muitos marinheiros como uma conquista pessoal de cada um.

Allende liderou uma coalisão denominada Unidade Popular (UP) que, alcançada a vitória nas urnas, levou ao governo uma série de propostas que tinham como objetivo principal construir uma sociedade socialista por meio da via democrática. Dentre as propostas de Allende estavam aquelas destinadas às Forças Armadas,

fundamentadas em “*una concepción moderna, patriótica y popular de la soberanía del país*”¹⁰ fundamentada em três critérios, entre os quais cabe destacar o primeiro: “*Afianzamiento del carácter nacional de todas las ramas de las Fuerzas Armadas. En este sentido rechazo de cualquier empleo de ellas para reprimir el pueblo o participar en acciones que interesen a potencias extrañas*”¹¹. A partir desta base, o programa de governo da UP explicitava ainda a indicação que fomentou ainda mais esperanças na tropa, especialmente nos marinheiros. Sobretudo no que concernia a avanços em aspectos relacionados diretamente às suas carreiras, bem como, condições de trabalho e realidade social vigentes. Como é possível constatar no seguinte trecho do programa de governo:

[...] é necesario asegurar a las Fuerzas Armadas los medios materiales y técnicos y un justo y democrático sistema de remuneraciones, promociones y jubilaciones que garanticen a oficiales, suboficiales, clases y tropas la seguridad económica durante su permanencia en las filas y en las condiciones de retiro y la posibilidad efectiva para todos de ascender atendiendo solo a sus condiciones personales.¹²

Vencido o pleito, muitas manifestações de alegria por parte dos marinheiros foram observadas, inclusive internamente à Armada. Ao ser perguntado se foram ouvidos “vivas” na ocasião em que foi confirmada a vitória de Allende, Sebastián Ibarra¹³ relata o seguinte:

Seguramente. Estábamos en Valparaíso y no se podía dejar de escuchar. No solamente era en el buque nuestro, yo creo que en todas las unidades ocurrió lo mismo. Cuando conversamos con los demás compañeros que estaban en otras unidades, ocurría lo mismo. Excepto como dices, hay algunos que fueron

10 Programa Basico de Gobierno de la Unidad Popular (1970, p. 18).

11 Ibidem.

12 Ibidem (p.19).

13 Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 12 de março de 2003. Sebastián Ibarra era Cabo-segundo em 1973, foi preso em agosto do mesmo ano e torturado no *Fuerte Vergara* em Viña del Mar.

a apagarles el televisor: el oficial de guardia fue y apagó el televisor. Pero en el Riveros no.

Essa e outras muitas demonstrações de alegria se devem às esperanças depositadas por parte dos marinheiros no governo da UP. Nas palavras de Mariano Ramirez (2010, p.2):

La mayoría de la tropa estaba feliz e identificada con el nuevo Presidente de Chile. Creemos y tendemos a pensar que fue algo que se manifestó en forma natural debido a que gran parte de la tropa era de procedencia obrera y campesina. Fue así como después de muchos años y por primera vez, la tropa en la Armada daba señales claras de su conformidad y alegría por el resultado de las nuevas elecciones y del nuevo Presidente. Un fenómeno nuevo, una señal que no se había manifestado en otros periodos de elecciones ni con ningún otro Presidente electo.

Em sentido oposto se deu a reação de parte da oficialidade naval chilena, em especial da alta administração. Desde pequenos gestos e manifestações de oficiais de baixa patente a bordo dos navios e unidades de terra, até um franco processo de sedição contra o governo Allende levado a cabo por um importante segmento do almirantado.

Já no ano de 1973, ainda organizados em pequenos grupos internos às unidades navais e sem uma liderança central os marinheiros seguiam se reunindo a fim de deliberar sobre temas que entendiam ser prementes à categoria, como: condições de trabalho, carreira, remuneração, regulamentos etc. Quando perceberam uma intensa movimentação de parcela importante da oficialidade naval que se articulava em preparação para um golpe de Estado contra o governo da Unidade Popular. A partir de então, intensificou-se o processo de mobilização entre os diversos grupos de marinheiros de modo a buscar articulações com partidos de esquerda e apoiadores do governo a fim de agir no sentido de denunciar ou de tentar impedir / enfrentar as ações golpistas do núcleo militar-naval.

Foi nesse instante que ocorreu a primeira reunião “formal” das lideranças dos grupos de marinheiros das diversas unidades da Armada, no sentido de conferir uma estrutura organizacional minimamente centralizada para os grupos, de maneira a favorecer

uma melhor coordenação das ações a serem tomadas naquele cenário político-social que se apresentava. Essa reunião, que ficou conhecida pelo nome do restaurante onde foi realizada, *Los Pingüinos*, teria contado com a participação de aproximadamente duas dezenas de marinheiros. Segundo Juan Cárdenas¹⁴, naquela reunião teria sido deliberado:

Cosas que se comentaban de forma masiva dentro de la Armada: el golpe de Estado que venía encima, que se acercaba. Todas las arengas de oficiales de distintas unidades en contra del Estado, del Gobierno establecido. Entonces, nosotros ahí ya discutíamos el oponernos al golpe. Pero eso era... como me explico mejor... no eran los planes generales que nosotros teníamos, por ejemplo con otros hombres, por ejemplo con el MR. Era conseguir más apoyo para ver las posibilidades de triunfar, de oponernos al golpe y triunfar. Para nosotros era claro que el golpe venía. Clarísimo.

Ainda no mês de agosto, em meio a intensas campanha de desinformação e atuação dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, muitas lideranças do movimento dos marinheiros foram presas e violentamente torturadas nas dependências de unidades da Marinha – especialmente aquelas que participaram da reunião de *Los Pingüinos*. Sob a acusação de infiltração política na Armada e de articular ações subversivas de cunho extremista junto a grupos de esquerda, dezenas de marinheiros foram detidos e submetidos a interrogatórios onde lhes eram aplicadas violentas sessões de tortura.

Sobre essa repressão e as consequentes violações de Direitos Humanos perpetrados contra diversos marinheiros que se opuseram ao golpe, Pedro Blacet Castro descreve uma das sessões de tortura a que foi submetido quando foi detido, ainda antes do 11 de setembro:

14 Entrevista realizada por Jorge Magasich Airola em 16 e 17 de novembro de 2002. Juan Cárdenas era Sargento-segundo de máquinas em 1973, foi o mais graduado representante da tropa e principal dirigente do grupo de marinheiros da Armada que se articulou para informar o processo sedicioso que se gestava na Marinha contra o governo Allende. Planeja um plano para ocupar algumas unidades navais a fim de o golpe de Estado e o defende, como uma ação antecipada aos golpistas, durante a reunião no restaurante *Los Pingüinos*, em Valparaíso. Foi preso em agosto de 1973, torturado no *Fuerte Vergara*, em *Viña del Mar*, e depois no *Fuerte Borgoño*, em *Talcahuano*.

Ahí soy ingresado y me sacan toda la ropa, quedo desnudo. Me llevan a un sector donde era el campo de entrenamiento de combate de la Escuela de Infantería. En esas condiciones, en el mes de agosto, empiezo a ser golpeado y conminado a responder todas las consultas que se me hacían en torno a reuniones y situaciones, nombres con quien me había reunido y obviamente cual era la decisión que nosotros habíamos tomado hacer. [...] Durante todo el día estoy siendo sometido a golpes, fui colgado, fui introducido a tambores con aguas descompuestas, con fecas, con orines, y todo el día colgado. No se me proporcionó ni agua ni alimentación. Simplemente se me manguereaba con agua y se me seguía golpeando [...]

Do mesmo modo, Jaime Salazar¹⁵ também relata a visão que teve desde um dos locais onde esteve encarcerado ainda sob a presidência de Salvador Allende, a unidade da Marinha chilena denominada quartel Silva Palmas:

La cárcel naval cuartel Silva Palmas estaba en los cerros de Valparaíso con una hermosa vista a la bahía, desde allí vimos la acción durante el primer mes del golpe de estado. Desde allí apreciamos de como la Armada habilito algunos buques mercantes: Andalien, Maipo, y Lebu para ser usados como cárcel, lo cual está en contra la convención de ginebra sobre prisioneros de guerra.

No que concerne à relação entre o golpe de 11 de setembro de 1973 e as prisões dos marinheiros ainda durante o governo Allende, sob a justificativa de que estariam organizando um golpe de Estado a partir de uma infiltração de elementos na esquerda radical nas fileiras da Armada, Jaime Salazar afirma que:

El golpe de estado se empezó a fraguar con la elección de Salvador Allende [...] El caso de nuestra detención solo fue una excusa barata para justificar lo que ya estaba planeado con meses o años de antelación. La jerarquía y disciplina fue rota por los golpistas, al instrumentalizar las FFAA en contra de sus postulados y deliberar en contra del almirante constitucionalista Raúl Montero y el presidente de la Republica.

15 Entrevista realizada pelo autor, em 17 de outubro de 2020. Jaime Salazar era Marinheiro-primeiro em 1973, preso em 6 de agosto, foi torturado no forte Silva Palmas e enviado ao campo de concentração *Melinka*. Após quase cinco anos no cárcere, foi anistiado e deixou o país, radicando-se ns Estados Unidos da América até os dias atuais.

Sob essa mesma perspectiva, Carlos Garcia¹⁶ assegura o seguinte:

El golpe de Estado estaba preparado desde antes de nuestra detención. El razonamiento de fondo era político estratégico, para recuperar el poder de la burguesía chilena y de Estados Unidos en la economía y en el Estado, y cambiar el sistema institucional para impedir que otra vez pudiera ganar un gobierno de izquierda. No necesitaba una justificación específica, aunque de todas formas utilizaron nuestro caso con fines propagandísticos, intentando mostrar una infiltración comunista o extremista o marxista en las filas de la Armada.

A mobilização de marinheiros e sua articulação com determinados setores políticos, no sentido resguardar um governo legítimo que representava a real possibilidade de transformações sociais para as camadas trabalhadoras e aquelas menos favorecidas da sociedade chilena, denota a amplitude do processo de identificação e conscientização desses militares enquanto segmento específico nos quadros da *Armada de Chile*. No transcurso desse processo de mobilização tornam-se evidentes as disputas travadas nos espaços sociais daquela instituição naval, especialmente nas relações estabelecidas entre oficiais e praças a bordo dos navios. Contribuindo sobremaneira para o surgimento de condições favoráveis às ações empreendidas por esses marujos, até aquele 11 de setembro de 1973.

Considerações Finais

Quando observamos o processo de mobilização dos *marineros legalistas de Chile* através da perspectiva de memória construída pelos golpistas de 1973, podemos ser levados à percebê-lo enquanto um movimento espontâneo e desorganizado. Que teria sido fortemente influenciado por lideranças políticas das esquerdas radicais do país,

16 Entrevista realizada pelo autor em 12 de outubro de 2020. Carlos Garcia Herrera era Marinheiro-primeiro em 1973, preso em 7 de agosto, foi torturado no forte *Borgoño* e condenado a três anos. Enquanto esteve preso passou a integrar o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) e ao ser libertado seguiu no enfrentamento ao governo Pinochet. Preso novamente em janeiro de 1981, permaneceu detido até 1992, quando aceitou converter sua prisão em exílio. Reside na Bélgica desde novembro de 1992, em exílio, em cumprimento a um decreto do governo chileno.

com o objetivo de subverter a hierarquia e a disciplina na Armada e, conseqüentemente, favorecer a ocorrência de um eventual golpe de Estado comunista. Contudo, essa visão desconsidera a condição de sujeitos do processo histórico desempenhada por esses homens naquele instante tensionado da história chilena.

Destarte, podemos considerar que a mobilização desses marinheiros, cujo ápice se deu no ano de 1973, materializada, principalmente, na emblemática reunião de *Los Pingüinos*, evidenciou um processo de identificação que ultrapassa os limites temporais e do objeto ora abordados. Tendo em conta que suas demandas e as relações estabelecidas com seus superiores, em especial com a oficialidade – pautadas por normas, regulamentos e tradições que, como já mencionado, objetivavam reforçar um *status quo* vigente não apenas na Armada, mas na própria sociedade chilena.

A partir de uma leitura própria de um instante político específico e compreendendo seu lugar social naquele todo social, aqueles marujos perceberam que, enquanto parte das camadas trabalhadoras do povo, seria possível se organizarem no sentido buscar as mudanças que almejavam, por meio da representação direta ou indireta na arena política. Marcha que foi abruptamente interrompida com o golpe civil-militar que implementou aquela que seria uma das mais violentas ditaduras latino-americanas. Cujas lideranças militares subverteram a disciplina e a hierarquia – uma vez que concorreram para a queda de seu comandante maior, o Presidente da República Salvador Allende – e da qual os marinheiros foram suas primeiras vítimas.

Por fim podemos compreender que os desdobramentos da mobilização dos marinheiros constituem parte integrante do processo de construção da identidade deste segmento social específico. Buscando, na organização enquanto grupo e na mobilização política, mudanças necessárias para que pudessem transformar a realidade a qual estavam submetidos. Foram então taxados de subversivos e indisciplinados, perseguidos, presos, torturados e, alguns, mortos. Seu movimento, bem como suas demandas e capacidade de reflexão

e mobilização política, foram relegados a um relativo “esquecimento” histórico.

O presente artigo procurou contribuir para uma melhor compreensão da trajetória movimento dos *marineros legalistas de Chile* enquanto sujeitos do processo histórico. Buscando ainda, por meio de suas memórias, suscitar novas pesquisas que venham a iluminar cada vez mais esse período ainda tão nebuloso da história latino-americana e, em especial, da sociedade chilena. De modo a contribuir para um debate mais abrangente sobre um passado ainda muito presente na história do Chile. Fundamental aos que procuram compreender a história militar-naval a partir da perspectiva oferecida pela análise das relações sociais, para além dos “grandes heróis e suas batalhas”.

Referências Bibliográficas

AIROLA, Jorge Magasich. **Los que dijeron “No”**. Historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973. Vol. 1 e 2, Santiago: LOM Ediciones, 2008.

ARANEDA Danny Monsalvez. **Agosto 1973**. La inquietud política en el personal de la armada: El caso de ASMAR-Talcahuano. Dissertação (Mestrado em História), Universidad de Concepción-Chile, 2005.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n.15, abril de 1997, pp.13-49.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

HOBBSAWN, **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado**. A Argentina de 1976 a 1983. Tese (Doutorado em Direito) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1997.

RAMÍREZ, Mariano. **Memoria colectiva de los marinos antigolpistas**. Escuela de Ingeniería de la Armada de Chile, 1973. Proceso 3941. Tomé: Editorial Al Aire Libro, 2010.

Os processos da Justiça do Trabalho: uma fonte para o estudo da sonegação dos direitos sociais no Brasil

Alisson Droppa¹

Introdução

O artigo aborda a trajetória de ataques aos direitos sociais desde a promulgação da CLT até as reformas trabalhistas posteriores a 2017, a partir de diálogo com as fontes documentais produzidas pelo poder judiciário brasileiro e os projetos de lei aprovados pelo parlamento brasileiro. Destacando como a “reforma” trabalhista e o contexto em que produzida impactam as decisões judiciais e como essas decisões acabam por repercutir na forma pela qual atores sociais passam a compreender os fenômenos por elas abordados.

Desde já salienta-se que, apesar do elevado volume de ações judiciais envolvendo aspectos da reforma de 2017 e do seu escasso tempo da vigência a não permitir, que ainda, haja jurisprudência consolidada acerca das alterações por ela introduzidas (devido ao tamanho da floresta e dos recursos judiciais que submetem as decisões às instâncias superiores), os dados até aqui analisados já permitem algumas formulações iniciais quanto aos temas estudados.

1 IFSUL, Doutor em História Social – UNICAMP, e-mail: alissondroppa@gmail.com

A metodologia para a seleção e análise dos dados começou a ser construída em 2007, a partir da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (BIAVASCHI, 2007), que investigava como a Justiça do Trabalho respondia às demandas de trabalhadores envolvendo terceirização no setor papel e celulose, no marco temporal de 1985 a 2000 (definidos diante das datas em que o TST consolidou os entendimentos jurisprudenciais referentes à terceirização)². Naquele momento, as fontes principais da investigação foram os processos trabalhistas, autos físicos, ajuizados em duas diferentes regiões do país, TRT4 – Rio Grande do Sul e TRT15 – interior de São Paulo com sede em Campinas – SP.

A delimitação das regiões pesquisadas e a seleção dos processos que compuseram a amostra basearam-se, sobretudo, no conhecimento prévio dos pesquisadores quanto aos significativos questionamentos da terceirização pelos trabalhadores do setor papel e celulose e à presença de empresas papeleiras nas referidas regiões. Importante registrar que a Justiça do Trabalho ainda não tinha adotado o peticionamento eletrônico e a classificação dos processos para buscas e pesquisas se dava pelo ano do ajuizamento e pelo nome das partes, reclamantes e empresas reclamadas. Daí também a escolha das regiões citadas, onde havia plantas da empresa KABLIN e da RIOCELL. Mesmo assim, não foi tarefa fácil, tanto pela dificuldade de se encontrar esses processos, quanto ao fato de que a preservação era inicial na instituição. Por outro lado, eram escassos os estudos que faziam uso das fontes primárias produzidas pela Justiça do Trabalho, o que demandou esforço de se dialogar e explicar às autoridades o que se buscava e razão da necessária consulta aos autos judiciais físicos.

Foram duas pesquisas que se valeram dessas fontes primárias. Uma terceira, que veio depois e incorporou esses conhecimentos, ampliou a metodologia, adequando-a ao tempo e às novas categorias

2 Em 1986 o TST publicou o Enunciado de Súmula nº256 que, na prática, coibia a terceirização, afirmando que empregador é quem faz uso da força de trabalho, ressaltando as exceções previstas pelas leis então existentes; em 1993, esse Enunciado foi cancelado, substituído pela Súmula 331 que legitimou a terceirização nas atividades meio da tomadora. Em 2000, a Súmula foi revisitada, estendendo a responsabilidade subsidiária de pagamento dos direitos dos contratados pelos entes públicos que terceirizam.

de trabalhadores incluída no estudo passando a incluir, além das demandas dos trabalhadores do setor papel e celulose, as dos eletricitários, petroleiros, trabalhadores em *call center* e *TI* em bancos públicos e, finalmente, correspondentes bancários. Para essa pesquisa, a fonte passou a ser os acórdãos do TST, disponibilizados em seu site, como se abordará.

O texto está dividido, além desta introdução e das considerações finais, em três partes: na primeira, estão aspectos metodológicos das primeiras pesquisas como fonte os processos judiciais, autos físicos; a segunda, a partir do projeto temático *Contradições do Trabalho no Brasil Contemporâneo*, quando ampliado o foco para outros setores, usando-se como fonte prevalente as decisões do TST; e, por fim, o diálogo entre as decisões do TST e as proferidas pelo STF, a partir de recursos interpostos das decisões da Justiça do Trabalho em um cenário pré reforma trabalhista.

A pesquisa nos autos judiciais: a terceirização e a Justiça do Trabalho

Na primeira pesquisa, “A Terceirização e a Justiça do Trabalho”, foram estudados processos de Guaíba/RS, 4ª Região, TRT4, e os da 15ª Região, TRT15, tendo no pólo passivo, respectivamente, duas expressivas empresas do setor de papel e celulose, RIOCELL e KLABIN. No curso das investigações, novos elementos foram descobertos, o que demandou investigações não propostas no projeto original. Definida a fonte prevalente, os autos físicos dos processos ajuizados, preparou-se questionário, bastante discutido entre os pesquisadores, que foi materializado em uma ficha aplicada aos processos, um a um. A isso se retornará.

Distintamente de Guaíba/RS, onde era expressivo o número de ações discutindo a terceirização desde o plantio do mato até a produção da celulose, todas ajuizadas perante a então Junta de Conciliação de Guaíba/RS, na 15ª Região (parte do Estado de São Paulo) os processos encontrados não contemplavam limpeza e plantio do mato, corte e descasque da madeira. Além disso, com a região fazia uso da

eliminação dos processos de autos findos, foi reduzido o número de processos contra a KLABIN envolvendo o tema da terceirização. Foi a partir das entrevistas realizadas que se verificou que no caso da KLABIN, diferentemente da RIOCELL, os hortos florestais estavam em locais afastados das unidades produtivas, em outros Estados da Federação. Aprofundando-se as investigações, entrevistando-se lideranças sindicais o plantio do mato e a colheita da matéria prima para a produção da celulose pela KLABIN estavam no Paraná, em Trabalho de Telêmaco Borba. Foi-se até lá e, visitando-se a Vara do Trabalho local, obteve-se a informação de que os processos ajuizados contra a KLABIN naquela unidade não estavam disponibilizados para consulta, mas que havia processos de 1994 em diante e, alguns, até anterior a 1994, na Vara Cível, cuja competência residual decorria da não existência, ainda, no local de unidades da Justiça do Trabalho.

Tratou-se, com essas informações de ampliar as investigações relativamente à KLABIN, para que fossem incorporados os processos de Telêmaco Borba. Contribuiu para essa decisão o fato de que os estudos da 15ª Região ficaram circunscritos a 80 processos de autos físicos, número bastante inferior àquele do acervo de Guaíba/RS, onde, depois de rigorosa triagem processo a processo daqueles contra a RIOCELL, chegou-se a 381, no mesmo parco temporal. O número foi bem maior, mas muitos foram descartados da análise porque não envolviam o tema da terceirização. Para esses processos de Telêmaco Borba utilizou-se a metodologia adotada em relação aos processos de Guaíba/RS e da 15ª Região. Sempre que o ajuizamento se dava contra a RIOCELL ou a KLABIN e outra ou outras reclamadas, no marco temporal definido, o processo era incluído para estudo, porquanto essa outra empresa estaria indicando que havia uma relação trilateral. De posse dessas informações, recebidas no local e, também, por meio de consultas via e-mail encaminhadas ao Arquivo Centralizado do TRT9, obteve-se um rol de ações ajuizadas no período foco da pesquisa contra a KLABIN. A informação obtida a partir dessa consulta foi a de que na Vara de Telêmaco Borba recebeu, entre 1994-2000, mais 2000 mil ações contra essa empresa.

Foi a partir dessas informações e da importância de se estudarem esses processos no âmbito da segunda pesquisa que, em dezembro de 2009, a FAPESP concedeu mais três meses para a continuidade das investigações então informadas. Diante desse deferimento preliminar, visando a uma maior clareza sobre o conteúdo dos novos processos e sobre quantos seriam os efetivamente importantes à pesquisa, procedeu-se a uma consulta ao Sistema Informatizado do TRT9, buscando-se os processos do rol a partir de seus números. Entre aqueles envolvendo KLABIN e “Outras” empresas, no período foco da pesquisa, excluindo-se expressivo número de processos com registro de “eliminados”, estimou-se um universo a ser pesquisado de cerca de 100 [cem] envolvendo KLABIN e “Outras”. O fato de haver essa triangularização, KLABIN e “Outras”, era forte indicativo de possível discussão sobre terceirização no setor, tema foco da pesquisa.

No entanto, observou-se que a data do ajuizamento dessas ações era posterior a 1994. Daí se foi buscar o histórico tanto da instalação da planta da KLABIN em Telêmaco Borba e da Junta de Conciliação e Julgamento nessa cidade. Desse estudo, concluiu-se que, anteriormente à instalação da Junta em Telêmaco, que se deu em 1994, as ações trabalhistas envolvendo a KLABIN eram propostas perante o Juízo Cível, que tinha jurisdição residual sobre matéria trabalhista em face da ausência de Vara do Trabalho no local. Diante desses fatos, consultou-se o Memorial da Justiça do Trabalho no RS - Memorial/RS, onde, aliás, estão os processos de Guaíba/RS estudados na pesquisa anterior, sobre a possibilidade de um contato oficial do Memorial/RS com a Vara Cível de Telêmaco para se buscar a informação sobre existência ou não de ações trabalhistas contra a KLABIN e “Outras” naquela unidade que fossem anteriores a 1994. Foi assim que o servidor Elton Decker, lotado no Memorial/RS, gestionou via e-mail junto ao Foro Cível de Telêmaco sobre a existência de processos com tais características.

O retorno, também via e-mail, ainda em 2009, foi de que lá havia cerca de 70 processos de autos findos com tais características. Com esses elementos, decidiu-se ir a Telêmaco Borba para examinar os processos da Vara Cível e os da Vara do Trabalho. Essa visita, custeada

pelos próprios pesquisadores, aliás, autores deste artigo, se deu em dezembro de 2009, antes da apresentação do projeto à FAPESP para estudo dos processos de Telêmaco.

Na Vara Cível, apesar da informação inicial de que havia setenta processos envolvendo a KLABIN, ajuizados no período anterior a 1994, apenas vinte e sete foram localizados. Os demais, ainda que listados no Livro de Registro da Vara, não foram encontrados pela servidora responsável, que informou não ter conhecimento de onde estavam. Registra-se que o controle manual dos processos arquivados é realizado, na Vara Cível de Telêmaco, por esse Livro. Porém, além de precário, o sistema de controle não possibilitou fossem localizados os autos, de difícil disponibilização aos interessados. Examinados todos os encontrados, constatou-se que nenhum deles, apesar de ajuizados contra a KLABIN, envolvia qualquer discussão sobre terceirização, tema objeto da pesquisa.

Na Vara do Trabalho de Telêmaco foram localizados, no Arquivo, 81 processos com as características demandadas pelo estudo. Uma vez localizados, iniciaram-se as gestões para que fossem disponibilizados à pesquisa e, assim, encaminhados ao Centro de Memória do TRT9, em Curitiba. Nas tratativas realizadas por Magda Biavaschi houve contatos com o Arquivo Centralizado e com a Secretaria da Presidência do TRT9 por e-mail. Por fim, decidiu-se pela visita presencial ao Memorial, em Curitiba. Nesses processos foi aplicado aquele amplo questionário utilizado para os processos de Guaíba/RS e da 15ª Região. A partir da tabulação dos dados obtidos (pergunta feitas às fontes), em sistema desenvolvido pelos técnicos em informática do TRT 4, procedeu-se às análises e às conclusões, em relatórios aprovados pela FAPESP e disponibilizados pelo referido Memorial.³

3 Os relatórios podem ser consultados em: BIAVASCHI, Magda B.; BALTAR, Paulo de A. A Terceirização e a Justiça do Trabalho. Campinas: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2009. Disponíveis em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/texto>; BIAVASCHI, Magda B.; BALTAR, Paulo de A. A Terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais. Campinas: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2010. Disponíveis em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/textos>.

A ampliação dos estudos: os acórdãos do TST

A ampliação da investigação sobre as decisões da terceirização se deu no âmbito do projeto temático “Contradições do Trabalho no Brasil Contemporâneo⁴, incorporando-se, além das ações dos trabalhadores do setor de papel e celulose, aquelas dos eletricitários, petroleiros, trabalhadores em *call centers* e *TI* em bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Nossa Caixa) e correspondentes bancários, categorias objeto de estudos pelos demais pesquisadores do projeto. Visando às especificidades desse estudo e para refinar a pesquisa nesses setores, adequou-se a metodologia, até porque não seria possível, no limite temporal do projeto temático, proceder à busca de processos de autos físicos para todos esses trabalhadores. Daí se optou pelo uso de ferramenta disponibilizada pelo site do TST, que tinha sido visitada nas pesquisas anteriores, mas nas quais foram priorizados os processos físicos.

Quanto ao marco temporal, para essa nova pesquisa definiu-se pelos acórdãos do TST publicados entre 01 de abril/2000 e 01 de abril/2013, delimitação permitida pela ferramenta escolhida (site do TST), tomando-se como data final o início do projeto temático. O marco inicial em 2000 foi justificado por vários motivos, entre os quais porque nas duas pesquisas anteriores o estudo abrangeu o período de 1985 a 2000, iniciando um ano antes do Enunciado 256 do TST, de 1986, e findando em 2000, quando, premido por reiteradas demandas de terceirizados, o TST revisitou a Súmula 331 para incluir, no inciso IV, a responsabilidade subsidiária dos Entes públicos que terceirizam. Outro motivo foi o de que a ampliação do marco para além de 2000 possibilitaria investigar como o TST, depois dessa data, decidiu nas ações tendo como objeto a terceirização, qual o significado que as decisões atribuíam a essa forma de contratar e se ofereciam ou não obstáculos ao seu uso.

No marco temporal definido, fez-se uso da ferramenta disponibilizada pelo TST, *Consulta Unificada*, acessível em: <http://www.tst.jus.br/consulta-unificada>, por meio da palavra-chave

4 FAPESP Processo nº 12/20408-1.

Terceirização, adicionando-se a ela termos individuais: *papel e celulose*; *eletricitários*; *Banco do Brasil*, *Caixa Econômica Federal*, *BNDES*, *Nossa Caixa*, *Tecnologia da Informação e Call Center*; e, *petroleiros*. Depois, selecionou-se, entre os oferecidos, qual o recurso processual, selecionando-se: *Recurso de Revista* e, posteriormente, os *Agravos de Instrumento* opostos de despachos denegatórios dos *Recursos de Revista* e que, também, levam o processo ao TST, bem como os *Embargos* para a SDI-1, sempre em relação ao tema objeto da pesquisa. Com essa operação, obteve-se uma lista de acórdãos em cada um dos termos complementares à palavra *Terceirização*. Essa ferramenta permite a pesquisa via palavras-chave, e inclui a delimitação do período e o tipo de recurso. Os acórdãos obtidos foram salvos com indicação da data em que coletados, para serem fichados e analisados.

Por fim, aplicados os questionários, as informações coletadas foram incluídas em base dados no formato “XLS” que permite a organização, classificação e quantificação das decisões encontradas a partir de cada uma das perguntas. Essas informações, tabuladas e cujos dados obtidos foram analisados quantitativa e qualitativamente, permitem que se olhe para a jurisprudência do TST envolvendo *terceirização*, com relevantes elementos para subsidiar o debate atual sobre o papel da Justiça do Trabalho brasileira.

O estudo dos impactos da Reforma Trabalhista: as decisões do TST e do STF

Nos itens anteriores buscou-se relatar os passos metodológicos para a investigação das decisões da Justiça do Trabalho envolvendo a *terceirização* ao longo nos anos. Neste item são abordados, especificamente, os esforços metodológicos dos últimos dois anos, sobretudo em face da reforma trabalhista de 2017, para se poder investigar seus impactos tanto nas decisões do TST quanto nas do STF sobre o tema da *terceirização*, objetivando-se, em especial, verificar se a hipótese de que o STF, distintamente do TST, teria sido a antessala da reforma, com decisões que, ao arrepio da própria Súmula

331 de 1993, revisitada em 2000, acabaram se antecipando ou, depois de 2017, legitimando a amplitude que essa forma de contratar obteve com reforma.

Essa investigação se iniciou ainda no âmbito do projeto temático “Contradições do Trabalho no Brasil Atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação”. E ao se iniciar essa pesquisa junto ao STF se pode concluir, preliminarmente, ter sido essa Corte lócus de produção de teses e argumentos jurídicos que, contrapostos às decisões do TST, foram fontes materiais para os legisladores da reforma. No caso da terceirização, por exemplo, há recursos opostos de decisões do TST julgados em sede de *Repercussão Geral* (ou seja, decisões que devem ser seguidas pelos juízes de primeiro e segundo grau) com a tese defendida pelos setores patronais da inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST, de 1993 (revisitada em 200), ao argumento de que fere o princípio constitucional da “livre iniciativa”.

Essa investigação, testada no final do projeto temático, foi feita a partir da ferramenta: das decisões do TST que levaram a discussão ao STF: os recursos extraordinários. No entanto, essa ferramenta do STF ofereceu grandes limitações por não dialogar com o TST, na medida em que os processos que chegam no STF na via do recurso extraordinário recebem outro número, diferente daquele número único (CNJ) que, na Justiça do Trabalho, o processo recebe desde seu ajuizamento no primeiro grau. Essa dificuldade não permite a investigação a partir do número do processo no TST, já que no STF ele recebe outro. Gestão dos pesquisadores junto ao STF fundamentada no necessário diálogo entre processos para viabilizar pesquisas, requerendo a compatibilização nos números, permitiu, ainda que de forma demorada, a obtenção de uma listagem desses processos que chegaram ao STF vindos do TST e seus novos números, registrando-se, inclusive, a sugestão de que haja essa compatibilidade universal dos números para facilitar o acompanhamento e proceder à comparação entre as decisões do TST e as que foram proferidas nos recursos extraordinários pelo STF.

Conforme Biavaschi (2017), ainda não se pode concluir por uma tendência quanto ao volume dos ajuizamentos e, tampouco, quanto à definição da jurisprudência trabalhista em face do tempo de vigência da “reforma” e da tramitação dos processos judiciais, muitos ainda objeto de recurso às instâncias superiores, circunstâncias que, aliadas a outras, demandam a que se continuem as investigações. Vale sublinhar que para as análises até 2019, a evolução do número de processos ajuizados antes e depois da “reforma” se valeu dos dados disponibilizados na página eletrônica do TST⁵ que consideram o período “um ano antes da reforma” (novembro/2016 a novembro/2017) e em relação aos “últimos 12 meses” apurados, ou seja, até novembro de 2019.

Para a atualização do volume das ações para 2020, como os dados obtidos vão de janeiro a abril, consideraram-se aqueles sistematizados pelo TST até novembro de 2020, adequando-se a metodologia a partir dessa fonte, tomando-se, nesse caso, o período de abril/2019 a abril/2020. Já para a atualização quanto à natureza das ações, solicitou-se à CESTP/TST que disponibilizasse os dados dos Regionais encaminhados mês a mês e os já sistematizados a partir dessa alimentação, com levantamento pela natureza dos pedidos tal como fornecido por esses órgãos, incluídas as ações distribuídas de 2016 a 2020.

Essa investigação inicial já permite evidenciar a hipótese de que, além de antessala da reforma trabalhista, o STF tem, em suas decisões majoritárias (três ou quatro votos vencidos), sido verdadeiro fiador dessa reforma e de suas alterações. Muitas das ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) ajuizadas pendem de julgamento, daí a relevância de se acompanhar seus andamentos e de outros recursos, adaptando-se a metodologia dos processos da Justiça do Trabalho, fazendo-se uso ou do número dos processos em sede de recursos extraordinários, ou das ADI's, por meio do sistema informatizado do STF, disponível na página: www.stf.jus.br. Além de se acompanhar o possível ajuizamento de outras ADI e de outros recursos que deverão

5 Disponíveis em: <http://www.tst.jus.br/web/corregedoria/estatisticas-da-justica-do-trabalho>. Acesso, julho/ 2020.

ser encaminhadas nos próximos meses. Importante atentar para os julgamentos em sede de *Repercussão Geral*, em que são construídas Teses pelo STF, cujo entendimento obriga os demais julgadores de todos os graus de jurisdição.

Procedida à primeira análise⁶, constatou-se discrepância entre a sistematização do TST (dados ainda não consolidados pelo CNJ, o que é feito no final de cada ano em relação ao anterior) e as tabelas alimentadas pelos Regionais (ainda não sistematizadas) em relação ao quantitativo dos temas, cujas classificações são feitas por códigos. Lançaram-se algumas hipóteses para tais discrepâncias, sobretudo quanto à forma de captação⁷. Solicitou-se ao CESTP/TST informações sobre os critérios para certos agrupamentos, questionando-se sobre a razão das discrepâncias.⁸ Em resposta, vieram as seguintes explicações: (i) a data da apuração dos dados reflete nos resultados, pois, em regra, os dados são atualizados no E-Gestão no dia 1º de março do ano seguinte ao do exercício e, então, disponibilizados na página eletrônica; (ii) pode ocorrer correções nos cadastros dos assuntos a qualquer momento, mas não ocorre a alteração na página eletrônica, após o dia 1º de março; e, (iii) a base de dados gerada para a pesquisa, ou seja, os lançamentos dos Regionais, foi extraída com correções, sendo mais atualizada. Como persistiam dúvidas quanto às discrepâncias entre os números dos tipos prevalentes das ações, optou-se, quanto a esse aspecto, pelos dados dos Regionais já que, para nós, foram atualizados pelo TST.

6 Tanto dos dispostos nas planilhas pelo TST quanto os alimentados mês a mês pelos Regionais.

7 O objeto da ação é informado pelo autor (em regra, o advogado) quando a propõe, via sistema eletrônico, PJE, que relaciona os itens dos pedidos a serem assinalados a partir dos temas dispostos na Tabela Processual Unificada do CNJ que inclui complementos específicos para a Justiça do Trabalho. Daí são estruturadas as planilhas encaminhadas ao TST que sistematiza os dados, procedendo a certos agrupamentos. Ver: <http://www.tst.jus.br/documents/24638414/24674155/Tabela+Processual+Unificada+de+Assuntos+com+Acrescimos+da+Justica+do+Trabalho+%28versao+21-01-2013%29.pdf/88982e41-cf20-76cb-4475-4d2ab5a5973b?t=1538165371356>.

8 Exemplificou-se com ações sobre “rescisórias”, solicitando o parâmetro para agrupar assuntos nos níveis.

Assim, decidiu-se: usar os dados consolidados pelo CNJ (até 2018, inclusive) e os disponibilizados pelo TST de 2019 e, para a atualização de janeiro a abril de 2020, os sistematizados pelo TST até abril de 2020 quanto ao número das ações propostas (aqui não havia discrepância). Já para as mais recorrentes (objeto ou natureza), optou-se pelos dados dos Regionais, encaminhados pela CESTP/TST já atualizados, portanto mais completos. Trata-se de atualização provisória, devendo-se, no início de 2021, acionar aqueles tabulados pelo TST (que serão encaminhados ao CNJ para consolidação) para, com mais segurança, se proceder à atualização de todo ano de 2020, comparando-se com os dados anteriores colhidos até 2019.

Importante assinalar que mesmo antes da “reforma” grande parte das ações buscava o pagamento das chamadas “parcelas rescisórias” que, segundo metodologia que se adota, incluem: aviso prévio, diferenças salariais (saldo de salário), férias proporcionais,⁹ 13º salário proporcional, FGTS e correlatos (recolhimento e adicional de 40%), multas dos artigos 477 e 467 da CLT e baixa/saída na carteira de trabalho. Ainda, segundo ranking dos pedidos mais recorrentes elaborado pelo TST, aparecem com algum destaque o adicional de horas extras¹⁰ e as horas extras não pagas. Mas o que se salienta, desde logo, é que os dados evidenciam alteração substantiva no papel da Justiça do Trabalho. Esta, de uma Justiça Especializada, criada na Constituição de 1934 (tendo como embrião as Juntas de Conciliação e Julgamento de 1932¹¹) para concretizar um direito novo, social, constituído por normas de ordem pública inafastáveis pela vontade das partes e, não sem resistências (BIAVASCHI, 2007), regulamentada por decreto lei de 1939, instalada em 1941 e integrante do Poder

9 Aquelas férias cujo período aquisitivo não foi completado, proporcionais aos meses trabalhados computado o período do aviso prévio, sendo devidas nas despedidas, por exemplo.

10 Adicional de no mínimo 50% sobre o valor da hora normal, pago para as horas trabalhadas que excedam a jornada de trabalho diária, semanal ou mensal. Há pedidos, por vezes, apenas do adicional. No caso das tabelas do TST, as horas extras envolvem pedidos de horas extras cheias e não somente do adicional incidente.

11 Decreto 22.132, de 25/11/1932. Juntas paritárias e de natureza administrativa. Consultar BIAVASCHI, 2005.

Judiciário em 1946, tem passado à condição de lócus prevalente de “homologação” de despedidas, atribuição retirada dos sindicatos, ou de acordos extrajudiciais, em regra redutores de direitos.

Os dados também mostram que a alardeada “segurança jurídica”, na realidade dirigia-se aos empregadores para poderem descumprir a tela mínima de proteção ao trabalho, trazendo mais insegurança aos trabalhadores, agora onerados com obstáculos ao ajuizamento das ações, como se abordará. E conquanto algumas dessas alterações estejam sendo questionadas perante o STF, em Ação Direta de Inconstitucionalidade¹² (exemplo, ADI nº 5766, com o relator), já provocaram seus efeitos, sendo abrupta a redução dos ajuizamentos a partir de novembro de 2017.

Considerações finais

As investigações sobre as decisões da Justiça do Trabalho e do poder judiciário como um todo se ampliam nos últimos anos. Por outro lado, também amplia-se a preocupação de alguns Tribunais com o tema da preservação e da disponibilização de seus acervos para pesquisa. São já diversos os que contam com Memoriais ou Arquivos voltados para a pesquisa acadêmica. A disponibilização dos acervos por meio de sistemas informatizados também colabora com a ampliação de uma cultura de análise das decisões do Poder Judiciário, os fundamentos usados, seus significados e, inclusive, sobre o seu papel na judicialização dos conflitos.

A metodologia aqui explicitada, que se tem utilizado nas pesquisas, e suas adaptações necessárias a partir das dificuldades que vão aparecendo, têm contribuído para que mais bem se compreenda o próprio Poder Judiciário e se o perceba não como um bloco monolítico, mas, sim, participando das tensões, dos conflitos sociais que se refletem, ainda que não e forma imediata (há mediações), no papel que essa instituição tem desempenhado, reproduzindo

12 Trata-se de ação competência exclusiva do STF que, no controle direto da constitucionalidade, examina a constitucionalidade ou não da lei, artigo de lei, ou ato normativo impugnado, podendo retirá-lo do ordenamento. Já o controle difuso se dá pelo Juiz no caso concreto, deixando de aplicar uma lei ou dispositivo por inconstitucional.

a condensação material de forças presentes na sociedade. Daí as diferentes soluções dadas às demandas judiciais nos diversos graus de jurisdição que as pesquisas evidenciam. Nesse sentido, mesmo com decisões muitas vezes divergentes, o TST tem se mostrado resistente ao fenômeno da flexibilização da legislação trabalhista, principalmente às “inovações” introduzidas pela reforma trabalhista. Já o STF tem representado o contrário, não apenas tendo atuado como antessala da reforma trabalhista, mas consolidando-a ou ampliando seu alcance.

As metodologias apresentadas no presente artigo não tiveram a intensão de apontar um único caminho para analisar as decisões judiciais, mas dar um norte aos investigadores ainda não familiarizados com a dinâmica judicial e com os acervos do TST e do STF. Ainda há um grande caminho a ser percorrido, para que possamos compreender as opções e as respostas das instituições, aos temas relacionados a importância da existência de uma legislação social que permita o estabelecimento de padrões mínimos civilizatórios nas relações nos mundos do trabalho, apresentamos alguns caminhos, mas certamente não são os únicos.

Referências Bibliográficas

BIAVASCHI, Magda B. A “reforma” trabalhista e as instituições públicas do trabalho: Impactos na judicialização dos conflitos In: Marcelo Manzano; Patricia Lemos; Marilane Teixeira; José Dari Krein. (Org.). **Trabalho após a reforma trabalhista de 2017** Vol.1. 2021, Campinas, Digitado.

BIAVASCHI, Magda B.; BALTAR, Paulo de A. **A Terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais**. Campinas: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2010. Disponíveis em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/textos>.

BIAVASCHI, Magda B.; BALTAR, Paulo de A. **A Terceirização e a Justiça do Trabalho**. Campinas: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2009. Disponíveis em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/texto>.

BIAVASCHI, Magda. **A Terceirização e a Justiça do Trabalho**. FAPESP, UNICAMP, Campinas, 2007.

BIAVASCHI, Magda B. **O direito do trabalho no Brasil** – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2005.

Necessidade de segurança: a normalização da emergência

Fabício de Oliveira Farias¹

Estado de emergência e Regime Militar

“Estado de emergência” viria a ser de fato institucionalizado apenas em 1978, quatorze anos após a tomada de poder pelos militares em 1964, como um movimento em direção à dissolução do regime. O movimento inicial, isto dito por alguns de seus componentes em documentos e entrevistas a que hoje em dia se tem acesso, e também pela interpretação de alguns historiadores, teria por objetivo a manutenção da ordem institucional para a então recondução do poder a um governo civil. Sabe-se que não foi o que aconteceu. Abordaremos aqui outro aspecto da expressão “estado de emergência”, primeiramente deixando claro à qual faceta de “emergência” nos referimos.

Os anos que se seguiram ao estado novo de Vargas deixariam um legado que seria captado pelas elites e pelos grupos militares que tornaram o movimento de 1964 possível. Mas, não é o objetivo discutir esse legado aqui, apenas foi citado por ser um dos fatores que levaram aos acontecimentos futuros os quais analisaremos neste artigo. O movimento de 1964, contrarrevolucionário, segundo os críticos revisionistas da História do Brasil, deixou também um legado,

1 UFPel – Mestrando em História – PPGH – fabricio.o.farias@gmail.com

e este sim, parece importante de ser abordado, uma vez que pode ser percebido na sociedade atual.

Neste sentido, e resgatando esse legado, emergência, para alguns grupos militares e para parte da sociedade civil no período pré-1964 significava o medo de uma possível tomada de poder comunista no Brasil a partir do presidente João Goulart, que pressionava pelas chamadas “Reformas de Base”, utilizando para isso medidas que passavam longe de golpismo, mas que poderiam ser interpretadas como “pressões indevidas” (FICO, 2017). Então, esse medo pode ser traduzido como um rompante revolucionário – às avessas, por assim dizer. Revolucionário no sentido de luta contra a ordem vigente, mas ao mesmo tempo golpista, uma vez que subvertia a ordem institucional do país, depondo um presidente legitimamente eleito. Com o apoio de parte da sociedade civil, militares tomam o poder, no intuito mencionado antes, de restaurar a ordem e devolver o poder ao povo, ainda agindo com caráter arbitral-tutelar. Isto, respaldados no medo da população de uma ameaça comunista, da emergência de um inimigo que prepara um ataque iminente.

As elites do país e intelectuais (até certo ponto “comprados”)² suscitavam opiniões de que havia realmente uma ameaça, apesar de muitas das vezes não deixarem claro do que se tratava. Nos bastidores, a causa era uma e, ainda segundo Carlos Fico, reiterada por potências ocidentais, como os Estados Unidos: os comunistas planejavam tomar o poder no Brasil. A emergência, então, era a ameaça de um inimigo invisível que poderia ser o seu vizinho, seu colega de trabalho, sua esposa ou marido, seu filho, enfim, qualquer pessoa, e contra isso, deveriam ser tomadas medidas drásticas e imediatas de contenção, para que o Estado brasileiro não fosse aparelhado por indivíduos subversivos à ética, moral e costumes do povo. Para que

2 Carlos Fico discorre em um de seus escritos sobre a sugestão do embaixador estadunidense Lincoln Gordon ao secretário de Estado Dean Rusk para que plantasse notícias falsas na imprensa sobre o golpismo de João Goulart, o que aconteceu através de um artigo publicado por Alfred Stepan na revista *The Economist*. Esse caso leva a pensar em quantos outros como esse ocorreram e ainda não temos conhecimento.

as instituições não fossem jogadas em uma espiral descendente que atacava a soberania nacional.

Necessidade de segurança

A emergência, então, suscita uma necessidade de segurança, em sentido amplo do termo. Segurança institucional, territorial, ética, moral (e estes dois últimos dignos de nota no caso do período da Ditadura Civil-Militar, que criou um órgão específico voltado à censura – a DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas), segurança que visava a ordem, ou a alteração do *status quo* das elites e grupos interessados. O exemplo da ditadura, com a qual se inicia esta análise, é um caso, mas essa noção pode ser expandida.

A necessidade de segurança, advinda da emergência, levou à instauração do regime militar, porém em tempos mais atuais, como por exemplo, 2016, um outro tipo de emergência viria à tona, o que nos levou ao antipetismo que traria a deposição da presidente Dilma Rousseff. Porém, e aqui reafirma-se a questão do legado citada anteriormente, mais uma vez temos a questão do inimigo invisível emergindo. Talvez não em 2016 especificamente, não temos evidências dessa datação, mas é certo, e notório, que pouco antes, durante e principalmente após este ano, começou-se novamente a falar em uma ameaça comunista no Brasil. Vociferada principalmente, muitas das vezes, por pessoas que não conseguem explicar o que é comunismo, ou não decidiram se o comunismo não deu certo em lugar algum, ou se domina o mundo inteiro. Essa última parte pode ser verificada em ampla escala durante a pandemia do COVID-19, bastando checar as redes sociais, ou o acervo de jornais como a Folha de São Paulo, o El País Brasil ou a BBC Brasil. Este, porém, não é um fenômeno nacional apenas, na consulta aos acervos mencionados é possível verificar o mesmo caso ocorrendo em diversos outros países pelo mundo.

Segundo Michel Foucault, no curso de 1978, *Segurança, território, população*: “a defesa da sociedade está ligada à guerra pelo fato de ser pensada, no fim do século XIX, como uma ‘guerra interna’, contra os perigos que nascem do próprio corpo social” (FOUCAULT,

2008, p. 513-514). Porém, com o tempo, através do dispositivo de segurança, para continuar a utilizar termos foucaultianos, as instituições perceberam que poderiam criar os perigos dentro do corpo social para fazê-lo reagir de acordo. Poderiam criar a emergência puxando as cordas certas da marionete social, justificando assim os aparatos de segurança que se seguiriam. Através dos dispositivos de controle, o corpo social pode ser levado a aceitar ou rechaçar determinado fato, informação ou comportamento. Em muito, isso se dá através da subjetividade, como algo que ocorre fora do corpo e em direção a ele. As opiniões, predileções, identificações e posições dentro da sociedade, que os indivíduos pensam ser suas, foram, em muitos casos, implantadas pela sociedade a partir desses dispositivos, fazendo com que os indivíduos em sociedade ajam de acordo com o que é esperado pelas grandes instituições para que sejam membros produtivos dentro do sistema. De acordo com Foucault:

Parece-me que nesta análise das tecnologias de si, que vocês talvez tenham achado um pouco emperrada e lenta, mesmo assim podemos detectar um momento historicamente importante nessa história que seria a história da subjetividade - subjetividade entendida como o conjunto de processos de subjetivação aos quais os indivíduos foram submetidos ou que aplicaram com relação a si mesmos (FOUCAULT, 2016, p. 255).

Em última instância, por meio de normas externas, o indivíduo conduz o modo como irá pensar a si próprio. Partindo do acima exposto, é possível refletir sobre como o que entendemos a uma primeira vista como subjetividade está longe de ser uma verdadeira relação com nós mesmos. As instituições adaptam o nosso interior conforme influências midiáticas e sociais pela ausência (seja de tempo ou interesse) de um conhecimento de si. As mudanças de comportamento, pensar, vestir, comer, tornam-se intercambiáveis, bastando apenas um mudar dos ventos proposto pelas instituições para que todo o nosso interior se adapte por completo a um novo dogma social.

A velocidade do tempo na sociedade capitalista prejudica qualquer possibilidade de pensar subjetivo que parta apenas do

indivíduo e a contribuição de movimentos de pensamento e conduta que se apresentam como corretos crescem a cada dia, fazendo do sujeito um barco à deriva. O ponto onde culmina toda essa avalanche de subjetivação é o corpo, é por meio dele que o Estado consegue o acesso direto ao indivíduo, e será sobre ele que serão feitos investimentos com vistas a se obter o que se considera necessário à manutenção do bom andamento e produtividade em dada sociedade. Na obra *O corpo Utópico e suas Heterotopias*, Foucault afirma:

Meu corpo está, de fato, sempre em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo. Pois, é em torno dele que as coisas estão dispostas, é em relação a ele - e em relação a ele como em relação a um soberano - que há um acima, um abaixo, uma direita, uma esquerda, um diante, um atrás, um próximo, um longínquo. O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos (FOUCAULT, 2013, p. 14).

Sendo assim, considerando o que foi exposto até aqui, percebe-se que é possível tornar inerente aos indivíduos em sociedade quaisquer que sejam os desejos das grandes instituições. Não podemos esquecer que quando se fala em grandes instituições – sejam elas de Estado, midiáticas ou privadas – estamos falando também dos interesses de grupos de indivíduos que tem um objetivo comum, geralmente grupos pertencentes a uma determinada elite. Então, a necessidade de segurança pode ser criada dentro de uma sociedade quando se afeta subjetivamente os indivíduos que a compõe, fazendo com que os mesmos considerem suas as ideias que foram, na verdade, impostas sutilmente a partir dos interesses desses grandes grupos, sem que esses mesmos indivíduos percebam esse movimento.

Doutrina de Segurança Nacional

Segundo o pesquisador Nilson Borges, a Doutrina de Segurança Nacional é originária dos Estados Unidos, criada no contexto da guerra fria. Ela “[...] fornece intrinsecamente a estrutura necessária para a instalação e à manutenção de um estado forte ou de uma determinada ordem social” (BORGES, 2003, p. 24). Tal doutrina surge no Brasil anteriormente ao Regime Militar, em fins da década de 1940, mas daria a tônica, pode-se dizer, do regime militar. É algo que podemos ainda hoje perceber atuando na sociedade, de forma análoga ao que foi exposto a respeito da subjetividade na seção anterior. Segundo Gilberto Calil:

A DSN é marcada pela teoria da bipolaridade, que impõe um antagonismo irreconciliável entre o “mundo ocidental, cristão e capitalista” e o “mundo oriental, ateu e comunista”, não abrindo a possibilidade de qualquer posição que não a adesão absoluta e incondicional ao primeiro campo, e com base nesta divisão propõe uma guerra total, tornando legítimos todos os meios e formas de violência contra os que não se enquadram incondicionalmente (CALIL, 2020, p. 122).

De acordo com a análise de Borges, a DSN consiste em uma base ideológica através da qual se trataria a questão da segurança nacional. Ela exige um patriotismo exacerbado, que coloca os objetivos da nação a frente de quaisquer outros e a utilização de quaisquer meios para combater o inimigo interno. O Estado alinhado com a doutrina muitas vezes utiliza métodos de guerra psicológica para isolar indivíduos e grupos subversivos, provocando medo e incentivando a desunião e a delação, o que fortalece ao mesmo tempo que justifica a sua existência. Práticas de terror de Estadocriam um tipo de emergência que unifica a nação a partir da desunião e a faz ir de encontro a um dos preceitos fundamentais da DSN, o dos objetivos nacionais. A partir dessas práticas, grupos civis, doutrinados, acreditarão piamente que existe um inimigo que deve ser combatido e que ele pode estar em qualquer lugar ou estar encarnado em qualquer pessoa. Outros grupos viverão com medo de serem taxados como subversivos e terem suas vidas interrompidas e por isso não tomarão ações contra o governo. Mesmo

dentre os militares havia essa dualidade nos anos de governo de exceção, ninguém queria se tornar um inimigo da pátria, muitas das vezes não por patriotismo, mas pelo medo das consequências que isso acarretava.

Assim, não há como escapar do dispositivo de segurança, uma vez que se está inserido na sociedade, se está inserido em todo o contexto com que o alto escalão e as instituições agem. Muitas das vezes, através de movimentos sutis perpetrados por estes agentes, o corpo social muda de direção como o vento, sem perceber o que motivou essa mudança e acreditando que ela partiu dos seus próprios anseios. Ainda segundo Calil:

Atualmente, não é exagero afirmar que a Doutrina de Segurança Nacional permanece como base ideológica compartilhada pela imensa maioria dos integrantes do aparato repressivo em suas distintas corporações. No período recente, foi revigorada e atualizada nos termos da Doutrina de Garantia de Lei e Ordem (GLO), que mantém os elementos centrais da DSN e os fortalece com novas justificativas (CALIL, 2020, p. 124).

Ou seja, o peso da lei faz com que os indivíduos em sociedade policiem uns aos outros em face da emergência da segurança coletiva, de ordem institucional ou não, pois tudo aquilo que tem a ver com segurança nacional, tem a ver com segurança individual, em certa medida. A Doutrina de Segurança Nacional é, basicamente, a manifestação institucionalizada da subjetificação necessária à criação da necessidade de segurança. Ela dá as bases para o que é considerado ou não uma emergência de segurança dentro da sociedade. A partir disto, as grandes instituições darão o tom para as ações dos dispositivos de segurança, que garantirão a ordem dentro do corpo social, que, por sua vez, agirá de acordo.

Normalização da emergência, ou do estado de emergência

Tendo em vista as proposições anteriores, percebe-se que construir a emergência tem feito parte da ordem institucional brasileira como meio de controle das massas e em prol de objetivos de grupos variados. Mais recentemente, a partir de 2018, vemos um

movimento semelhante ao de 1964, inclusive com reencenações da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, agora com o *rebranding*³ “Marcha para Jesus”. Porém, desde antes de 2016, com a gênese do antipetismo, temos o crescimento da emergência que culmina na necessidade de segurança. O que a partir de 2017 terá uma figura autoritária encarnada, que irá vociferar essa emergência e oferecer um discurso que apela à essa necessidade de segurança e une grande parte dos indivíduos através do medo, agora convertido em combatividade. Análogo aos objetivos da DSN.

Assim, a emergência está normalizada em nossa sociedade, no sentido de que já não é absurdo que exista um inimigo invisível – isto é tomado como verdade – e no sentido de que, no dever de governar, táticas de imposição do medo se tornaram corriqueiras. Não é absurdo que o discurso de que o comunismo não deu certo em parte alguma do mundo – mesmo que a China seja uma das principais potências mundiais – seja seguido do discurso de que ele domina o mundo inteiro. Os antagonismos discursivos que partem das elites governistas – diga-se, nos tempos atuais, militares (ou militarizadas) – servem um propósito, elas precisam do medo gerado através desses discursos para performar suas manobras governamentais. A veiculação de notícias falsas é usada em larga escala para este fim. Nos dias atuais, com a velocidade da informação proporcionada pela internet, tais notícias são desmentidas rapidamente, mas pouco importa, pois a informação já foi veiculada e o estrago já foi feito, e isto basta. Notícias falsas criam o fantasma da dúvida, que leva a acreditar em outros tipos de fantasmas, como o do comunismo que ronda as nações. E este deve ser exorcizado.

O estado de emergência não é apenas uma medida de Estado, análoga ao estado de sítio, é algo que se tornou comum ao governo, que se tornou o “normal” dentro da sociedade contemporânea. Os usos que se faz dessa emergência ditam as políticas que teremos, e os políticos que teremos, dando margem à construção da oposição pelo opositor. Essa oposição consentida foi utilizada durante o período

3 Termo utilizado em estratégias de marketing que significa “ressignificação”.

da Ditadura Civil-Militar, onde o Arena tinha como único opositor o MDB, porém, ambos eram partidos compostos por alas militares. Ideias e concepções diferentes, mas com o poder centralizado no mesmo grupo. Atualmente há uma multiplicidade de partidos com diversos vieses ideológicos, mas essa questão nunca deixou de estar presente na política. Aquele que governa tem o poder de consentir a oposição, ou de cerceá-la. A diferença está em apenas uma questão: o governo vigente é aberto ao diálogo?

Referências

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs) **O Brasil Republicano**. vol. 4. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. Capítulo 2, p. 15-91.

CALIL, Gilberto Grassi. A democracia brasileira sob ataque: considerações sobre as perspectivas de fechamento político no Brasil atual. In: **Coleção história do tempo presente: volume II** / Organizadores: Tiago Siqueira Reis et al. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico e suas heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

Conceituando a propriedade privada sob o olhar de John Locke, Adam Smith e Karl Marx

Bruna dos Santos¹

A teoria da Propriedade Privada será abordada neste excerto pela visão de três filósofos: John Locke, Adam Smith e Karl Marx, que exploraram e idealizaram o conceito na história moderna junto com outros grandes nomes. Deixamos bem claro, sede o início que nos focamos nesses três estudiosos, e somente neles. Esses teóricos se expressaram em momentos de grande mudança na produção e economia que a Europa vinha vivenciando, nota-se que nesse período o mercantilismo e o feudalismo se distanciam da realidade e o capitalismo começa a tomar forma. Um grande marco que teria dado início a essas mudanças foi a Revolução Inglesa (1640-1660), qual foi comparada com a Revolução Francesa (1789) por Christopher Hill (1981). Segundo Hill (1981) teria sido um movimento social que ajudou no livre desenvolvimento do capitalismo. No contexto desse período o derramamento de sangue e a violência se tornaram incidentes comuns que vinham apoiados pela prática do continente de resolver disputas políticas por meio de lutas entre os grupos sociais. Quando o capitalismo emerge, surge juntamente com ele um grupo de grandes

1 Mestranda, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, bstruna@gmail.com- <http://lattes.cnpq.br/6373806621368827> - CAPES.

proprietários de terras que se sobressaem economicamente de quem trabalha na terra em si. Ora, Hill analisa essa situação juntamente com o movimento social, como ele mesmo julga e diz que, para esses grandes proprietários não importam os problemas morais,

Tudo fariam para os seus rendimentos corresponderem à subida de preços das mercadorias que tinham que comprar. Eram capazes de expulsar os foreiros impossibilitados de pagar as novas rendas, e cujas terras, talvez, impediam a consolidação de uma vasta propriedade destinada à criação lucrativa e em grande escala de gado. (HILL, 1981, p. 30)

Houve o surgimento do agricultor capitalista, que poderia ser qualquer um que tivesse prosperado nos últimos tempos, já que a aquisição de propriedades seria um investimento seguro para seus lucros e, ao mesmo tempo, garantiria status social, Hill prossegue dizendo que “eram os grandes proprietários de terras que controlavam o governo local” (HILL, 1981, p. 31). Dava conta de ser um costume aristocrático de representação em que somente um grupo se mantinha no poder, ao eleger uns aos outros para o comando no Parlamento.

Outra importante informação que Christopher Hill nos traz é a de que, pequenos proprietários rurais ampliaram e apossaram de faixas de terras que se encontravam dispersas “convertendo em terra arável e não demarcada em pastagens ou aumentando sua produção de cereais, frutas ou vegetais” (HILL, 1981, p. 31). Algo semelhante ocorreu no Brasil com a Lei de Terras de 1850. Entendemos que o crescimento destes proprietários permitiu que eles transformassem suas terras em arrendamentos e, alugando-as por períodos curtos, expulsassem os foreiros incapazes de pagar pelas novas rendas econômicas. Foi nesse processo de arrendamento que os proprietários de terras passaram a enriquecer tanto quanto as outras classes como os comerciantes e industriais das cidades, sendo essa ascensão acompanhada de uma posição predominante em alguns lugares na Inglaterra, como no sul e leste. Nesse sentido, Hill conclui dizendo que “esta classe constitui a base da famosa nobreza rural que havia de governar a Inglaterra durante os três séculos seguintes”(HILL, 1981, p. 31-32).

Como todos os processos históricos que envolvem mudanças, a Revolução Inglesa trouxe uma série de transformações que incluem lutas para subir de status e pertencer a uma nova classe social, como também depressão para aqueles pequenos agricultores que viram no cercamento das terras o fim de suas pequenas rendas, juntamente com a chegada de impostos que passaram a ser cobrados. Ele diz que “muitos lavradores, cujas pequenas propriedades impediam os agricultores de levar a cabo a consolidação de vastas herdades destinadas à criação de carneiros eram brutalmente expropriados”(HILL, 1981, p. 35). Bem como “o Estado é sempre um instrumento de coerção nas mãos da classe dominante, e os proprietários de terras dominavam a Inglaterra do século XVI” (HILL, 1981, p. 36). Esses trechos deixam claro que havia uma classe dominante, que aliada ao Estado ou vice-versa, capitalizava e enriquecia, apropriando-se de terras vazias ou expulsando os mais fracos que nela se encontravam.

Como consequência, os pequenos proprietários expropriados foram levados a trabalhar para os grandes proprietários por salários baixos, tornando-se empregados ou migrantes para os meios urbanos. Tornou-se uma situação de miserabilidade destas famílias, causando grandes impactos sobre eles que antes viviam de suas plantações de subsistência. Sobre isso Hill cita Marx que diz em “O Capital”:

Os pais da atual classe trabalhadora, foram castigados pela sua transformação forçada em vagabundos e indigentes. A legislação tratava-os como criminosos “voluntários”. Outros tornaram-se trabalhadores agrícolas nas vastas propriedades. Outros, ainda, constituíam uma útil oferta de mão de obra barata para as indústrias em expansão. Nenhum destes grupos possuía terras que os mantivessem na independência num ano ruim, ou quando os patrões ficavam arruinados. Estavam a caminho de se tornar proletários, nada mais tendo para oferecer no mercado senão o seu trabalho, ficando à mercê de todas as flutuações e da insegurança do capitalismo. (HILL, 1981, p. 37)

Podemos, com isso, entrar num debate mais restrito que questiona se de fato o que causa essas desigualdades sociais, que se iniciam no âmbito rural e se estendem até meios urbanos, seria a consolidação da propriedade privada. Ela então alteraria a forma de

aquisição de lucro de um patamar mercantilista para a chegada do capitalismo. Trazendo, assim, não só uma mudança econômica, mas também política, social e principalmente ideológica, já que no campo das ideias teremos o Liberalismo que surge no século XVI. Esse contexto faz parte de um período em que essas mudanças se espalham por toda a Europa, fazendo avançar pelas colônias da América, África e Ásia. Como esse trabalho refere-se à Propriedade Privada, iremos discutir a dialética de Marx e sua refutação aos pensamentos de John Locke e Adam Smith.

As ideias esquerdistas de Karl Marx impediram o prosseguimento de sua carreira como professor universitário, assim como tantos outros. No entanto, em 1842, Marx, juntamente com Bruno Bauer (um filósofo, teólogo e historiador alemão) colaboraram para a criação da “Gazeta Renana”, fundada pelos burgueses radicais e os hegelianos de esquerda, que mais tarde veio a trazer a Marx o título de redator chefe. Tudo parecia bem, até que o governo passou a censurar o jornal por conta de sua tendência democrática e revolucionária, e ordenou sua suspensão completa a partir de 1 de janeiro de 1843. Nesse mesmo ano, Marx viaja a Paris para editar uma revista radical em colaboração com Arnold Ruge, porém só o primeiro fascículo apareceu, sendo também suspensa por conta da dificuldade de entrar na Alemanha. Em 1844 Karl Marx fez amizade com o teórico alemão Friedrich Engels e, em 1845 ele foi expulso de Paris como “revolucionário perigoso” a pedido do governo prussiano, indo morar em Bruxelas.

A afiliação de Engels e Marx na sociedade secreta de propaganda, a “Liga dos Comunistas”, aconteceu em 1847 e foi então que escreveram o “Manifesto do Partido Comunista”. Obra essa que devido a seu impacto causado tornou-se grande fonte de inspiração para os movimentos revolucionários que varreram o século XX. É preciso dizer que a época vivida por Marx foi de profunda agitação social e política, marcadas por movimentos liberais e nacionais que sacudiam a Europa, pois tendo iniciado na França, foram propagados para a Bélgica, Polónia, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha. Após passar novamente por Paris e ser expulso em 1849, o movimento de

contra revolução levou Marx ao tribunal e foi expulso da Alemanha, apesar de ter sido absolvido, e viveu em Londres até o fim de seus dias.

Karl Marx se destacou de tantos outros com seus manuscritos e manifestos que é quase impossível tratar de qualquer assunto relacionado à economia e não o citar, seja concordando ou refutando seus pensamentos. Para criticar Marx é preciso fazer uma profunda leitura tanto de seus escritos como de seus antecessores, como Hegel, Smith e até Locke, já que são seus interlocutores do ponto de vista filosófico.

Segundo Maurice Dobb,

Considera-se habitualmente que o interesse de Marx pelos problemas econômicos (enquanto distintos dos filosóficos e dos historiográficos) teve início com a investigação sobre as condições dos camponeses da Mosela, à qual ele se dedicou entre 1840 e 1843, quando dirigia a 'Rheinische Zeitung'. Um estudo sério das obras dos economistas – em particular, Smith, Ricardo, James Mill, McCulloch e Say – começou seguramente no período da estadia em Paris, depois da transferência de Marx para a capital francesa, ocorrida em 1843; um estudo que prosseguiu mais intensamente no longo exílio londrino, uma vez concluídos os episódios revolucionários de 1848. (DOBB, 1983, p. 127)

A propriedade privada é um dos temas que Karl Marx escreveu suas críticas, dialogando e refutando algumas ideias de Adam Smith. Ao estudar essas críticas podemos entender a profundidade filosófica que permeia o século XIX na Europa e que seria muito debatida nos séculos que se seguiram. Em seu "Manuscritos Econômicos", por exemplo, de 1844, Marx traz uma discussão a respeito da Propriedade Privada onde cita Smith e sua crítica aos fisiocratas e ao mercantilismo, refutando as ideias do então economista. Para Marx, já no modo capitalista, a terra passa a ser "para o homem mediante o trabalho, mediante a agricultura", ou seja, "a essência subjetiva da riqueza transfere-se, portanto, para o trabalho. Ao mesmo tempo, contudo, a agricultura é o único trabalho produtivo" (MARX, 1974, p. 10).

Smith reconhece o trabalho como princípio e o trabalho é da pessoa, do sujeito, que passa a ser uma propriedade privada,

assim a propriedade não é mais um estado exterior ao homem. Mais especificamente, o homem, sua autonomia e sua essência são transferidas para a propriedade privada. Nesse caso, a renda da terra seria então a junção entre a propriedade privada e a fonte da riqueza, sendo a riqueza o trabalho que é do sujeito. Já para Marx a primeira forma de propriedade privada seria a propriedade fundiária² e se iguala ao trabalho que primeiro aparece como trabalho agrícola e passa a ser reconhecido posteriormente como trabalho geral, se incorporando a ideia de produto, mercadoria e lucro. Também o comunismo é a expressão positiva da propriedade privada superada, sendo em primeiro lugar a propriedade privada geral. A posse física, para Marx, é a finalidade única da vida a qual o trabalhador se determina sendo seu modo de existência. Dialoga com Smith ao entender que a motivação do homem para o trabalho será a propriedade e o consequente lucro dela. Inclusive ele cita o próprio matrimônio como forma de propriedade privada, já que a mulher seria, então, objeto de posse, e sua função como procriadora para obter mais mão de obra através dos filhos que gerasse.

A inveja geral e constituída em poder não é senão a forma oculta em que a cobiça se estabelece e simplesmente, se satisfaz de outra maneira. O pensamento de toda propriedade privada enquanto tal volta-se, pelo menos, contra a propriedade privada mais rica como inveja e desejo de nivelção de maneira que estes constituem até a essência da concorrência. (MARX, 1974, p. 13)

Pierre Clastres, importante antropólogo e etnógrafo, escreveu em 1977, *Sociedade Contra o Estado*, um livro que fala sobre a existência da alienação do trabalho na criação do Estado e na obrigação de se trabalhar compulsivamente para satisfação das classes dominantes que o Estado proporciona o privilégio da dominação.

Segundo Marx,

2 As terras que são preferidas para apropriação, são as que estão “próximos a centros de consumo e circundando os meus de comunicação”. E que por conta disso, é necessário expandir esse território, e começa-se a usar as terras mais distantes e de menor fertilidade. Isso exige maior investimento e capital. (LINHARES; SILVA, 1999, p 22);

Esta propriedade privada material imediatamente sensível, é a expressão material e sensível da vida humana alienada. [...]

A superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a separação positiva de toda alienação, isto é, o retorno do homem da religião, da família do Estado etc., ao seu modo de existência humana, isto é, social. (MARX, 1974, p. 15)

O capitalismo, assim constituído, acaba impondo que tenhamos uma sociedade de trabalhadores que vivam e se preparem para que seja esse o objetivo de suas vidas, deixando de lado o caráter social, gozo e satisfação humana. Se olharmos a fundo nossa sociedade atual, vamos perceber que o individualismo está acima de tudo, objetificando o ser humano, menosprezando a coletividade e fazendo dos trabalhadores seres egoístas e concorrentes uns dos outros e até de si mesmos, já que nunca estão satisfeitos, totalmente, com seu desempenho. Sobre isso Marx diz, “A coletividade é apenas uma coletividade do trabalho, e de igualdade do salário, que o capital coletivo, a coletividade como capitalista geral, paga” (MARX, 1974, p. 13). Deixamos de olhar a coletividade como uma união de classe e uma forma de ajuda coletiva e passamos a individualidade humana. O homem passa a considerar o prazer como algo errado ou indigno por se tratar de algo que vai além do caráter material e da produtividade geradora de lucro. Contrariamente, para Marx o caráter social deveria ser o objeto, o movimento, já que “a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele” (MARX, 1974, p. 15).

A divisão do trabalho, proposta por Adam Smith, só limita ainda mais essa possibilidade de o homem gozar do caráter social. Esse método beneficia apenas os grandes proprietários através do aumento da produtividade. Toda essa divisão do trabalho acaba por gerar a concorrência, que consome tempo dos trabalhadores para satisfazer os patrões e agradá-los, esquecendo assim de gozar a vida social que merecem. Para Marx, o homem não é um bem que possa receber um preço determinado.

Nesta sociedade de livre concorrência, cada indivíduo aparece desligado dos laços naturais etc., que, em épocas históricas anteriores, faziam dele parte integrante de um conglomerado humano determinado e circunscrito. (MARX, s.d., n.p.)

Marx discorda totalmente da ideia de Smith que afirma que o homem do século XVIII é um produto da natureza, pronto, como algo natural. Não leva em consideração as várias transformações que a sociedade humana teve que passar para chegar àquele modelo capitalista dos tempos de Smith.

E, afinal de contas, do que se trata o caráter social? Se Marx afirma que a própria sociedade produz o homem e ela é produzida por ele, então a atividade e o gozo são sociais e a essência do ser humano existe para contemplar o homem social, já que é como ele se vincula com o outro. Quando olhamos para a sociedade do século XIX, a qual está sendo analisada neste trabalho sob o ponto de vista da propriedade privada e da economia política, podemos complementar suas especificidades dentro do que Marx nos disse quando se refere ao indivíduo ser social, que,

a exteriorização da sua vida – ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outro – é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social. (MARX, 1974, p. 16)

O indivíduo vive em sociedade, ele é um ser social, e é moldado pela sociedade em que vive. Sendo como for se isolando dela ou participando ativamente, o indivíduo é um reflexo dessa sociedade. Isso implica o fato de que ao trazer novos ideais liberais para solo brasileiro, a sociedade acabou aculturando ou exteriorizando como se fosse nato a economia do Brasil. Marx aprofunda dizendo que a exteriorização da vida humana, na coletividade, é na verdade a alienação da sua vida. A superação da propriedade privada se dá não só pelo gozo imediato, no sentido da posse e do ter, mas, o homem acaba por apropriar-se do homem como todo, ou seja, as relações humanas com o mundo, por exemplo. Ouvir, ver, pensar, querer, “em

resumo, todos os órgãos de sua individualidade, como os órgãos que são imediatamente coletivos em sua forma.” (MARX, 1974, p. 16-17)

E completa,

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós. (MARX, 1974, p. 17)

Isto é, a superação da propriedade acontecerá quando o indivíduo, que é um ser social imerso em uma sociedade, entender que a propriedade está acima do palpável.

A Alienação

Precisamos dissertar sobre a *alienação*, como estratégia para entendermos o que o trabalho representa na sua teoria. Como já falamos anteriormente, o trabalho para Marx é a exteriorização do ser, a objetificação de sua essência humana, “o esforço material da transformação do mundo e a satisfação das necessidades”. (SIQUEIRA, 2014, n.p.)

Vinicius Siqueira (2014) nos esclarece que a estrutura econômica tem papel social determinante e não é aleatória. De acordo com ele “a alienação é um processo de exteriorização de uma essência humana e do não reconhecimento desta atividade enquanto tal” e que “no fim do processo de trabalho, o produto feito se transforma em algo estranho, independente do ser que o produziu” (SIQUEIRA, 2014, n.p.). Isso leva o homem a criar força uns sobre outros, para assim satisfazer seu ego, e como o próprio Marx diz,

Com a massa de objetos cresce, pois, o reino dos seres alheios aos quais o homem está submetido e cada novo produto é uma nova potência do engano recíproco e da pilhagem recíproca. O homem torna-se cada vez mais pobre enquanto homem, precisa cada vez mais do dinheiro para apossar-se do ser inimigo, e o poder do seu dinheiro diminuiu em relação inversa a massa da produção [...] (SIQUEIRA, 2014, n.p.)

Siqueira nos ajuda a entender os principais pontos da teoria da Alienação. O primeiro ponto que ele nos traz é em relação ao produto do trabalho que seria quando o trabalhador não se reconhece no produto que produz, “é a pobreza gerada ao trabalhador enquanto, ao mesmo tempo, se gera riqueza do capitalista” (SIQUEIRA, 2014, n.p.). Assim, a única coisa que resta ao trabalhador, após o produto pronto, é exigir seu salário. Já no segundo ponto, teremos a alienação no processo de produção, que nada mais é do que a consciência da alienação da atividade que o trabalhador exerce, o trabalho, portanto, sofrimento e não realização, já que se trabalha para sobreviver “e nunca se trabalha somente o necessário”. (SIQUEIRA, 2014, n.p.).

Uma tentativa de fazer do trabalho algo bom é constantemente praticada: tentar colocar palestras motivacionais, um ambiente saudável, incentivam que os indivíduos sigam sua “vocação” e etce etc, entretanto, mesmo para aqueles que “amam” seu trabalho, ele ainda é feito sob a perspectiva meramente econômica do capitalismo. (SIQUEIRA, 2014, n.p.)

Posto isso, Marx diz que o dinheiro é aqui encarado como única propriedade privada do trabalhador, que acaba tornando-se quantitativo e gostar do trabalho é “um acidente feliz” nas palavras de Siqueira.

Compete ao terceiro ponto de alienação proposta por Marx, o sujeito visto como pertencente ao gênero humano, e, portanto, na medida em que for separado de sua comunidade, de seu trabalho, será apenas um ser solitário que deixa de ser um membro de sua espécie. Ou seja, o trabalho acaba tendo também uma função de individualizar o ser humano.

[...] sujeito multifacetado em um sujeito unilateral e único. O trabalhador só vale sua vida enquanto trabalhador, não enquanto humano e não é nunca parte de um gênero, de uma espécie, mas é um, único, específico, não detém a humanidade (uma ligação abstrata entre aqueles do mesmo gênero), só detém sua individualidade” (SIQUEIRA, 2014, n.p.)

Siqueira (2014) conclui essa forma de alienação ao dizer que ela está enraizada na nossa sociedade de tal forma que é percebida através

do excesso de consumo que estamos reproduzindo diariamente nas nossas vidas. E, finalizando essa sequência de teorias ligadas a alienação, a quarta e última delas diz respeito a alienação em relação aos outros homens, que segundo Siqueira se trata da consequência dessa individualização e unilateralização do ser humano, que é a “objetificação nociva” e a vida humana deixa de ter seu significado. Um ser alienado do outro, das necessidades humanas do outro, não enxerga por causa da fragmentação do trabalho, não se satisfaz em seu ofício. Essa é a estrutura econômica do capitalismo,

A alienação, antes de ser uma coisa do capitalismo, é algo que existe como pressuposto da propriedade privada. Ou melhor, o nascimento da propriedade privada como algo separado do sujeito que a produz existe juntamente com a alienação do trabalho. (MARX, 1974, p. 30);

Para exemplificar essa alienação, Julia Lemos Vieira (2019), fala da teoria de Hegel sobre a propriedade privada. Para Hegel o que acontece é um incentivo racional e gradual à competição e quando essa disputa vinha de homens livres, não surtia o efeito de salvaguardar e satisfazer as necessidades e interesses dos homens. Foi então preciso alienar o homem, isolá-lo em sua sociedade, torná-lo comprador e vendedor isolado de mercadorias, para que a competitividade surtisse o efeito desejado nos homens que controlavam a economia, ou seja, os capitalistas.

Uma das inspirações de Marx sobre a propriedade privada foi Proudhon, que em 1840 publicou seu livro, *O que é a propriedade*. Nele o autor diz que os princípios da sociedade moderna estão ligados a um só interesse: o de propriedade, o que para ele é injusto. Proudhon vai dizer ainda que a propriedade é um roubo, a instituição do domínio de propriedade deve ser atacada e que “toda transformação moral e social depende do conhecimento sobre o problema da propriedade”, estando a emancipação do homem vinculada “a reforma que generalizaria a todos os homens, posses limitadas dos produtos do trabalho” (Vieira, 2019, p. 140), tornando assim todos esses, trabalhadores assalariados. Conforme Proudhon, com a reformulação econômica, o trabalho seria a vitória e a supressão da propriedade privada, pois, “o trabalho

destrói a propriedade”. Nas considerações do mesmo autor “suprimir a propriedade é conservar a posse, e só com essa alteração no princípio, mudareis tudo nas leis, o governo, a economia, as instituições”.(Vieira, 2019, p. 140).

Marx vê a propriedade como um problema já que ela se faz legítima. Os próprios proprietários de terras são legisladores, ou seja, por leis criadas por esses homens, a propriedade se torna legal. A autora, assim, defende o direito consuetudinário ao defender a universalidade do direito através dos costumes. A esse respeito Vieira declara que “um direito consuetudinário verdadeiramente humano é aquele contrário aos interesses dos proprietários privados e a favor dos pobres e despossuídos” (Vieira, 2019, p. 143). Parte-se do pressuposto de que a discussão foi travada na primeira metade do século XIX, exatamente num período em que o Brasil também estava passando por mudanças administrativas, políticas, sociais e que acompanhava os pensamentos ideológicos europeus. O iluminismo nesse período estava a todo o vapor, e uma de suas características era tratar de forma unilateral os pobres e despossuídos, com dois direitos instituídos. Sendo eles: o direito animal, positivo em sua ideologia, estando do lado dos proprietários privados, e o direito racional, ligado aos costumes. Segundo a autora, como a maioria é não proprietário, há um interesse grande em acabar com a propriedade privada (razão pública efetiva), ao ponto que, o costume dos proprietários, mesmo legal (direito animal), se configura como uma razão pública fictícia.

Nota-se que nesse período a teoria de Marx continua a ser desenvolvida ao longo dos anos, e, em 1859 o autor escreve *Contribuição à Crítica da Economia política*, onde um diálogo é aberto com base nos escritos de Adam Smith, onde Marx refuta alguns pontos defendidos pelo filósofo escocês. Em sua contribuição, Karl Marx reflete o fato de que originalmente os homens produzem em sociedade e ao se isolar da mesma entram em modo de alienação. Assim,

O caçador e o pescador, individuais e isolados, de que partem Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das Robinsonadas do século XVIII. Estas não expressam, de modo algum – como se afigura aos historiadores da Civilização

– uma simples reação contra os excessos de requinte e um retorno mal compreendido a uma vida natural. (MARX, 1974, p. 109)

O erro cometido por Smith, segundo Marx, foi o de achar que homem, produto resultado histórico de séculos de mudanças desde a pré-história, era o mesmo em todos os períodos. Para Smith, o homem foi posto como tal pela natureza, porém, para Marx, quanto mais recuamos na história, mais o homem mostra sua dependência e, “portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence” (MARX, 1974, p. 110). Ainda em sua crítica ele fala que um povo atinge seu apogeu de produção quando alcança seu apogeu histórico, e o apogeu industrial é alcançado quando sua preocupação principal não seja o ganho, mas o processo de ganhar. Esse trecho valeria uma reflexão pontual, porém não nos fixamos nela.

Certo é que ainda no século XIX, Marx foi capaz de refletir e teorizar sobre a sociedade em que estava inserido, mas mais do que isso, projeta a que vivemos hoje, quase dois séculos depois. Ou será que nos inspiramos tanto naqueles modelos que ainda não fomos capazes de superá-los? O autor diz,

O escravo, o servo, o operário assalariado, por exemplo, recebem todos uma quantia de alimentos que lhes permite existirem como escravos, servo, operário assalariado. Enquanto vivam, o conquistador de tributos, o funcionário de impostos, o proprietário fundiário da renda, o frade de esmolas, e o levita dos dízimos, todos recebem uma cota da produção social, cota que é determinada por leis distintas da dos escravos, etc. (MARX, 1974, p. 112)

Marx continua expondo que, toda produção é apropriação que o indivíduo faz da natureza. Por conta disso não poderia ser propriedade privada. É errado considerar que algo que o indivíduo se apossa torne-se, de forma privada,

A história nos mostra, ao contrário, a propriedade comum (entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas, etc.), por exemplo como a forma primitiva, forma que, todavia desempenhou durante muito tempo importante papel sob a figura da propriedade comunal. (MARX, 1974, p. 114)

Ou seja, Marx reconhece que é impossível existir uma sociedade que não tenha algum tipo de apropriação, mas que seu desacordo está alicerçado na propriedade privada, ou seja, apenas nas mãos de alguns poucos e na ausência da mesma das mãos do trabalhador produtor, que se aliena para poder satisfazer os grandes proprietários.

Conclusão

Este trabalho objetivou responder se as teorias econômicas discutidas entre os séculos XVII e XIX na Europa pelos filósofos John Locke, Adam Smith e Karl Marx tiveram influência sobre a sociedade, culminando na interferência sobre as leis civis do período do século XIX. Teriam essas sido responsáveis pelo movimento indigenista que culminou na expropriação e massacre de grupos indígenas que habitavam o território do Império brasileiro.

Achamos de grande importância refletirmos a fala de filósofos e economistas com visões e teorias distintas, pois só assim somos capazes de analisarmos com base científica e nos apropriarmos de argumentos que possamos defender ou refutar os discursos a que se referem. Desse modo, ao analisar três dos grandes filósofos da história, responsáveis por teorias econômicas, podemos seguir analisando a própria história, e seus acontecimentos político-econômicos. Procurando atender, assim, o objetivo deste trabalho que é justamente olhar para a história e analisar a construção da propriedade privada sob o olhar dos principais teóricos do tema.

Longe de encerrar por aqui essa discussão, apenas colocamos três nomes em evidência. A escolha veio por se tratarem de teóricos base para a análise econômica feita no Trabalho de conclusão do curso de graduação em Licenciatura em História. O trabalho visava analisar o conceito e entender os motivos pelos quais houve expropriações indígenas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul no século XIX para a apropriação de terras por parte dos portugueses e colonos alemães.

Referências

DOBB, M. A crítica da economia política. In: HOBBSAWM, Eric et al. **História do Marxismo**. O marxismo no tempo do Marx. – v.1, p. 127. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983;

HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa de 1640**. – 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença Limitada, 1981;

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. IN: **Os pensadores**. Seleção por José Arthur Giannotte. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974. 1ª Edição;

_____. **Contribuição a crítica da Econômica Política**. E-book Kindle: Amazon Serviços de Varejo do Brasil;

SIQUEIRA, Vinicius. **O que é alienação em Marx?**. Colunas Tortas: 2014. Disponível em: <<https://colunastortas.com.br/o-que-e-alienacao-em-marx/>>. Acesso em: 23 abr. 2020;

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** [recurso eletrônico]: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017;

VIEIRA, Julia. O problema da propriedade privada para o jovem Marx. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 42, n. 2, p. 123-150, Abr./Jun., 2019;

Esta obra contou com apoio do PPGH/UFPeI
com recursos PROAP/CAPES



casalettras.com



9 786586 625431

ISBN: 978-65-86625-43-1